

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CELMA FARIA DE SOUZA BURILLE

**NAS TRAMAS DA SEPARAÇÃO:
O CASO DO ESTADO DO IGUAÇU NAS DÉCADAS DE 1960 E 1990**

CURITIBA – PR

2010

CELMA FARIA DE SOUZA BURILLE

**NAS TRAMAS DA SEPARAÇÃO:
O CASO DO ESTADO DO IGUAÇU NAS DÉCADAS DE 1960 E 1990.**

Dissertação apresentada como pré-requisito para obtenção do Grau de Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa Cultura e Poder, orientador Prof. Dr. Dennison de Oliveira.

CURITIBA - PR

2010

Catálogo na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Burille, Celma Faria de Souza

Nas tramas da separação: o caso do Estado do Iguazu nas décadas de 1960 e 1990 / Celma Faria de Souza Burille. – Curitiba, 2010. 122f.

Orientador: Prof.Dr. Dennison de Oliveira
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Paraná – história – 1960, 1990. 2. Posseiros – Paraná – 1957. 3. Paraná – imigrantes – identidade. 4. Estado do Iguazu. 5. Paraná – política – imprensa – 1960, 1990. I. Título.

CDD 981.62



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
 Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086.
 80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
 E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Celma Faria de Souza Bantle, intitulada: **Nas tramas da separação: o caso do Estado do Iguaçu nas décadas de 1960-1990**, após terem inquirida a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **aprovação**, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e sete de agosto de dois mil e dez.

Prof. Dr. Dennison de Oliveira (Orientador)
 Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira (UFPR)
 1º Examinador

Prof. Dr. Judite Maria Barboza Trindade (UFPR)
 2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, que viabilizou a minha inserção ao curso de Mestrado em História e me abriu as portas para um maior conhecimento no ofício da pesquisa em História.

Ao meu orientador Dennison de Oliveira, que me estimulou e incentivou, acreditando na minha capacidade de realizar esse trabalho, nas considerações e sugestões feitas, pela paciência em ler e corrigir as várias versões apresentadas, nesse difícil caminho percorrido.

Ao professor-doutor Robson Laverdi, meu orientador do Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE), de maneira especial, pelo incentivo ao mestrado e a generosidade pelas inúmeras leituras sugeridas.

Ao professor-doutor Carlos A. Bonamigo, também de maneira especial, pela sua contribuição, generosidade e paciência em ajudar-me na organização e correção das versões apresentadas.

Ao meu esposo, pela compreensão e auxílio na organização do nosso lar e com nossos filhos nas minhas ausências constantes, para a realização do meu projeto de vida.

Aos meus três filhos, Stephanie Natalie, Gabriel Felipe e Pedro Henrique, que compreenderam as tantas ausências da mãe, para que eu pudesse concluir o curso e realizar meu grande sonho.

Aos meus colegas professores de História do PDE-2008 do NRE de Francisco Beltrão, que estiveram junto comigo desde o início desse processo, pela compreensão e gentilezas em ajudar-me sempre que precisei, quando as dúvidas e as inseguranças trilharam esse longo caminho.

Aos colegas do curso de mestrado, que contribuíram com sugestões para a realização deste trabalho, muito obrigada!

RESUMO

O objeto deste estudo é analisar o movimento separatista no Paraná nas décadas de 1960 e 1990, para a criação do Estado do Iguazu, nas regiões que abrangiam o Sudoeste e Oeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, destacando a importância da participação dos sujeitos não protagonistas diretos, de algumas cidades da região Sudoeste. Para evidenciar as relações existentes entre as memórias dominantes ligadas aos movimentos e o conjunto da experiência social dos demais moradores, procurou-se identificar a participação popular no movimento. Um estudo a partir do olhar das pessoas que não se percebe nas produções existentes, os mais interessados, que teriam suas vidas transformadas com a vitória do movimento. Para isso, fez-se uma revisão bibliográfica que remonta ao período imperial brasileiro, onde se percebe a origem das ideias separatistas, a partir da vinda dos imigrantes europeus para o Sul do país. No Sudoeste do Paraná, a presença predominante de imigrantes descendentes italianos e germânicos, que vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, determinou a tentativa de criação de uma identidade hegemônica na região em torno desses dois grupos étnicos. Dessa tentativa, nasceu a ideia do movimento separatista, com o objetivo de criar um novo Estado na região entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, o Estado do Iguazu. Para isso, analisaram-se documentos produzidos pelos atores principais dos acontecimentos, como fontes memorialísticas e jornalísticas, propondo uma discussão a partir de algumas memórias através de entrevistas, para contrapor essas diferenças. Os imigrantes acreditavam que, por ser maioria gaúcha e catarinense, se identificariam mais com seus Estados de origem, desenvolvendo nessa região uma cultura diferente das demais regiões do Estado e isso justificaria a separação dos estados do Paraná e Santa Catarina e a criação do Estado do Iguazu. Porém, esse movimento, mesmo ocorrendo em dois momentos históricos diferentes – o primeiro na década de 1960 e o segundo no início da década de 1990 - não envolveu uma parcela significativa da população local, apesar da insatisfação e do sentimento de abandono em relação à região.

Palavras-chaves: Identidade; Memória; Separatismo.

ABSTRACT

The object of this study is to analyze the separatist movement in Paraná in the 1960s and 1990s for creation of the Iguazu State, in the regions that embraced the southwest and west of the West of Paraná and West of Santa Catarina, detaching the importance of the not direct actors subjects' participation, in some cities in the Southwest. To make evident the relationship there are between the commanding memories linked to the movements and all the social experience of other residents, were tried to identify people's participation in the movement. A study from the look of people who do not perceive the existing productions, the most interested, they would have their lives transformed by the victory of the movement. For this, there was a literature review dating back to the Brazilian imperial period, where there is a source of separatist ideas, from the arrival of European immigrants to the South. In Southwest of Paraná, the predominance of descendants of Italian and German immigrants, who came from Rio Grande do Sul and Santa Catarina, determined the attempt to create a hegemonic identity in the region around these two ethnic groups. This attempt brought forth the idea of the separatist movement, with the objective of creating a new state in the region between the states of Paraná and Santa Catarina, the state of the Iguazu. For this, were analyzed documents produced by the main actors of the events, such as memories and journalistic sources, proposing a discussion from the (?) memories by interview, to oppose these differences. The immigrants believed that because they were most from Rio Grande do Sul and Santa Catarina, they established the identify more easier with their countries of origin, developing in this region a different culture than other regions of the state and it would justify the separation of the states of Paraná and Santa Catarina and the creation of the Iguazu state. However, this movement, also occurring in two different historical moments - the first in the 1960s and the second in early 1990 - did not please the most placed people, despite of the dissatisfaction and feeling of abandonment in relation of the region.

Keywords: Identity; Memory; Separatism.

LISTA DE FIGURAS E ANEXOS

FIGURAS:

Figura 01 – Mapa do Brasil com o Estado do Iguazu	37
Figura 02 – Território Federal do Iguazu	52
Figura 03 – Região do Sudoeste do Paraná	60
Figura 04 – Mapa do futuro Estado do Iguazu	64
Figura 05 - Panfleto da Campanha eleitoral de 1990	72
Figura 06 - Livro “O Paraná é Indivisível”	78
Figura 07 - Estado do Paraná sem a região do Iguazu	79
Figura 08 - Panfleto da Campanha eleitoral de 2000	95
Figura 09 – Estado do Iguazu II	103

ANEXOS:

I – Panfleto da Campanha eleitoral de 1989, de Edi Siliprandi.

II – Panfleto da Campanha eleitoral de 2000, de Edi Siliprandi.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1:	
CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE PARA O PARANÁ.	
1.1 - Emancipação política conservadora do Paraná	22
1.2–A presença do Imigrante e a construção da sua espacialidade.....	29
1.3–As diferenças no Sul do país - Paranismo: em busca de uma identidade.....	38
CAPÍTULO 2:	
INFLUÊNCIAS SEPARATISTAS NO PARANÁ.	
2.1 – TFI e a Colonização do Sudoeste: uma questão política.....	44
2.2 – Terras gratuitas no Sudoeste	52
2.3 – Revolta dos Possesiros em 1957: de quem é o Sudoeste?.....	55
CAPÍTULO 3:	
MEMÓRIAS DO SEPARATISMO.	
3.1 – Nas décadas de 1960 e 1990: Do início ao fim do sonho	63
3.2 – E a imprensa se dividiu... ..	81
3.3 – Outras memórias.	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
FONTES:	116
BIBLIOGRAFIA	118
ANEXOS	122

INTRODUÇÃO

As produções memorialísticas sobre o movimento “separatista” referentes à criação do Estado do Iguazu são diversas e diferentes em suas reinvenções. Sejam estas por meio de publicações jornalísticas, notas de rádio e de TV, da mais contraditória e ambígua disputa de sentidos em torno de tal processo, e que foram revividas nos anos 1968 e 1993, alcançando até os nossos dias. Essa produção existente é basicamente sobre a região Oeste do Paraná, algumas das quais com abordagem historiográfica pouco focada na perspectiva de uma grande parcela de sujeitos da sociedade. No Sudoeste do Paraná trata-se de uma história quase esquecida, e há muito pouca produção historiográfica ou memorialística sobre a mesma.

Com a Nova História, a historiografia incorporou outros objetos e outros temas, o que possibilitou novos caminhos ao historiador e um olhar mais particular do seu objeto de pesquisa. Com uma linha de pensamento que se contrapõe ao positivismo, mostrou que há outros lugares na História. Mudou o conceito de história e de se fazer história, de se escrever a história como aconteceu, entendê-la, problematizá-la, buscando explicar o passado através dos fragmentos que ficaram, consideradas fontes importantes, mas levando em conta todos os aspectos da vida em sociedade.

Uma das conseqüências da Nova História foi a evolução no fazer histórico que chegou até a micro-história, elaborado entre outros, pelo historiador italiano Carlo Ginsburg, que acredita que o historiador precisa ser cada vez mais minucioso, utilizando o método indiciário, com “lentes microscópicas” para a sua realização. Com a micro-história, a grande preocupação por parte dos historiadores é renovar e multiplicar a produção historiográfica. Se a realidade encontra-se obscura, o historiador tem o dever de procurar nos menores indícios, nas menores pistas e interpretá-la. Ter capacidade de reconstituir uma realidade a partir de dados nebulosos, confusos, incompletos, e remontar uma realidade complexa e, a partir daí entendê-la.

Por isso, a preocupação em renovar e multiplicar a produção historiográfica surgiu a proposta inicial, com a escolha do tema com o objetivo de contribuir com o processo social que envolveu esse acontecimento histórico recente da região Sudoeste.

Nesse sentido foi a busca de novos indícios historiográficos para o tema proposto para a pesquisa. Antes de tudo, porém, o projeto do mestrado iniciou com a inquietação da autora sobre o tema do Estado do Iguçu. Primeiramente como professora da Educação Básica, das séries finais do Ensino Fundamental e Médio, além das angústias diante do pouco material existente na região Sudoeste sobre o tema. Este, quando encontrado, era pouco satisfatório. Assim, ao propor esse tema para pesquisa, a pretensão era de contribuir um pouco mais para a historiografia do Sudoeste paranaense.

Por outro lado, até hoje, passados 17 anos após a derrota do movimento pela criação do Estado do Iguçu, existem debates entre a população das regiões envolvidas. Por isso, como historiadora envolvida com a Educação Básica no Sudoeste do Paraná, percebi a necessidade de pesquisar mais profundamente sobre o tema para contribuir para um maior conhecimento dos estudantes, jovens que não vivenciaram aquele momento histórico tão relevante para a sua região. Percebia um desconhecimento preocupante dessa parcela da sociedade que me inquietou e me levou a interessar em buscar uma pesquisa mais aprofundada.

Ao questionar meus alunos das séries finais da Educação Básica da rede estadual da cidade de Francisco Beltrão e realizar pesquisa entre eles e com seus pais, percebi também que era um tema desconhecido para muitos. Pessoas que viviam na região no período histórico e que não tomaram conhecimento do fato ou não se recordavam.

Para além dessa constatação, também percebi que entre os políticos da região continua um assunto ainda polêmico, pois de um lado, os que apoiavam o movimento não querem ser apontados como perdedores e, portanto, fazem questão de não lembrar, e de outro, os que eram contra temem que ele retorne à pauta de alguns políticos na região.

Portanto, desvendar o tema ainda latente na região, se tornou um grande desafio para essa pesquisadora ao entrar no Programa de Mestrado da Universidade Federal do Paraná. E foi uma tarefa árdua preparar o projeto, dimensionar o foco principal do meu interesse, que era um olhar mais crítico, mais investigativo, para além dos acontecimentos em si. O objetivo era um olhar partindo daqueles que não eu não conseguia perceber nas produções existentes: a população local, que teriam suas vidas transformadas com a vitória do movimento. Para isso, iniciei com a realização da revisão bibliográfica que remonta ao período imperial brasileiro, onde se percebe a origem das ideias separatistas, a partir da vinda dos imigrantes europeus para o Sul do país.

Nas produções bibliográficas referentes ao tema do separatismo na região Sul, de uma maneira geral, percebe-se um grande destaque da presença específica de um determinado grupo de imigrantes de origem europeia, particularmente italiana e germânica. No Sudoeste do Paraná, nesse estudo de caso, determinou a tentativa de criação de uma identidade hegemônica na região em torno desses dois grupos étnicos.

Da tentativa de criação de uma identidade hegemônica, nasceu a ideia de um movimento separatista, com o objetivo de criar uma nova unidade federativa na região entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, o Estado do Iguazu, objeto dessa pesquisa.

Entretanto, ainda no século XIX, os gaúchos começaram a discutir a possibilidade de uma separação do restante do Brasil, tendo como motivos principais os interesses econômicos e políticos. Tentando evitar o aumento da predominância de São Paulo e Rio de Janeiro na economia e política do país, os gaúchos deflagraram a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Posteriormente, a Revolução Federalista (1892-1893) também visava esse objetivo. A partir da década de 1940, o Estado do Paraná, especialmente as regiões Oeste e o Sudoeste, ocupados predominantemente por descendentes dos gaúchos e catarinenses, passaram a questionar em muitos momentos a sua identidade, buscando consegui-las e também propondo a separação do restante do Estado.

Esses movimentos tiveram início na década de 1960, retornando posteriormente no início de 1990. Foi fundamental para justificar a eleição do deputado federal Edi Siliprandi para defender a causa separatista em 1990 pelo Oeste do Paraná. Nas suas palavras, “o Oeste já pagou muito caro por pertencer ao Paraná, uma vez que pagamos impostos, fazemos sacrifícios e nada recebemos em troca”¹. Porém, em 1993, depois de anos de campanha, o projeto separatista foi definitivamente arquivado porque não foi aprovada a Lei nº. 141/91 pelo Congresso Nacional, que previa um plebiscito somente com as populações das regiões envolvidas, para a criação do Estado do Iguazu.

Dessa maneira, pretende-se, inicialmente, analisar alguns projetos atuais de criação de novos Estados brasileiros, na Câmara de Deputados, que discutem a possibilidade de formação de novas unidades federativas no país. Fontes jornalísticas com propostas encontram-se publicadas em diversos sites, além da própria Câmara, serão retomadas na página 30 e analisadas na pesquisa.

¹ SILIPRANDI, 2000, p. 63.

Pretende-se dar visibilidade às ambiguidades e contradições desse movimento, percebida nas realidades vividas pela população de algumas cidades do Sudoeste, das memórias produzidas nesse *locus*, além da análise de documentos produzidos pelos atores principais dos acontecimentos e das fontes jornalísticas. O objetivo é uma discussão a partir de algumas memórias, não ligadas aos marcos na constituição do conhecimento sobre a região na história do Paraná e do Brasil.

Le Goff afirma que, graças à memória, o homem é capaz de renovar suas impressões ou informações do passado. Através da linguagem falada e escrita, percebemos como a memória é capaz de armazenar informações, que ela é mais criadora do que repetitiva, o que revitaliza a memória coletiva. A amnésia envolve a falta ou a perda, voluntária ou não, da memória coletiva nos povos e nações, que pode determinar graves perturbações coletivas.

De acordo com Le Goff:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.²

Para o autor, no passado havia os homens-memórias que tinha um importante papel na união do grupo, para não haver esquecimento da memória coletiva. Com o surgimento da sociedade escrita, a memorização ficou ligada à escrita. Mas a oralidade não se perdeu, continuou ao lado dela.

Ele afirma que para os gregos antigos a memória era o mecanismo contra o esquecimento. Segundo uma de suas crenças, no inferno órfico, o morto devia evitar a fonte do esquecimento, devia se nutrir da fonte da memória, a fonte da imortalidade. Que a memória tanto pode aproximar-se da história quanto afastar-se dela. Quando ela está a serviço da escatologia, se alimenta do ódio pela história³. Segundo ele, o cristianismo se baseia na memória social. Que resulta na escatologia, que nega a experiência temporal histórica.

Quando surgiu a imprensa, houve uma revolução, mesmo que lentamente, com a memória ocidental. Mas ela se tornou burocrática na Idade Média, a serviço dos interesses dos monarcas europeus.

² LE GOFF, 2003, p.422.

³ Ibidem, p.435.

No século XVIII começou a surgir a opinião pública, nacional e internacional, que constrói a sua própria memória. No século XIX, em 1803, a amnésia foi popularizada pela ciência médica. Na segunda metade do séc. XX, com o surgimento da memória eletrônica, houve uma verdadeira revolução da memória coletiva. Ela passou a desempenhar papel fundamental na sociedade, a fazer parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em desenvolvimento, tanto das classes dominantes quanto das dominadas, na luta pelo poder e pela sobrevivência.

A memória é um elemento essencial da identidade individual e coletiva, que os indivíduos das sociedades de hoje estão constantemente em busca. Pois ela é um objeto de poder, não só de conquista, na interpretação de Le Goff.

Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos - orais e audiovisuais - não escapam à vigilância dos governos, para que possam controlar esta memória de perto, através do rádio e da televisão.

Assim:

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica... A memória na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem⁴.

Nesse sentido, em busca de uma memória mais crítica, a pesquisa pretende enfrentar alguns desafios para dar conta de pensar as ideias “separatistas” presentes no processo político e social em todo o Brasil e, mais predominantemente, na região sul do país.

Muitas vezes, alguns grupos dominantes de nações, de determinadas classes sociais e outros agrupamentos de seres humanos se arvoram de ideias de grandeza. Essa é a ideia que parece desenvolver no grupo separatista que organizou o movimento no Sudoeste do Paraná, em dois momentos diferentes no século XX, e do qual é o objeto da pesquisa ora desenvolvida.

Procurar-se-á também encontrar algumas respostas para algumas hipóteses, sobre a participação popular, se foi um movimento popular ou se foi essencialmente político, de uma pequena parcela da classe dominante regional, a qual não tinha participação política nos níveis estaduais nem federais.

⁴ Ibidem, p.471.

No senso comum tem-se a convicção de que, sem esse movimento, a região Sudoeste do Paraná não encontraria sua identidade, o seu desenvolvimento e características próprias, porque se acreditava que, por serem os imigrantes dessa região majoritariamente gaúchos e catarinenses, se identificariam mais com seus Estados de origem, desenvolvendo aqui uma cultura diferente das demais regiões do Estado. Porque demarcar a região se torna fundamental para os imigrantes, uma vez que sua nova espacialidade marca a sua nova trajetória de vida.

Até porque a região é compreendida como um agrupamento de Estados ou Nação, próximos pelas suas características econômicas, políticas ou culturais e geográficas. De maneira geral, a região é uma divisão territorial, um espaço de civilização, um espaço vivido⁵.

Para além da importância do espaço vivido no espaço territorial, existe também o sentimento de pertencimento, de um ideal em comum, de uma “tradição”, mesmo que seja inventada.

Na busca de uma justificativa para a necessidade de os sujeitos construir sua história e se identificarem com ela, transportamos o tema para a realidade local, para analisar a necessidade de uma identidade específica para o Sudoeste do Paraná e os interesses por trás desse movimento.

Como a região ficava muito distante das capitais, tanto do Paraná como de Santa Catarina, não havendo investimentos de infra-estrutura na região por parte de nenhum desses governos, a população também teria sido influenciada pelas ideias separatistas que começaram a surgir na região, a partir da cidade de Pato Branco. Para alguns políticos, comerciantes e proprietários de terras de Pato Branco e outras cidades do Sudoeste e Oeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, a solução seria a criação de um novo Estado.

De acordo com os líderes do movimento separatista, nos dois momentos que existiu, a área proposta para o Estado do Iguazu continuava basicamente a mesma do antigo Território Federal do Iguazu, criado no ano de 1943 pelo presidente Getúlio Vargas e que teve vida curta, pois foi extinto em 1946.

Os dois movimentos separatistas estão interligados, na medida em que tinham como objetivo primordial a criação de um novo Estado no Sul – o Estado do Iguazu. Porém, os dois diferem, pois ocorreram em momentos políticos diferentes. Na década de 1990, a

⁵ ENCICLOPÉDIA EINAUDI, VOL. 08, Região, 1986.

situação econômica, social e política era outra, completamente diferente do final da década de 1960. Inclusive, havia denúncias de que esse grupo político queria criar uma nação no sul do Brasil, reunindo os Estados do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e parte do atual Mato Grosso do Sul. Essas denúncias não foram possíveis de serem comprovadas, porque não foi encontrada nenhuma documentação, porém nas conversas informais dessa pesquisadora com os entrevistados, a grande maioria afirmou que esse era o objetivo desse grupo separatista.

Esse movimento separatista agregou interesses políticos de inúmeros grupos, como empresários, comerciantes e proprietários de terras da região Sudoeste e Oeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, imigrantes – principalmente gaúchos, que não conseguiam visibilidade política e cargos na esfera estadual, não chegou à população de imediato e nem agradou a muitos. Apesar da insatisfação popular em relação ao abandono da região, tanto pelo governo federal quanto estadual, as pesquisas demonstram que a população não apoiou de imediato e totalmente o projeto.

Porque eram opositores dos políticos que administravam o governo estadual e sem receber a devida atenção por parte dessas autoridades, esses grupos, com grandes interesses econômicos na região, incentivaram o movimento separatista para conseguir realizar seus objetivos de conseguir cargos políticos nas esferas estaduais e municipais.

Vale a pena afirmar que houve evidente organização do grupo separatista, composto por políticos da região sudoeste e oeste paranaense. Mas depois de anos de luta tidas como inglórias, não conseguindo convencer com sua proposta separatista, derrotada no Congresso Nacional em 1993, o movimento arrefeceu.

A pesquisa baseou-se também na produção e organização de algumas fontes documentais, orais e jornalísticas, numa perspectiva crítica de contraposição de diferentes memórias sobre o processo dos movimentos “separatistas” que ocorreram no Sudoeste do Paraná entre essas décadas.

A imprensa regional se dividiu em relação ao tema e a pesquisa também se baseará nas reportagens e artigos referentes ao assunto.

Nos jornais da cidade de Francisco Beltrão, não houve grandes manifestações. Apenas notícias sem grandes destaques, falando sobre a votação da Lei nº. 141/91 na Câmara dos Deputados e sobre a derrota da mesma. Já em Pato Branco, a imprensa apoiava o movimento, apesar de alguns políticos serem contra.

A Gazeta do Povo, de Curitiba, sempre se posicionou contra o movimento, afirmando que ele teria outros interesses como a criação de outro país no Sul do país. Esse era o argumento daqueles que eram contra a divisão do Paraná.

O então deputado estadual Aníbal Khury, presidente da Assembleia Estadual do Paraná, liderava o movimento “Paraná Indivisível”, com grande cobertura na imprensa. Ele argumentava que a criação de um novo Estado no Sul seria a porta de entrada para deflagrar outro movimento ainda mais temeroso para o Brasil, a criação de uma nova Nação.

Para além dessa discussão, destacaremos a importância da memória nessa pesquisa através de entrevistas, identificando a participação popular no movimento, a partir das memórias produzidas pelos sujeitos não protagonistas diretos, de algumas cidades da região Sudoeste, para evidenciar as relações existentes entre as memórias dominantes ligadas aos movimentos e o conjunto da experiência social dos demais moradores.

Uma das estratégias para desenvolver a pesquisa foi a utilização da metodologia da História Oral, que “expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade...”⁶. Ela se justifica para produzir outro olhar, uma “outra história” para além da oficial, no estudo das memórias, na construção de identidades e do “outro”, na formação de uma consciência social e não para substituir ou preencher lacunas históricas na falta de documentação.

O historiador Robson Laverdi afirma que a História Oral não é uma opção neutra, mas tem intenções claras e objetivas de mostrar um outro lado da história, a não-oficial, numa perspectiva mais crítica, construindo uma trama histórica mais comprometida com a realidade⁷.

A História Oral, através das entrevistas, faz o sujeito relembrar sentimentos, ideias, valores que fazem parte da identidade de determinadas classes ou grupos. O historiador precisa saber interpretar tanto as lembranças quanto os esquecimentos, de como eles fazem parte do cotidiano das pessoas, dos traços muitas vezes determinantes que marcaram uma população de determinada região ou espaço no tempo. Pois a memória é condicionada pelo presente, quando escolhe os acontecimentos no tempo e no espaço, se relacionando de maneira simples e através dos significados presentes na vida social.

⁶ PORTELLI, 2001, p.14.

⁷ LAVERDI, 2005, p.70-71.

O historiador precisa observar as suas contradições, seus limites, saber interpretá-los. Ir além do relato para entender a sua coerência.

De acordo com Bosi, a memória é rica, seletiva e criativa, não é só de quem conta. Dela se aproxima o social, sobrepostas por memórias oficiais, por isso o testemunho oral nem sempre é uma fonte mais confiável. Ele também pode reafirmar o testemunho oficial, pois somos atraídos por estereótipos dominantes em todos os aspectos e épocas da nossa vida, que os interpreta de acordo com os interesses dominantes.

Ao utilizarmos a História Oral, procuramos por algo não dito, disfarces, propagandas enganosas.

Quando analisamos um acontecimento histórico em uma região de migrantes, como é o caso do Sudoeste do Paraná, precisamos levar em conta que eles, ao se estabelecerem no novo lugar, perdem o contato com a sua paisagem natal. Suas raízes se perdem, ele se depara com uma nova realidade. Muitas vezes, é nesse vazio, nessa reorganização que a memória de um grupo dominante se projeta e se impõe como predominante e coletiva.

As entrevistas, uma das principais fontes para a pesquisa, foram realizadas com moradores de algumas cidades no Sudoeste do Paraná, na faixa etária de 40 anos ou mais, de ambos os sexos, que tenham trajetórias e experiências significativas, de diferentes profissões ou atividades econômicas e políticas. Esta perspectiva leva em consideração o esforço de compreensão qualitativa e não quantitativa dos mesmos.

Nesse sentido, o Capítulo I tratará da construção de uma identidade para o Paraná, a partir da sua emancipação política. Será analisado de que forma ocorreu a construção da identidade paranaense, especialmente as contribuições dos historiadores M. A. Balhs e de A. Neundorf. Além dessas, será utilizado o historiador Albuquerque Jr., que discute a necessidade da invenção de uma identidade para uma determinada região, citando como exemplo o nordeste brasileiro. Bem como o período em que essa necessidade começa a ser construída no seio da sociedade brasileira, no início do século XX.

Para conceituar Identidade buscamos a abordagem de Stuart Hall, que afirma que a identidade é móvel, formada e transformada em relação à forma como somos apresentados ou interpelados nos sistemas culturais que nos cercam. E que nos encontramos numa “crise identitária” que é parte de um processo maior de mudança e que abalou nossos referenciais.

Também utilizamos o conceito de Renato Ortiz, que afirma que toda identidade é uma construção simbólica e que não existiria uma identidade real, mas diversas identidades

construídas por diversos grupos, em momentos históricos diferentes. Será utilizado também como referência Michael Pollak, que discute os silêncios e os esquecimentos.

Além desses, utilizamos os conceitos de Baumann, que afirma que as inseguranças da “modernidade líquida”, as identidades sociais, culturais, tendem a ser transformadas no dia a dia, toda a angústia que isso acarreta, além da confusão de valores que a nova identidade traz.

Também buscamos a abordagem teórica de Hobsbawm, que discute a necessidade das sociedades em inventar uma tradição, práticas quase sempre determinadas por regras implícitas ou aceitas claramente, através de rituais ou até simbólicas, com o objetivo de impor certos valores e normas de comportamento com a repetição e continuidade do passado.

O passado real ou forjado que a tradição se refere “impõe práticas fixas (normalmente formalizadas) tais como a repetição. O “costume” nas sociedades tradicionais tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode-se mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada... a sanção do precedente, continuidade históricos e direitos naturais conforme o expresso na história⁸.

Ainda neste capítulo serão abordados os motivos que levaram à emancipação política do Paraná, segundo a versão de que foi um acontecimento conservador, para atender interesses do imperador e o seu grupo político e os políticos paranaenses, que pretendiam diminuir a importância de São Paulo nas decisões políticas do Império.

Albuquerque Jr. discute a necessidade de se criar a identidade de uma região e como se constrói essa necessidade na população.

Sobre a necessidade da construção de uma identidade paranaense, nos apoiamos na historiadora Balhs, para explicar as origens do movimento “paranista”, que remonta aos anos de 1920, liderado por Romário Martins, na tentativa de criar uma identidade para o Paraná.

No capítulo II, aprofundaremos as discussões acerca das tradições separatistas no Paraná, buscando na história do passado do Brasil essas ideias, que fizeram ou fazem parte do seu tecido social.

Buscaremos percorrer um pouco sobre as origens das ideias separatistas na região Sul do Brasil desde as suas primeiras manifestações, que remontam ao século XIX e que se

⁸ HOBSBAWM, 1997, p.10.

percebe até meados do século XX, no Rio Grande do Sul, e que envolvem os Estados de Santa Catarina e o Paraná.

Na seqüência trataremos da constituição do Território Federal do Iguaçu, em 1943, pelo presidente Getúlio Vargas, que teria atendido as reivindicações e os interesses dos empresários gaúchos, na busca por mais terras para expandir seus negócios, até a sua extinção em 1946, organizada pelos políticos paranaenses após a sua deposição do poder.

Discutiremos ainda a questão da imigração europeia no Paraná, a chegada dos primeiros pioneiros, imigrantes do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, no Sudoeste e Oeste do Paraná, suas motivações para sua vinda para a região, bem como a construção de uma identidade naquele espaço geográfico conquistado.

Para abordar a Colonização do Sudoeste do Paraná, os motivos que trouxeram os imigrantes para essa região, buscaremos as origens da CANGO, órgão criado pelo Governo Federal, através do presidente Getúlio Vargas, também em 1943, que deu início ao efetivo povoamento das terras em território da fronteira do Paraná, atendendo aos interesses econômicos dos gaúchos.

Na luta pela terra que ocorreu na região Sudoeste do Paraná, analisaremos a Revolta dos Posseiros em 1957 a partir dos interesses dos grandes capitalistas e dos posseiros, a quem pertencia de fato e por direito a região em questão, bem como os resultados dos conflitos provocados a partir da chegada das colonizadoras particulares, entre elas a CITLA, na região, no início da década de 1950, se dizendo proprietárias das terras que estavam localizadas na fronteira, abrangendo todo o sudoeste e oeste paranaense.

Ainda discutiremos se a região Sul é mesmo diferente do Brasil, procurando aprofundar as origens do movimento separatista no Sul do Brasil, para pensar como elas sempre fizeram ou fazem parte do processo social em todo o país e mais predominantemente, nessa região.

No Capítulo III, analisaremos os discursos do separatismo no Paraná, a partir da região Oeste e Sudoeste do Paraná. Por essas regiões ficarem distantes das capitais, por falta de investimentos na região por parte dos governos, as ideias separatistas começaram a surgir na região.

Nesse mesmo contexto, discutiremos como o movimento separatista tomou grande proporção nos anos de 1960, mas não resistiu ao Ato Institucional nº. 05, em 1968. Através de fontes como a Ata de Fundação da SODEI – Sociedades para o Desenvolvimento do

Estado do Iguçu, de 1968 e da AMSOP – Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, também criada em 1968, analisaremos o objetivo dos grupos envolvidos no movimento separatista e os que se encontravam no poder regional, de lutar pelo fortalecimento dos municípios da região envolvida no separatismo.

Ainda discutiremos como o movimento separatista ocorreu na década de 1990, analisando a versão de algumas fontes escritas principais, como os livros de memória escritos pelo filho do principal líder do movimento separatista, advogado e também um dos organizadores do movimento Pró-Iguçu nos anos de 1990, Edison Duka Siliprandi, e o livro escrito pelo jornalista Rafael de Lala, assessor do então presidente da Assembleia Legislativa em 1991-93, Aníbal Khury, do Movimento “O Paraná é Indivisível” e também o livreto publicado pela Assembleia Estadual.

Por fim, nesse capítulo, discutiremos as memórias dos entrevistados, principal fonte utilizada pela pesquisadora, com o objetivo de produzir outro olhar, uma “outra história” para além da oficial, no estudo das memórias, na construção de identidades e do “outro”, na formação de uma consciência social.

I - A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PARA O PARANÁ.

1.1 - A Emancipação política conservadora do Paraná.

A Identidade é um tema que tem sido muito discutido atualmente. O próprio conceito da palavra também está em contínuo processo de construção e desconstrução.

Porque nos encontramos em crise e nosso mundo hoje não é estável e nem sempre coerente, a nossa identidade passa a ser questionada constantemente. Não mais a compreendemos como antes, e como antes ela não faz mais sentido.

Segundo o sociólogo Renato Ortiz, a identidade seria uma construção simbólica e ela não existiria de forma verdadeira ou falsa, mas diversas identidades construídas por diversos grupos, em tempos diferentes⁹. Na busca de uma justificativa para a necessidade de os sujeitos construírem sua história e se identificarem com ela, é que transportamos o tema para a realidade local, para refletir sobre a necessidade da construção de uma identidade para o Paraná.

Para Stuart Hall, as velhas identidades que estabilizaram o mundo por tanto tempo estão desaparecendo, no seu lugar estão surgindo novas identidades e fragmentando os indivíduos modernos, que até agora era visto de forma unificada. A “crise de identidade” seria parte de um processo maior de mudanças, que está desestruturando e mudando as referências que davam uma sustentabilidade aos indivíduos, que é chamada de “descentração do sujeito”. Essa sensação se explica porque, desde o surgimento do Iluminismo até o século XIX, o sujeito era visto como completo, unificado, racional, com consciência, ao longo de toda a vida, nas relações com as outras pessoas, que mediavam seus valores e símbolos, ou seja, da sua cultura, do mundo em que ele vivia.

De acordo com Hall, a identidade se torna um processo móvel, formada e transformada em relação à forma como somos apresentados ou interpelados nos sistemas culturais que nos cercam, e a vida moderna nos levaram a muitos questionamentos a respeito dos nossos referenciais identitários¹⁰. A busca pela definição de uma “identidade autêntica” é uma forma de fixar limites das fronteiras de uma política que se impõe como legítima. E está intimamente ligado à incapacidade de o Estado garantir o bem-estar social, ao sentimento de insegurança cada vez maior e com o desgaste do caráter do ser humano.

⁹ ORTIZ, 2005, p.08.

¹⁰ HALL, 2006, p.13.

Esses fatores são fundamentais para a descrença em relação às instituições democráticas, com ninguém mais se sensibilizando com as injustiças e a dominação das classes privilegiadas cada vez maiores atualmente. Essa situação criou a necessidade de construirmos laços sociais de proteção, uma volta ao mundo familiar, criando barreiras para deixar de fora o outro, seja ele quem for.

Por outro lado, Bauman afirma que, cada vez mais:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidas para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”¹¹.

Isso quer dizer que a identidade só vai se tornar importante para as pessoas na medida em que ela sentir que está perdendo esse “pertencimento”, quando ele é colocado em dúvida.

A ideia de identidade, principalmente a nacional, não foi algo construído naturalmente; ela foi construída historicamente, a partir dessa crise de pertencimento. Ela se tornou um dever, uma obrigação no interior de um espaço territorial qualquer, determinada pelo Estado, para a sua efetiva consolidação. Mas no mundo atual, onde tudo acontece cada vez mais rápido, nem a identidade permanece estável. Até ela tem “data de validade”. Nesse “mundo de oportunidades fugazes e de seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam”¹².

A forma como entendemos as velhas identidades – das pessoas integradas em si mesmo e ao mundo que o rodeia - estão perdendo o sentido e no seu lugar estão surgindo outras identidades para esse mesmo homem e muitas vezes contraditórias.

A identidade fazia parte da vida interior e exterior do sujeito, do seu mundo pessoal e político. Assumia seus significados e valores, tornando-o único. Hoje isso não ocorre mais.

Esse tipo de identidade é muito mais um sonho do sujeito, pois, em vez de falar de identidade como uma coisa resolvida, pronta, seria melhor falar em processo de construção identitária. Porque a identidade surge da necessidade que temos de saber como somos vistos

¹¹ BAUMAN, 2005, p.17-18

¹² Idem, 2005, p.33.

por nós mesmos e pelos “outros”. A estabilidade anterior está se dividindo em várias identidades e nem sempre muito claras. As mudanças estruturais e institucionais estão se desfazendo, se tornando cada vez mais passageira e, conseqüentemente, mais problemática.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, e essas várias identidades são até mesmo contraditórias entre si, ou mesmo temporárias. Porque a sociedade moderna está em constantes e rápidas mudanças. No passado existiam as experiências de gerações; na modernidade, as práticas sociais são reexaminadas e reelaboradas diariamente. Claro que essa concepção de identidade é muito complexa. Mas deveria ser vista como positiva, porque abrem novas possibilidades para surgir novas identidades, novos sujeitos e, conseqüentemente, novas estruturas sociais.

Zygmund Baumann afirma que as inseguranças da “modernidade líquida”, as identidades sociais, culturais, etc. tendem a ser transformadas cotidianamente e que há toda uma angústia por trás, além da confusão de valores que uma nova identidade provoca. Além do fato de que buscamos construir e manter as referências de nossas identidades em movimento, para ficarmos unidos a grupos e valores também móveis, ao menos por alguns momentos. Porque não existe mais durabilidade de nada nessa sociedade, as identidades como conhecemos no mundo antigo não funcionam mais. A fragilidade do mundo atual não oferece confiança em investimentos em longo prazo nem mesmo nas relações pessoais. Talvez seja melhor falar em “identidades” do que uma só identidade. Mas diferente daquelas sólidas e solidárias que existiam no passado ainda recente.

Daí Baumann afirmar que:

Num ambiente de vida líquido-moderno, as identidades talvez sejam as encarnações mais comuns, mais aguçadas, mais profundamente sentidas perturbadoras da ambivalência. É por isso, diria eu, que estão firmemente assentadas no próprio cerne da atenção dos indivíduos líquido-modernos e colocadas no topo de seus debates existenciais¹³.

Por causa dessa vida “líquido - moderna” é que surge a necessidade das sociedades atuais buscarem uma identidade, mesmo que tenha que inventá-las, criando tradições, para diminuir nosso sentimento de insegurança, de deslocamento nesse mundo. Mas, como Eric Hobsbawm afirma, inventar uma tradição é uma prática quase sempre mediada por regras que são implícitas ou explícitas, de forma ritual ou simbólica, para impor certos valores e normas de comportamento através da repetição e continuidade, de um passado histórico

¹³ BAUMAM, 2005, p.38.

adequado. Esse passado nem sempre se encontra distante no tempo, pode-se construí-lo artificialmente. Daí para se transformar em tradição é só manter a repetição.

O costume, nas sociedades tradicionais tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção de precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história¹⁴.

Por isso, o movimento separatista no Sudoeste e Oeste do Paraná revela essa característica de tentativa de um grupo de impor uma identidade hegemônica, buscando inventar uma tradição na região. Aproveitando-se da necessidade da população local em construir uma identidade própria e da ausência do Estado, esse grupo de grandes proprietários rurais e comerciantes, promoveram tentativas de construção de uma identidade hegemônica para a região, que os diferenciasse das demais do Estado do Paraná. De acordo com Jiani Langaro, são:

Tentativas de construir uma história hegemônica, elegendo uma determinada versão do lugar, marginalizando outras possibilidades de se compreender o passado local... São projetos que procuram uma versão hegemônica do passado, realizando um diálogo com diferentes versões em disputas, apropriando-se seletivamente de elementos de memórias presentes na sociedade. A partir disso organizam-se narrativas coerentes a serem divulgadas na esfera pública e que apontam para aquilo que se deseja lembrar e silenciam aquilo que deve ser esquecido¹⁵.

Assim, a construção de identidades visa atender interesses de determinados grupos, que se colocam como defensores de uma tradição esquecida e que precisa ser resgatada, para não ser perdida.

De acordo com Hobsbawm, é interessante como esses grupos se utilizam de elementos antigos para elaborar novas tradições com fins bem originais. Às vezes junto às velhas tradições ou emprestadas de antigos rituais, simbolismo, princípios morais¹⁶. E isso se observa no movimento separatista do Sudoeste e Oeste paranaense. Esse grupo aproveitou-se das origens em comum da maioria dos pioneiros da região para convencê-los da necessidade de se criar um novo Estado no Sul do país.

A identidade é usada sempre de acordo com os interesses de determinados grupos. Desde o início do século XIX, quando as terras do Paraná ainda pertenciam a São Paulo

¹⁴ HOBBSAWM, 1997, p.10.

¹⁵ LANGARO, 2007, p.25-32.

¹⁶ HOBBSAWM, 1997, p.10.

existia um grupo de homens que tinham interesse na separação da 5ª Comarca de Curitiba em uma nova Província. Então, a questão da identidade do Estado do Paraná já era tema de debates na sociedade desde muito antes da sua emancipação política, em 1853. O Paraná que nos referimos é o Tradicional, uma vez que era a única região ocupada até 1840, quando o Norte Pioneiro começa a ser ocupado.

Beloto afirma que, desde os primeiros anos da década do século XIX, os políticos da região da Comarca de Curitiba não aceitavam totalmente as ordens de São Paulo, argumentando que a região era muito distante da sede do governo, denunciando a total ausência do governo imperial, justificando que esse fato empobrecia a região. Por isso não havia desenvolvimento nem do comércio nem da agricultura. Argumentavam também que por esse mesmo motivo muitos administradores enviados para cá não se interessavam pela região. Queriam um governador que residisse em Paranaguá e que fosse “desligado de São Paulo”. Mas não foram atendidos pelo governo Imperial.

Em 1821, os políticos investiram novamente no desejo de ver a 5ª Comarca emancipada de São Paulo, mas não tiveram sucesso. Porém, a partir dessa década a Comarca passou a ter mais importância por exportar erva mate para a Argentina e o Chile, além do comércio com o gado. Por outro lado, os conflitos no sul, como a independência da Província Cisplatina (1828), a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul (1835-1845) e a Revolução Liberal de Sorocaba (1842), faziam com que as autoridades imperiais olhassem diferente para essa Comarca, pois aqueles homens podiam se juntar aos movimentos revolucionários. A localização estratégica do Paraná e a adesão desses aos revolucionários do Rio Grande do Sul e de São Paulo poderiam colocar em risco a própria existência do império brasileiro. Então, para acalmar os ânimos das elites locais, as autoridades prometeram a emancipação. Além disso, a Comarca do Paraná registrava um número de políticos liberais muito expressivos, o que incomodava e preocupava o imperador D. Pedro II.

O governador da Província de São Paulo, o Barão de Monte Alegre, em 1842, já lembrava ao ministro do Império, o perigo que representavam esses movimentos revolucionários e as promessas de emancipação da 5ª Comarca que não eram cumpridas. Além disso, lembrava que as condições da região eram muito boas: o número de população era suficiente, havia a descoberta dos Campos de Palmas, a boa renda da população e a distância da capital de São Paulo, a proximidade de Curitiba, e até sugeriu lá a capital. Mas a

Câmara de Paranaguá defendia que lá era o melhor lugar, não considerando justo que a capital da nova província fosse Curitiba, uma vez que aquela tinha sido elevada a município muito antes.

Um ano depois da Revolução Liberal, em 1843, foi enviado um primeiro projeto de emancipação da Comarca do Paraná em Província. O governo imperial foi favorável. E acrescentou mais um item a seu favor: a proximidade do Paraguai e Argentina. Mas no mesmo ano foi apresentado outro projeto separatista, o da região de Minas do Sul – o Estado do Sapucaí - e com a mudança do Gabinete em 1844, a votação acabou sendo adiada. Mas no Paraná os políticos não deixavam a ideia desaparecer, publicando matérias em jornais até no Rio de Janeiro.

Essa posição de maioria dos liberais na Comarca teve um desdobramento importante no ano seguinte, em 1853. Em agosto deste ano, retorna à Câmara dos Deputados, do Rio de Janeiro, o projeto de emancipação da Comarca de Curitiba. Durante a segunda discussão deste, o deputado Pacheco Jordam afirmou que a ideia não havia surgido na comarca de Curitiba, mas no Rio de Janeiro, pois sabiam que a ideia agradaria a todos na região, mas foi taxativamente repelida pelos deputados paulistas, já que eles perderiam parte do seu território¹⁷.

Os políticos de São Paulo, principalmente, eram definitivamente contrários à ideia da emancipação da 5ª Comarca de Curitiba. Muitos senadores como o senador Vergueiro, de São Paulo, queriam impedir a emancipação e propunha a união de Santa Catarina e Paraná em uma só Província. Só em 1850 o projeto foi votado e aprovado junto com a criação da Província do Amazonas. Mas a do Paraná ainda voltou para a Câmara dos Deputados para ser discutida novamente.

Em 1852 não foi aprovado o projeto de emancipação por pressão dos paulistas. E só entrou na pauta do dia em 1853, ainda com grande oposição dos paulistas, que tentavam protelar a emancipação com discursos e emendas.

Porém, naquele ano de 1853, os paulistas não conseguiram unidade política e conseguiu-se uma maioria favorável ao projeto de emancipação. O projeto entrou em pauta com urgência, pois o ano legislativo terminava em agosto e o objetivo era aprovar a emancipação ainda naquele ano, já que no ano seguinte haveria eleições em São Paulo. O objetivo, de acordo com Beloto, era diminuir a importância do Partido Liberal, dividindo aquela província. Assim, a parte que seria transformada em nova província - a do Paraná - de maioria liberal, seria transformada em maioria conservadora, por influência do presidente da

¹⁷ BELOTO, 2003, p. 63.

nova província, que era designado pelo Imperador. Assim, de acordo com Beloto, foi “um arranjo pessoal e não político, para influir na eleição da província de São Paulo”. Até mesmo os políticos conservadores paulistas se uniram a favor do projeto e os liberais ficaram em minoria contra a aprovação.

Beloto afirma que era importante para o Império desorganizar os liberais em São Paulo, pois com a emancipação da Comarca de Curitiba, os conservadores conseguiam mais um senador e deputados para a Assembleia Geral, diminuindo a importância de São Paulo. E ainda atendia os interesses da nova Província, fazendo-os aliados do imperador, tornando-os maioria conservadora, sob o seu controle político. Assim, o Partido Conservador fazia alianças com grupos regionais e mostrava eficiência nos acordos políticos. Segundo o autor, “a emancipação é usada como um instrumento de controle político pelos conservadores”¹⁸.

Em 1853, não conseguindo vencer as pressões dos políticos conservadores, foi aprovada a criação da Província do Paraná:

Finalmente, era aprovada em 20 de agosto e convertida em Lei n. 704, sancionada a 29 de agosto, e dispunha apenas acerca da criação da Província, dando-lhe os limites da comarca de Curitiba e estabelecendo essa cidade como capital provisória, até que sobre a matéria dispusesse a nova Assembleia Provincial¹⁹.

Com a oficialização da emancipação, os liberais ficaram em segundo plano na política local. Era preciso organizar toda a administração provincial, principalmente a economia, mas também a educação pública, a infra-estrutura, bem como a construção de estradas, pois as que existiam eram intransitáveis, principalmente a da Graciosa e da Mata, além da transferência da feira de Sorocaba para Castro, para que os fazendeiros pudessem ter mais lucros. Na época da emancipação, o Paraná já tinha uma infra-estrutura organizada no setor da criação de gado e já iniciava no comércio da exploração da madeira, mas ainda era restrita ao litoral por falta de estradas. A preocupação também era com o porto de Antonina e com a administração pública.

Enfim, era preciso organizar tudo na nova Província, de acordo com Balhana. Isso incluía nomear para a presidência da nova Província um político que representasse os interesses do Imperador. Para isso nem era necessário um político paranaense. A política

¹⁸ Ibidem, p.69.

¹⁹ BALHANA, 1969, p.109.

imperial inclusive preferia para esse cargo um político que não tivesse ligações afetivas com a região.

Então, em 17 de setembro daquele ano foi nomeado como primeiro presidente da Província do Paraná, o baiano Zacarias de Goes e Vasconcelos, que articulou a instalação da província do Paraná para o dia 19 de dezembro de 1853.

Num processo de circulação das elites, que tem como objetivo homogeneizar interesse em torno da unidade imperial. Os personagens assumem cargos em vários postos no país, levando a ideologia, formando quadros que visam, por suposto, a reprodução das elites ²⁰.

Para Marion Brephol de Magalhães²¹, a emancipação do Paraná foi uma concessão do imperador, uma estratégia para desarticular os liberais paranaenses. Portanto, o ano de 1853 representou o atendimento dos interesses das elites locais, que desejavam mais autonomia para dirigir a economia e a política local, mesmo que oficialmente afirmassem que era em nome do bem de todos e do progresso da região. A emancipação política do Paraná representou uma vitória do movimento paranista unitário.

Após a emancipação política, era necessário organizar a máquina administrativa, fortalecer a economia e a instrução das classes menos favorecidas para servirem como mão-de-obra qualificada, “abrasileirar” os estrangeiros, que já eram em número significativo no Paraná, uma vez que esses mantinham seus costumes e valores, para que não se transformassem numa ameaça à hegemonia dessas elites.

1.2 – A presença do Imigrante e a construção da sua espacialidade.

O imigrante tem um papel de destaque na organização do Estado do Paraná a partir da emancipação política, quando o governo estadual passou a efetivar uma política de incentivo à sua vinda, para que pudessem ocupar os grandes espaços geográficos existentes.

Quando os migrantes se estabelecem em um novo lugar, perdem o contato com a sua paisagem natal. Sua casa, o vizinho que conhecia muitas vezes desde a infância, até a maneira de se vestir, que o identificava com seu antigo lugar, acaba se perdendo. Eles são erradicados de seus lugares de origem e muitas de suas raízes se perdem, pois se deparam com uma nova realidade, muitas vezes se tornam desagregados do restante da sociedade por

²⁰ BELOTO, 2005, p.67.

²¹ MAGALHÃES, 2001, p.23.

muito tempo. Sobre esse vazio tentam criar outra identidade, construir a sua nova espacialidade.

Alexandre Neundorf afirma a necessidade da construção de uma identidade cultural dos países da América Latina por parte das elites, e demonstra que para isso é preciso definir fronteiras claras que possibilite um espaço territorial onde possam desenvolver uma cultura própria. Para além dessa fronteira, encontra-se o outro, o diferente, que é de fundamental importância para a construção dos iguais.

Os limites políticos e territoriais são construídos historicamente, para que se tornassem realidade na situação que encontramos atualmente. O Brasil, desde a época das Capitanias Hereditárias até os Estados atuais teve que definir politicamente seu espaço territorial e com o Paraná não foi diferente.

Magalhães afirma que a descoberta do ouro nas Minas Gerais e a expansão do café no Vale do Paraíba incorporaram a mão-de-obra escrava paranaense, que já era pequena, e foi se reduzindo cada vez mais. Além disso, a industrialização, o excedente de mão-de-obra e os conflitos na Europa favoreceram a política imigracionista a partir de 1824. Mas aumentou consideravelmente a partir da emancipação política, em 1853, por causa da “necessidade de preencher os vazios demográficos das regiões de fronteiras, garantindo assim a ocupação efetiva do território”²².

Esse “vazio demográfico” precisa ser questionado, uma vez que nessa região viviam milhares de nativos, caboclos, ribeirinhos, mas que não são considerados por muitos historiadores. Por questão de preconceito, muitos preferem encobrir ou negar a presença indígena no Paraná, assim como em outros lugares do Brasil. Ou ainda preferem transformar os índios em vítimas ou mesmo heróis no processo de colonização luso-brasileira. Além disso, de acordo com o historiador Protásio Langer²³, alguns autores buscaram adjetivos para os indígenas com o objetivo de buscar uma identidade ao estado, transformando a resistência indígena numa trama de valores como o patriotismo, heroísmo, paranismo, encobrindo-a em relação à invasão colonialista ibérica no seu universo.

Essa é uma visão eurocêntrica, na qual os indígenas são vistos como indivíduos poderosos e que não consideram a participação coletiva desses povos. Por essa mesma visão,

²² MAGALHÃES, 2001, p.30.

²³ LANGER, 2007, p.71-93.

não consideram a violência da colonização ibérica sobre esses povos ou então a reduzem ao máximo, chegando mesmo a romantizar a respeito da sua beleza, bravura, simplicidade.

Assim, considera-se o povoamento dessa região somente a partir do século XIX, quando o Paraná passou a receber um grande fluxo migratório, tanto do leste da Europa, Itália, Polônia, quanto de outras regiões do país, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, mais tarde, da Ásia, em especial do Japão.

Langer afirma que os indígenas nunca foram considerados povoadores e que muitos historiadores não dão a devida importância para a sua presença no território paranaense, considerando, juntamente com os políticos, que no início do século XX o sudoeste paranaense era um imenso “vazio demográfico”. Para o historiador, a origem da população sudoestina não leva em conta a presença dos indígenas e a identidade étnica é encoberta, diminuindo consideravelmente o confronto entre esses e os colonizadores europeus.

Os pioneiros, geralmente sulinos, descendentes de europeus, principalmente de italianos e alemães, pequenos agricultores, são vistos como “heróis” que desbravaram a floresta e os responsáveis pelo desenvolvimento da região. Essa mesma elite que se coloca como guardiã da civilização, remontando suas origens europeias, acaba por silenciar as indígenas que também contribuíram para o povoamento e a história desse lugar. Lembram a luta contra a ameaça estrangeira, se colocando como defensor da fronteira nacional e como único pioneiro do desenvolvimento.

Nesse sentido, a construção de uma identidade no Paraná ocorreu mais tarde, já no período republicano. Desde a sua emancipação, em 1853, já se percebia a necessidade da consolidação da nova Província. A primeira tentativa de um forjar identitário dos intelectuais e políticos no Paraná aconteceu em relação à fronteira com o “outro”, que no caso era Santa Catarina, na construção dos limites geográficos com aquela província.

Contudo, os intelectuais constroem limites de acordo com seus próprios interesses, como por exemplo, os topográficos, os geográficos, os interesses econômicos. Os mesmos se esquecem que na realidade o trânsito da população e a sua identificação com o espaço pode ser muito diferente daquele proposto por eles, porque existem em outro contexto, numa dimensão muito mais prática no real, como a existência de um rio, de uma montanha, etc.

O cartográfico, o discursivo, o textual, o imaginado pelos intelectuais e políticos não existe para o sertanejo que desconhece esses limites. Sua apreensão e utilização obedecem a uma lógica que leva em consideração os sentimentos de domínio e de pertença, uma vez que, em contato direto, retira do espaço que

habita, ou no qual circula sua fonte de sobrevivência, sua moldura vital. Nesse espaço ele estabelece pragmaticamente o que é seu, o que lhe pertence ²⁴.

O autor ainda afirma que os limites territoriais reais e efetivos de uma região são as semelhanças, o sentimento de pertencimento, a consciência de uma tradição e de um ideal em comum, um território determinado por marcos fronteiriços que determinam os locais de forma jurídica e administrativa, dentro de uma fronteira que marca os espaços próprios. Mas as mesmas fronteiras que unem os povos também excluem o outro, marca o limite das diferenças com o outro.

Segundo a Enciclopédia Einaudi²⁵, a região tanto pode significar uma fração de um Estado ou de uma nação, um agrupamento de Estados ou de nações, que são próximos pelas suas características econômicas, políticas ou culturais e pela sua situação geográfica. Por não encontrar um significado mais claro, muitos preferem usar o termo “domínio” para as grandes extensões de terras com um tipo de clima predominante ou para a área de uma determinada língua.

Para alguns geógrafos, mais recentemente a região é considerada um espaço que responde a questão da identidade ou da procura de uma, ou de outros questionamentos. A região sempre esteve ligada à paisagem, resultado da ação humana e está longe de representar a única forma da divisão territorial. Essas dependem das técnicas de produção e da organização dos grupos naquele espaço. Assim, a região homogênea deixa de ser “natural” e passa a ser “humana”.

O debate sobre a redivisão territorial brasileira vem desde o século XIX, quando muitos políticos e estudiosos afirmavam a necessidade de reorganizar o território nacional em partes mais ou menos da mesma extensão e com limites naturais.

Porém, até por causa da dimensão de muito desses projetos, ficaram apenas no debate, que adentrou o século XX, quando o Acre foi anexado ao Brasil como território federal, através do acordo entre o Brasil e a Bolívia, pelo Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903 ²⁶.

²⁴ NEUNDORF, 2007, p.02.

²⁵ ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1896, VOL.08, Região.

²⁶ Ver mais sobre esse Tratado em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/495/4/R166-08.pdf>, acesso em 01.10.09 e http://www2.mre.gov.br/dai/b_boli_11_927.htm, acesso em 06.20.09.

Na Constituição de 1934, tratou-se da criação de outros territórios federais, pois a necessidade era urgente, segundo muitos políticos e intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX.

Principalmente nas fronteiras, onde não havia desenvolvimento, nem interesses dos governos estaduais, o que possibilitava grandes riscos para a soberania do país, como quando a Coluna Prestes denunciou quando esteve na região oeste e sudoeste do Paraná em 1924. Além disso, a questão que também preocupava os políticos era de que, no futuro, sem a redivisão territorial, os Estados maiores dominassem a política e a economia no país.

Das várias propostas de redivisão territorial existente nas primeiras décadas do século XX, a maioria propunha dois tipos de unidades administrativas: os Estados auto-administráveis e os Territórios, com administração direta da União.

Até hoje, o debate sobre a divisão territorial continua no Congresso Nacional, onde existem vários projetos com propostas de criação de novos Estados brasileiros. Nos projetos apresentados ao Congresso, não se percebe as reais necessidades de formação de novas unidades federativas no país. O que eles deixam transparecer são apenas os interesses de pequenas elites regionais. Utilizamos como fonte as propostas publicadas no site da própria Câmara, e podemos analisar o que a imprensa eletrônica revela sobre elas.

No site do G1, de 30/07/2007²⁷, na matéria intitulada “Projetos preveem criação de mais 06 Estados”, a Agência Estado revela que, se esses projetos forem aprovados, significa que o país terá mais 144 deputados estaduais, 48 federais e 18 senadores. Os Estados onde efetivariam as divisões são o Pará, com a criação de dois estados – Carajás e Tapajós, Mato Grosso, com a criação de Mato Grosso do Norte, Bahia, com a criação do Estado de São Francisco, no Maranhão seria criado o Estado do Maranhão do Sul e no Piauí o Estado da Gurguéia. Esses projetos preveem plebiscito e já foram aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional.

Cada novo Estado significa aumento das despesas com o Executivo e com o Legislativo, pois são mais deputados, mais senadores, mais um Judiciário. Segundo essa fonte, nenhum dos projetos propõe estudo realmente sério da viabilidade econômica e também os custos da criação e organização desses novos Estados, sem se preocuparem em quem pagará a conta.

²⁷ <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL79930-5601,00.html> – acesso 07/09/2009.

No site de notícias da Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, de 31/07/2007, a matéria intitulada “Congresso discute a criação de seis novos Estados brasileiros” afirma que a maior parte são projetos antigos de criação de Estados e apresentam muitas falhas. E nenhum deles inclui um estudo detalhado sobre a viabilidade econômica e os custos da medida. Segundo a fonte:

Novas unidades precisam de estrutura completa. Todos devem ser dotados de estrutura física, como prédios, veículos e equipamentos, e administrativa - governadores, secretários, servidores, juízes, promotores, deputados. As propostas tampouco apresentam solução para um problema crucial: quem arcará com os custos do plebiscito. A justificativa para os projetos é o fato de existirem regiões distantes das capitais e que são desassistidas²⁸.

Porém, se a distância da capital for considerada fator decisivo para a criação de novas unidades federativas, o problema se torna muito maior e mais grave, pois o Brasil, com a dimensão territorial que possui, não conseguiria resolver esse problema de outra forma. Seriam necessárias mais e mais divisões territoriais para resolver esse problema.

Na matéria “Criação de novo Estado brasileiro divide senadores”, de 03/11/2004, o site informa que os senadores discutem os projetos de criação dos novos estados.

Segundo a fonte:

O projeto pode, no entanto, ganhar o apoio da bancada de Tocantins, que apresentou menos resistência à proposta. Segundo o senador João Ribeiro (PFL-TO), apesar dos problemas políticos que a criação do novo Estado apresentaria, o desenvolvimento de Tocantins mostra como a redivisão é importante para o desenvolvimento. "Por isso, a bancada de Tocantins deve apoiar a proposta", declarou. O parlamentar sugeriu ainda a criação de uma comissão para debater melhor o projeto²⁹.

A deputada Eurides Brito (PMDB) reafirma que essa idéia é absurda. Segundo ela, “é uma questão que interessa a determinados políticos, mas que não resiste a uma análise aprofundada sobre o que isso traria de benefício à população”.

Em notícia de 23/02/2007, na matéria do jornalista André Gardini. “Mapa do Brasil pode mudar”³⁰, fica evidente que, se os Projetos de Lei de criação de novos estados e

²⁸ <http://www.fenafisp.org.br/app/modules/news/article.php?storyid=3178>, acesso em 07/09/2009.

²⁹ <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI415369-EI1194,00.html>, acesso em 07/09/2009.

³⁰ http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id_article=405, acesso em 09.09.2009.

territórios no Brasil forem aprovados pelo Congresso Nacional, o país teria um total de 39 estados e três territórios federais. Hoje o país tem 26 estados mais o Distrito Federal. Contraditoriamente, a única região que não sofreria modificações seria o Sul, que não tem atualmente nenhum projeto separatista.

A cientista política Celina Maria de Souza Motta, da Universidade Federal da Bahia (UFBA)³¹, explica que sempre existiram propostas para criação de novos estados no Brasil. Segundo ela, “esse fato é meio comum em um país de dimensões territoriais como o Brasil. Eu acho que o país tem poucos estados, comparado com outros países federais do mundo, mas ao mesmo tempo, não há tantos regionalismos assim”.

Ela não acredita que existam forças regionais separatistas fortes no país que justifique uma guerra civil, como em outros países que acabaram divididos. “Em geral, no Brasil, os estímulos separatistas sempre foram mais econômicos do que regionalistas”, acrescenta a cientista política.

Fazendo um paralelo com o novo Estado de Tocantins, a matéria “O caudilho do Tocantins afirma que o mais novo Estado da federação, Siqueira Campo distribui terras e constroi a imagem de super-herói”, e o jornalista José Edward, Palmas/TO, de 19/07/2000, mostra que o governador José Wilson Siqueira Campos exercia um grande poder sobre o mais novo Estado da federação. Ele dedicou cerca de vinte anos de sua vida pública à luta pela emancipação do Tocantins e está no terceiro mandato, governando o Estado durante oito de seus doze anos de existência. Segundo a fonte, o governador:

Nas três administrações, distribuiu terras e agrados aos correligionários, fez a alegria das empreiteiras e nomeou quase todos os cargos públicos disponíveis. Nas escolas públicas do Tocantins, os alunos estudam a história da região por meio de uma cartilha em quadrinhos distribuída pelo governo do Estado. Siqueira Campos ocupa mais de um terço das páginas e aparece como um herói popular. "A criança e os jovens são prioridade, com educação para todos, salas equipadas, computadores e vídeos profissionais", afirma o governador em sua versão gibi.³²

Segundo o jornal sua palavra é uma ordem em Tocantins, mas está sendo acusado de irregularidades no governo e é acusado de nepotismo, entre outras coisas e também responde a uma ação popular pela distribuição de terras para amigos.

³¹ <http://www.fundep.ufmg.br/homepage/noticias/5298.asp>, acesso em 07/09/2009.

³² http://veja.abril.com.br/190700/p_082.html, acesso em 07/09/2009.

Analisando esses projetos de criação de novos estados, constatamos o caráter polêmico que eles possuem, uma vez que lidam apenas com o aspecto político, sem preocupação com a organização econômica que advém deles ou a origem dos recursos para a implantação dos mesmos.

O Brasil é de uma dimensão continental, mas que não tem motivações regionalistas para separação. São mais interesses econômicos de determinados grupos de elite que querem permanecer no poder ou alcançá-lo através da aprovação desses projetos, sem analisar os aspectos mais amplos do seu impacto para a população envolvida. Até porque a tendência neoliberal atual é derrubar as barreiras territoriais e não criar mais. É a interdependência, a integração econômica cada vez mais acentuada.

Os projetos de redivisão territorial atuais partem do pressuposto de que a união desses Estados ao restante do país traz prejuízos econômicos, especialmente no Sul. Essa é uma visão que chega a ser ingênua por acreditar que a região é geradora de riquezas que escoam de forma injusta para outras regiões consideradas parasitas e de que a importância que a agricultura tem para a região seria suficiente para um possível Estado ali ter sucesso. Essa visão acredita que a agricultura é a base de verdadeira riqueza de uma nação, uma vez que ela realmente tem impacto na economia brasileira, além de ser preterida para a industrialização predominante da região Sudeste.

De acordo com Rizzi e Germer, a proximidade do Sul com o Sudeste industrializado só beneficiou a região após a II Guerra Mundial, com a integração econômica do país, levando mais expansão à sua economia. Separando-se do país, o Sul iria ter mais prejuízo do que ganhos³³.

Até porque as classes sociais são unificadas nacionalmente e dessa perspectiva os interesses delas também o são. Os pequenos agricultores também se beneficiam dos fluxos migratórios.

Por outro lado, pensar que empresários e trabalhadores se uniriam regionalmente também não é razoável. Para os trabalhadores, quanto maior for a possibilidade de alternativas de trabalho em outras regiões do país melhor. Se a alternativa de melhores condições de vida e de trabalho for mais abrangente, mais ele se beneficia.

³³ RIZZI, 1991, p.206.

Aos colonos, a expropriação de suas terras por causa do esgotamento das terras no Rio Grande do Sul já no século XIX foi uma dura realidade e a eles não interessam um espaço mais estreito para a migração.

Dessa maneira, o debate sobre as motivações econômicas para o separatismo não proporciona justificativas sérias para movimentos com esse objetivo. Portanto, projetos que se apresentam como soluções para os problemas regionais não passam de utopias de determinados grupos políticos também regionais sem grandes possibilidades de vitórias e que não têm uma visão mais ampla da importância da unidade, da integração econômica.

Além disso, o novo Estado ficaria geograficamente mal localizado, encravado numa região entre três pequenos Estados e países sem importância econômica, sem saída para o mar e sem possibilidades de expansão econômica, como se pode observar no mapa do Brasil a seguir:

Figura 01 – Mapa do Brasil com a localização do Estado do Iguaçu, de LALA, 1993



1.3 – As diferenças no Sul: Paranismo - em busca de uma identidade.

As origens dos movimentos separatistas na região sul do Brasil remontam ao século XIX, ainda na época do império, com a Revolução Farroupilha. A influência das ideias republicanas do militar italiano Giuseppe Garibaldi³⁴ teve grande repercussão junto aos farrapos, na época da revolução, entre 1835 e 1845. Chegaram a proclamar a República do Piratini no Rio Grande do Sul e a República Juliana em Santa Catarina. “Embora sufocada a revolução pelo então conde de Caxias, os sucessos revolucionários marcaram também profundamente a mentalidade das populações sulistas”³⁵.

Posteriormente, com a proclamação da República, novamente os gaúchos pegaram em armas para combater o governo do marechal Floriano Peixoto, que governava o país e que eles acreditavam ser uma ditadura. Como o Rio Grande do Sul era uma região basicamente agropastoril, a industrialização de São Paulo e Rio de Janeiro preocupavam os gaúchos. O objetivo dos federalistas era derrubar os novos governantes da república e liderá-la. Porém, a Revolução Federalista foi massacrada pelo governo federal, mas as ideias separatistas sobreviveram. No início do século XX, durante a Guerra do Contestado, ocorrido na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, aquela região recebeu muitos fugitivos da revolução Federalista, e também contribuiu para que as ideias separatistas encontrassem terreno fértil para se desenvolver.

No final do século XX, em 1993, havia um movimento crescente no Rio Grande do Sul em relação ao separatismo. Além dos gaúchos, os outros estados da região sul e sudeste - São Paulo, Paraná, Santa Catarina - alegavam que carregavam os outros estados brasileiros nas costas, e que isso justificaria a separação.

O gauchismo, segundo a antropóloga Renata Menasche, seria um componente ideológico em sua conformação³⁶. Desde o final do século XIX, havia uma preocupação em reafirmar as tradições gaúchas através do campo e da figura do gaúcho, livre e sem destino, criador de animais nas planícies do Rio Grande do Sul.

De acordo com Menasche, em 1948 um grupo de estudantes secundários de Porto Alegre criou o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) e que se proliferou por todos os cantos.

³⁴ Ver mais sobre a participação de Garibaldi na Revolução Farroupilha em http://www.terragaucha.com.br/revolucao_farroupilha.htm, acesso em 29.01.2010.

³⁵ WACHOWICZ, 1985, p.119.

³⁶ MENASCHE, 1993, p.22.

Interessante observar que esse movimento “tradicionalista” ocorreu exatamente quando o Rio Grande do Sul passava por um momento de industrialização, urbanização e mecanização das lavouras, desempregando peões, expulsando-os e marginalizando-os nas cidades. Os jovens, filhos de pequenos proprietários rurais que viviam nas cidades, que não tiveram qualquer ligação com o latifúndio, defendiam os valores da oligarquia rural. Queriam recriar os costumes do campo e que eles imaginavam conhecer e pertencer³⁷.

Nesse sentido, podemos comparar esse gauchismo criado pelos jovens da capital do Rio Grande do Sul com o que Hobsbawm afirmou sobre a invenção de uma tradição. Uma tradição um tanto artificial, mas que através da repetição constante se estabeleceu como tal.

No final do século XX, em 1992, outro grande momento dos movimentos separatistas no Brasil e no Sul, um dos líderes do movimento pela unidade paranaense, “O Paraná é Indivisível”, o deputado estadual Aníbal Khury já se preocupava com as consequências políticas do projeto que propunha a criação de uma nova unidade federativa no sul, chamando a atenção para o risco que isso representava para o país, que apenas incentivava mais essas ideias, que se faziam presentes de forma muito perigosa no Sul.

Para os políticos tradicionais do Paraná, um projeto separatista só poderia impulsionar mais o separatismo nacional, e isso colocava em risco a unidade territorial brasileira, não apenas do sul.

Em reunião em Florianópolis, em 24 de março de 1993, políticos do Estado do Paraná e Santa Catarina, preocupados com o movimento separatista, afirmavam a necessidade de todos os paranaenses e catarinenses se unirem a favor da integridade territorial desses dois estados, contra a mutilação do próprio país, uma vez que acreditavam que por trás daquele movimento existia um outro muito mais perigoso – a criação de um novo país no Sul.

A partir das ideias separatistas surgidas no Rio Grande do Sul, vamos pensar como elas fizeram ou fazem parte do processo social do Estado do Paraná. Para isso analisaremos como, em função dessas ideias, surgiram diversas tentativas de construção de uma identidade própria que o diferenciasse das demais regiões do Brasil e, ao mesmo tempo indagar as motivações ou os sentidos políticos em torno desse discurso da “homogeneidade identitária” da região.

³⁷ Ibidem, p.23.

No início do século passado, na década de 1920, os intelectuais do Paraná deram início ao movimento “paranista” – unindo artistas, escritores e historiadores em torno da construção de uma identidade própria, para divulgar sua história e tradições, acreditando no progresso, no desenvolvimento e na modernidade, na valorização do Estado por parte de quem não tinha nascido nele.

Romário Martins foi o grande idealizador do movimento paranista. Procurando tirar proveito da diversidade da população do Paraná, o historiador construiu uma definição bastante poética do que viria a ser “paranista”:

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. Esta é a acepção em que o neologismo, se é que é neologismo, é tido esse nobre movimento de idéias e iniciativas contidas no Programa Geral do Centro Paranista. ... Paranista é todo aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cedeu uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, luminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore³⁸.

Para Martins, o homem paranaense deveria ter, antes de tudo, um sentimento de amor pelo Estado, se preocupar com a coletividade. De acordo com Balhs:

Romário não pretendia que houvesse uma aculturação dos europeus residentes no Paraná, mas a preservação dessa heterogeneidade para construir uma sociedade singular, com particularidades e especificidades próprias, diferentemente das demais áreas do país. Expressões como ordem e progresso, trabalho e justiça eram constantemente associadas à construção de um futuro do Paraná e da Nação. A história que o intelectual retratava, no entanto, tinha suas raízes fincadas no passado, e estava voltada para elementos da terra. A busca e a sacralização de símbolos que fossem próprios do Estado é um exemplo disso³⁹.

Assim, de acordo com Balhs, Martins organiza o Movimento para construir a identidade paranaense através do destaque da presença dos estrangeiros europeus, enfatizando e enaltecendo as suas diferenças e dos seus recursos naturais, para associá-lo ao imaginário de “paraíso terrestre”, como dissera no século anterior o botânico francês Saint-Hilaire, sobre a região de Curitiba.

Romário Martins ainda destacaria a ideia de valorização das riquezas naturais, como particularidades próprias ao Paraná, para criar sua imagem como “uma ilha” de progresso dentro do país. Construir um passado glorioso para o Estado, destacando suas

³⁸ MARTINS, apud BALHS, 2007, p.69.

³⁹ BALHS, 2007, p.70.

diferenças serviria para consolidar um presente que se pretendia impor. Além disso, a ideia era utilizar-se da arte para criar símbolos próprios para o Paraná.

A proposta estética idealizada por artistas paranaenses, integrantes do Movimento Paranista, era usar a arte como instrumento para fixar uma relação entre os símbolos paranistas fabricados pela elite cultural curitibana e a população. Segundo eles, o papel da arte na construção de um imaginário e, inclusive, de uma tradição comum ao Paraná, ficaria evidente no uso do pinheiro, “símbolo máximo dos ideais paranista e o alvo preferido dos artistas da época”⁴⁰.

Para alcançar esse objetivo, Balhs afirma que João Turin, escultor, nascido no interior do Paraná, com uma arte de estilo *art déco*, também serviu para divulgar os ideais paranistas. Um dos seus temas preferidos eram as imagens indígenas que fez para ilustrar as lendas de Romário Martins, na Revista “Ilustração Paranaense”, apresentando-os como guerreiros, de corpos perfeitos, reproduzindo o ideal renascentista.

Os paranistas queriam também divulgar os valores paranaenses para todo o país e o exterior. A figura do imigrante, reafirmada pelos paranistas no desenvolvimento do Estado deveria ser retratada nesse movimento. O papel dos imigrantes contribuiria para mostrar o grande desenvolvimento do Paraná.

Nesse sentido, o ideal criado pelos intelectuais paranaenses atuava apenas no aspecto formal, sem levar em conta nada além da topografia, a geografia e os interesses econômicos. Não levava em conta a diversidade populacional e o desejo das pessoas de se identificarem com o determinado espaço em que viviam. Uma “fronteira imaginada”, forjada no alto de uma pirâmide social, partindo de interesse intelectual e político⁴¹. Mas no contexto político da época fazia sentido, uma vez que não se pensava nos interesses da maioria da população.

Para a população comum que habita esses espaços, a fronteira é algo muito mais prático, como um grande rio, uma grande montanha, etc. Esses são os limites conhecidos e aceitos pelo sertanejo, pela população. É o sentimento de pertencimento e de domínio de onde ele vive. Ali ele se sente em casa. O movimento paranista, por isso, acabou restrito à região próxima e na capital do Estado. Era um movimento que não se identificava com a maioria da população do Estado.

Na verdade, o que se viu foi a transposição de um projeto identitário, que seria mais local para o nível total, ou seja: a identidade pretendida para o Paraná adequava-se à sua capital, mas não necessariamente ao restante do território. A “divisão” populacional que se formava, sobressaindo de um lado os imigrantes

⁴⁰ Ibidem, p.71.

⁴¹ NEUNDORF, 2007, p.29.

européus, próximos à região de Curitiba e de outro, as centenas de paulistas, gaúchos e mineiros que migravam para o Paraná, certamente justificaria a dificuldade em se estabelecer um sentimento de pertencimento à terra paranaense, sentimento esse essencial para a vigência de uma identidade coletiva ⁴².

Assim, falar em identidade paranaense nos leva a discutir também os valores intrínsecos a esses migrantes. Pessoas que construíram um ideal de vida a partir das dificuldades vividas no processo de mudança das suas raízes e da construção de uma nova identidade. Por isso, é muito parcial e indefinida a “identidade paranaense” tão discutida e valorizada no Movimento Paranista da década de 1920, quando o Estado do Paraná se resumia à região litorânea e o norte pioneiro.

O processo identitário paranista que iniciou nos anos 1920 do século passado se intensificou em 1950, com as transformações ocorridas em todo o Estado, a aceleração do processo imigratório no interior, de ocupação de várias regiões por imigrantes de diversos lugares do Estado e de outros. No Sudoeste do Estado, esse sentimento tomou grandes proporções a partir do ano de 1957. Com a Revolta dos Posseiros do Sudoeste, toda uma população indignada expulsou os representantes do grande capital, que desejavam tomar suas terras, através das empresas colonizadoras particulares e na atuação violenta dos seus jagunços.

Assim, discutiremos e analisaremos se a “falta de identificação” da população do Sudoeste do Paraná, argumento muitas vezes usados pelos separatistas, estimulou divergências em torno dos interesses de determinados grupos políticos e fez com que a ideia da criação de um novo Estado desenvolvesse no cotidiano da sociedade local e qual a intensidade da participação da população. Ou se houve uma tentativa forçada e artificial de construção de uma memória única, baseada na afirmação de uma identidade homogênea da região.

Em função desse acontecimento, o “forjar identitário” de aspiração homogênea, percebido no interior dos dois momentos – décadas de 1960 e 1990 - em relação aos movimentos de criação do Estado do Iguazu demonstra que um grupo de políticos se colocou no papel de convencer a população de toda uma extensa região, que englobava parte de dois Estados, Paraná e Santa Catarina, para criar um novo núcleo federativo. Para conseguir seus objetivos, organizaram reuniões, debates, simpósios, elegendo até um

⁴² BALHS, 2007, p.65.

representante para defender sua causa a nível federal das decisões em 1990, para conseguir apoio aos seus ideais. De acordo com a memória apresentada pelas pessoas envolvidas na pesquisa, eram homens que resistiam ao poder estabelecido e representado pelo Estado. Porém, observa-se a ausência da participação popular no movimento, fazendo crer que era de uma elite local.

Por outro lado, existe uma possibilidade de historicamente o Sudoeste ter construído algum tipo de identidade regional diferenciada das outras regiões do Estado, mesmo que isso não justificasse um movimento separatista como o que ocorreu.

Por outro lado, havia um movimento pela unidade territorial paranaense muito atuante nos anos 1990, dos quais se destacavam os seguintes nomes:

Aníbal Khury, nascido em Porto União - SC, filho de comerciante e industrial de madeiras na vizinha cidade de União da Vitória - PR, em 1948 se elegeu vereador nessa cidade e em 1954 se elegeu deputado estadual pelo Paraná. Mudou-se com a esposa e família para Curitiba e foi reeleito sucessivamente para deputado estadual e primeiro Secretário da Mesa Diretora por quatorze vezes. Foi presidente do PTN (Partido Trabalhista Nacional). Com a ditadura militar, foi cassado em 1969, porém voltou à política e se tornou um dos políticos mais influentes no Estado do Paraná até a sua morte, em 30 de agosto de 1999.

Francisco da Cunha, advogado e jornalista, proprietário do Jornal A Gazeta do Paraná, de Curitiba, foi o principal líder no movimento pela integridade do território paranaense nos anos 1990, mesmo não exercendo nenhum cargo político. Foi uma liderança em todo o Estado em outras campanhas, como quando liderou através do jornal, nos anos 1980 a campanha pelo pagamento de *royaltes* pelas terras do Paraná alagadas pela Itaipu, ou a campanha “Bicho-do-Paraná” e da unidade territorial do Estado. Ele se considerava o porta-voz do povo paranaense. E assim se manteve até a sua morte, em 18 de março de 2009.

O governador da época, Roberto Requião, que sempre defendeu o território paranaense, também estava entre os principais líderes pela unidade paranaense no final da década de 1990.

Porém, durante todo o processo se observa a ausência da participação popular no movimento, fazendo crer que esse também era da elite política da região do Paraná Tradicional.

2 - INFLUÊNCIAS SEPARATISTAS NO PARANÁ.

2.1 – Território Federal do Iguazu e a Colonização do Sudoeste: uma questão política.

No final do século XIX, com a proclamação da República, os gaúchos pegaram em armas novamente contra o que eles consideravam a ditadura do marechal Floriano Peixoto. Os federalistas queriam derrubar os novos governantes da república para liderar a política brasileira. Porém, a Revolução Federalista foi massacrada pelo governo federal.

Muitos fugitivos desse episódio se refugiaram no interior entre Santa Catarina e Paraná, numa região que mais tarde seria palco de mais um conflito, o Contestado. Lá, o monge José Maria pregava contra a República e anunciava grandes calamidades, numa terra de ninguém, disputada pela Argentina e Brasil e pelos Estados de Santa Catarina e Paraná.

Em 1895, o presidente dos EUA já tinha decidido a favor do Brasil pelos direitos de posse naquela região, quando da Questão das Missões, conflito que envolveu o Brasil e Argentina, que cobiçava aquela região. A população local aumentava e ali viviam abandonados à própria sorte, ignorados pelos governos dos dois Estados, Paraná e Santa Catarina. Eram posseiros, peões dos madeireiros, agregados, tropeiros, que viram suas vidas se transformar quando iniciou a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, que passava naquela região. A subsidiária da empresa norte-americana responsável pela construção, *Brazil Railway Co*, recebeu terras próximas da estrada de ferro como concessão e expulsou os posseiros da região. A situação se agravou e deu início à Guerra do Contestado em 1912, e que só terminou em 1916.

No início do século XX, essa foi uma séria disputa de terras entre Paraná e Santa Catarina, pois os governos desses Estados ainda não haviam estabelecido claramente seus limites. Numa área de cerca de 48 mil km², compreendia toda a região do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, onde grande parte dela depois iria pertencer ao futuro Território do Iguazu.

Esse foi um dos mais significativos dos movimentos contra a ordem estabelecida pelo governo federal: o confronto que envolveu os pobres do Paraná no início do período republicano. No início do século se desenvolvia às margens das grandes propriedades do Estado uma economia de subsistência de posseiros e desempregados das grandes fazendas, empurrados e com violência, pelo estado e pelos grandes fazendeiros para dentro da mata.

Lá eles se reorganizaram novamente. Mas o que provocou “a guerrilha do Contestado foi a aquisição, inclusive por concessão do governo, de terras por parte da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* para a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande”⁴³. Logo depois de terminar a construção da ferrovia, os cerca de oito mil operários foram despedidos, a empresa norte-americana adquiriu mais 18 mil hectares de terras em Taquaruçu e expulsou as famílias do local. A miséria e o desespero contribuíram para a população ser atraída por líderes messiânicos como José Maria, na verdade desertor do Exército em Curitiba. Os conflitos entre os dois lados aumentaram e o governo federal mandou a polícia reprimir com violência os “fanáticos”, como passaram a ser denominados pelas autoridades e a empresa norte-americana. José Maria acabou fugindo para Irati, próximo de Palmas, onde foi morto pelas autoridades do Paraná. Também morreu nesse combate o comandante da Polícia Militar do Paraná, João Gualberto. Após a morte de João Maria, as autoridades esperavam que o movimento acabasse, mas se espalhou por cerca de 25 mil km². O governo federal respondeu com o envio de mais soldados. Em 1914 foram mobilizados cerca de sete mil homens do Exército, mas somente em 1916 conseguiram acabar com o movimento, com o massacre de cerca de 20 mil pessoas.

A partir desta época, a ideia separatista manifestou-se na região - para criar o Estado das Missões, com territórios tanto do Paraná quanto de Santa Catarina. Foi a primeira semente do separatismo plantada na região. Por outro lado, depois de quatro anos de conflito na região, com grande massacre dos posseiros daquela região, o governo catarinense percebeu que, sem um acordo, ficaria apenas com um território restrito ao litoral, por isso aceitou um acordo de limites entre os dois Estados proposto pelo governo federal.

No início da década de 1920, em função das comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil, muitos intelectuais brasileiros começaram a discutir e analisar a redivisão territorial, uma vez que havia um grande número de Estados grandes e outros muito pequenos. O problema das fronteiras era grave e se tornava necessário povoá-las o mais rápido possível, através da criação de Territórios.

Os políticos e a população das regiões oeste e sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, insatisfeitos com o abandono da região pelos dois Estados e temendo a invasão argentina, que havia sido denunciada pela Coluna Prestes em meados da década de 1920, queriam a emancipação.

⁴³ MAGALHÃES, 2001, p.35.

O reequilíbrio territorial era proposto tanto por intelectuais quanto por políticos, porque era um debate presente desde o início da colonização portuguesa, com a criação das Capitânicas Hereditárias. Para eles, era de fundamental importância que essas distorções territoriais acabassem, pois dessa maneira alguns Estados no futuro não predominariam politicamente sobre os pequenos. Na década de 1930, muitos políticos alegavam que o Estado Novo implantado no Brasil por Getúlio Vargas era o momento exato para essa reorganização territorial.

A maioria das propostas dos intelectuais que propunham uma forma de divisão e tamanho das unidades territoriais tinha em comum duas formas de divisão – os Estados administrativos e os Territórios, esses últimos administrados pela União.

O governo de Vargas – centralizado e autoritário - foi fundamental na política territorial e na forma de ocupação das regiões de fronteira, implementadas a partir de 1930.

Com seu projeto nacionalista, Vargas preocupava-se com os “vazios demográficos” e com as fronteiras brasileiras. E de forma intervencionista e autoritária criou cinco territórios federais de fronteiras e a ocupação desses “espaços vazios”. Apelou para o sentimento de brasilidade e convenceu o povo de que cada um tinha obrigação patriótica de cuidar desses espaços, numa verdadeira “Marcha para o Oeste”.

De acordo com Neundorf, em discursos em Goiânia, a 08 de agosto de 1840, Vargas afirmou que o futuro do Brasil era o oeste e que o país era politicamente uma unidade, com a mesma língua, mas que economicamente ainda não era. Que o país formava ilhas desenvolvidas entre espaços vazios, despovoados, que era preciso promover o desenvolvimento dessas regiões, “fazer com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas”, que o Brasil não tinha interesse em conquistar mais territórios em direção a outros países, mas crescer dentro das suas próprias fronteiras⁴⁴. Com isso, ele acreditava que a marcha para o oeste era um novo tipo de bandeirantismo na expansão dessas novas fronteiras.

Nas ações do governo a partir do ideal da “marcha para o oeste”, a intenção era a criação de colônias agrícolas, abertura de novas estradas, obras de saneamento rural, construção de hospitais, etc.

⁴⁴ NEUNDORF, 2007.

Outro motivo alegado por Vargas para o povoamento dos “espaços vazios” era o interesse de países estrangeiros, como Argentina e Paraguai, que já haviam demonstrado cobiça por algumas regiões fronteiriças do sul do país. Isso representava um perigo à soberania nacional. Para impedir esses perigos, Vargas utilizou-se dos meios de comunicação, sendo o principal deles o rádio, para alertar todos os brasileiros e convocá-los a participar efetivamente a fim de evitar isso.

O nacionalismo de Vargas foi determinante em algumas regiões como o Oeste e Sudoeste do Paraná, onde a convivência de brasileiros com argentinos e paraguaios era grande. A Argentina representava o perigo maior, por causa do passado de conflitos com o Brasil por territórios e porque lá havia um grupo de políticos com interesses em projetar a Argentina na geopolítica latino-americana. De acordo com Sérgio Lopes, os altos escalões dos militares no Brasil e a presidência certamente conheciam esses interesses⁴⁵.

A presença brasileira no oeste e sudoeste paranaense era muito tímida até a década de 1920, o que impedia o efetivo povoamento da região. O domínio argentino era evidente, através da produção do mate e da extração da madeira e trazendo produtos para os moradores locais consumirem. Segundo Wachowicz, a população do sudoeste do Paraná na primeira década do século XX era em torno de três mil habitantes. Em 1920, essa população havia dobrado, entre outros motivos, por causa da chegada de muitos foragidos da justiça de todas as regiões sul, de posseiros refugiados da Revolução Federalista, do Contestado, além de argentinos e paraguaios que adentravam a região em busca de erva mate⁴⁶.

Porém, essa região era habitada pelos nativos e caboclos muito antes da década de 1940, de forma extensiva, com uma economia de subsistência, predominando a exploração de erva-mate e a criação de suínos. Já a partir de 1940, de forma intensiva, a ocupação da região foi substituída pelos imigrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de europeus.

Quando o General Mário Tourinho assumiu o governo no Paraná como interventor, a sua primeira atitude foi a nacionalização da fronteira guarani (região fronteiriça com o Paraguai e a Argentina), nomeando o engenheiro Otton Mader para prefeito de Foz do Iguaçu, para promover o desenvolvimento da região, impondo o idioma e a moeda nacionais. A outra atitude do governador foi o Decreto nº. 300, que anulou a concessão das terras à *Brazil Railway Company*.

⁴⁵ LOPES, 2002.

⁴⁶ WACHOWICZ, 1987, p.68-69.

A empresa norte-americana era responsável pela construção da estrada-de-ferro São Paulo - Rio Grande e que havia recebido concessões de terras numa extensão de 08 km de cada margem da rodovia como pagamento. As terras concedidas àquela empresa se estendiam por quase todo o sudoeste do Paraná e foi responsável por desencadear a Guerra do Contestado. Ainda em dezembro, o governo publicou o Decreto n.º. 19.482, “a lei dos terços”, onde obrigava as empresas terem dois terços de funcionários brasileiros naquela região, entre outras coisas, por causa das *obrages* argentinas, que contratavam basicamente mão-de-obra paraguaia.

Já em 1931, Vargas organizou uma Comissão para percorrer o oeste do Paraná fazendo o levantamento e reconhecimento da região, que constatou o abandono do lugar, a necessidade da nacionalização e a criação de um território federal ali.

O governo federal também organizou planos de loteamento e colonização, criou uma Comissão Especial para rever as concessões estaduais e municipais e o Estado não podia mais colonizar e abrir estradas na faixa de terra de 150 km da fronteira. A legalização de compra de terras passou a ser de responsabilidade do Conselho de Segurança Nacional e só mais tarde voltou ao interventor do Estado do Paraná.

Nessa época, o Paraná já sabia que poderia perder parte de seu território, que seria desmembrado para formar o território Federal do Iguaçu.

Outra atitude de 1938 por parte do governo federal para a afirmação da identidade nacional brasileira foi o Decreto n.º. 868 de 18 de novembro, criando a Comissão Nacional de Ensino Primário, para nacionalizar as colônias estrangeiras e “homogeneizá-las”, para afastar o risco de impor o projeto de identidade nacional. Muitos dessas colônias insistiam em manter tradições, culturas, costumes e língua da pátria de origem, o que representava um perigo à união nacional. Assim, com esse decreto excluía-se o perigo de formação de território estrangeiro dentro do país. De acordo com essa perspectiva, as condições da criação do Território Federal do Iguaçu, o seu anteprojeto foram dadas ainda em 1938, apesar dele só ter se tornado efetivo em 1943.

Entretanto, alguns autores afirmam que a criação do TFI⁴⁷ por Getúlio Vargas foi para atender interesses dos empresários e das colonizadoras gaúchas, uma vez que no Rio Grande do Sul as terras já estavam ocupadas até o seu limite. Para realizar esse objetivo, era preciso tirar o controle do Estado da parte oeste e sudoeste do Paraná. O excedente

⁴⁷ Território Federal do Iguaçu, a partir de agora denominado TFI.

populacional gaúcho deveria ser deslocado para ocupar essas regiões que encontravam-se despovoadas ainda.

A colonização do Sul do Brasil havia sido organizada, planejada, subsidiada e dirigida pelo governo central, das províncias ou dos estados e dos municípios, e estabeleceu os europeus, os colonos em pequenas propriedades rurais, que foram sendo cultivadas e exploradas, com mão-de-obra familiar, de forma diversificada.

A partir de 1820 começaram a ser formados os primeiros núcleos coloniais no Rio Grande do Sul, com produção diversificada, valores e experiências europeias combinada com a realidade local, encontrada e construída na nova terra. De acordo com Gregory, essa colonização possibilitou a formação de uma sociedade eurobrasileira⁴⁸.

Em Santa Catarina, o processo de colonização ocorreu de forma semelhante, mas em dois momentos diferentes. O primeiro, no início do século XIX foi colonizado por migrantes vindos diretamente da Europa, que se instalaram nas regiões litorâneas e depois se dirigiram para o interior do Estado, através das colonizadoras particulares. No final do século XIX, Gregory afirma que a ocupação se deu em direção ao oeste catarinense, com predominância de eurobrasileiros vindos principalmente do Rio Grande do Sul e das primeiras colônias de Santa Catarina onde as terras já estavam esgotadas. Essa segunda fase da colonização de Santa Catarina ocorreu principalmente por causa da construção da estrada-de-ferro São Paulo – Rio Grande, com a concessão as terras ao longo da ferrovia. Além disso, a alta taxa de natalidade nos núcleos coloniais de eurobrasileiros elevava o contingente populacional e impeliam os colonos a procurarem novas áreas, a migrarem novamente.

A colonização do Paraná com colonos europeus e seus descendentes, ocorreu principalmente a partir da sua emancipação política, em 1853, por causa da política organizada pelo próprio governo estadual. Essa região foi primeiramente ocupada pelos imigrantes estrangeiros, que aqui desembarcaram por causa dos vários conflitos que a Europa vivia. A partir da década de 1920, os colonos se dirigiam principalmente para o Sudoeste e Oeste do Estado, impulsionados pela corrente migratória do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Com a criação dos territórios federais do Iguazu e Ponta Porã, essas novas unidades políticas ficariam sob a influência do Rio Grande do Sul, tanto política quanto econômica, o que contrabalancearia a liderança de São Paulo, pelo menos na região sul.

⁴⁸ GREGORY, 2002, p. 26-27.

Vargas assinou o Decreto-Lei n.º. 5812, em 13 de setembro de 1943, criando os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porá e Iguazu.

Antes disso, houve várias tentativas de divisão territorial do país, mas somente a partir de 1930 a discussão ficou mais intensa, com a divulgação de diversos estudos sobre a sua real necessidade. Os técnicos do governo argumentavam que a reorganização econômica e social do país e a defesa de sua soberania, além de uma melhor administração, só aconteceriam redividindo de maneira mais equilibrada o território brasileiro.

Através desse Decreto-Lei foi criado no Sul o Território Federal do Iguazu, que acabou sendo aprovado de forma improvisada, uma vez que os limites territoriais e a sua capital só foram escolhidos com outro decreto-lei, n.º. 5.839, de 21 de setembro de 1943, estabelecendo no artigo 2.º., que a capital do mesmo seria a cidade de igual nome. Esse novo decreto acabou gerando muita confusão, pois se imaginava que fosse Foz do Iguazu. A população dali se preparou com alegria para a elevação da cidade à categoria de capital, pois isso significava desenvolvimento, investimento, progresso. Mas alegria durou pouco, pois em 31 de maio de 1944, um novo decreto de n.º. 6550, definiu que a capital era Iguazu, ex-Laranjeiras. Desse modo, Laranjeiras do Sul, que nem fazia parte do TFI, mudou de nome e passou a ser a sua capital.

Quanto ao fato de não fazer parte do TFI, foi resolvido no mesmo decreto, que também baixou os novos limites do território federal, incluindo-o com o nome de Iguazu.

Toda essa confusão em torno das fronteiras do TFI demonstra a falta de planejamento do governo federal em relação à sua criação, além de seus interesses para esse fim.

No mapa abaixo, pode-se observar o TFI e que o mesmo não incluía terras do Rio Grande do Sul. Isso demonstra que a justificativa para a sua criação pelos seus opositores faz sentido, que seria de atender os interesses das colonizadoras daquela região. O Rio Grande do Sul já não possuía mais terras e sua população já era excedente. Era preciso encontrar novas áreas para que sua população pudesse migrar. O TFI contempla terras do Sudoeste e Oeste paranaense e Oeste catarinense.

Com a criação do TFI e a política de expansão da fronteira agrícola praticada pelo presidente Getúlio Vargas, houve o incentivo à imigração dos excedentes populacionais do Rio Grande do Sul para o Sudoeste e Oeste do Paraná.

Porém, no ano de 1945, Getúlio Vargas foi deposto do poder pelos militares, e o TFI foi extinto, após a promulgação da Constituição em 1946. Os parlamentares e as autoridades paranaenses se organizaram para conseguir apoio para a extinção do mesmo.

Na verdade, já havia um discreto movimento da elite e de intelectuais paranaense ainda no governo de Vargas com o objetivo de recuperar o território pedido para o referido TFI. Um dos motivos da população não participar de um movimento efetivo pela recuperação do território paranaense era a ditadura imposta por Vargas.

Um das figuras paranaenses que mais se destacou nesse movimento foi o deputado federal constituinte Bento Munhoz da Rocha Neto, que seria governador do Estado de 1951 a 1955. O certo é que, com a redemocratização do país, havia possibilidade de luta pela reintegração do território perdido no Paraná e o momento foi aproveitado pelos políticos da capital.

Na região do TFI havia uma grande preocupação com a sua extinção, justificado pelo temor de um novo abandono por parte das autoridades paranaenses. Os habitantes do TFI tinham dúvidas em reintegra-se ao Estado do Paraná.

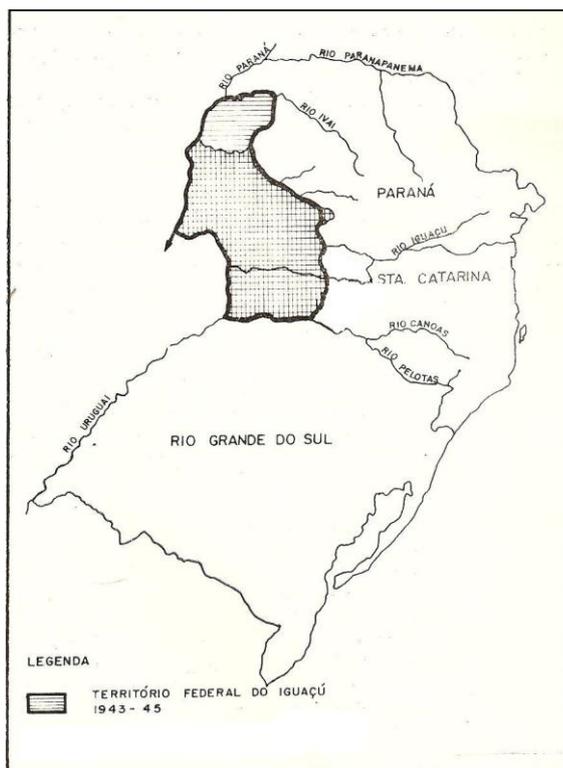
Houve uma verdadeira “catequização” da população do TFI, prometendo uma autarquia, um departamento autônomo, com verbas próprias, para a administração exclusiva do Oeste paranaense. Assim, além do povo do Oeste, também convenceram os constituintes e a emenda foi apresentada e aprovada⁴⁹.

Lopes chama a atenção para o fato de que não havia nenhum político do interior do Estado e nem da região defendendo a emenda de recuperação do Iguazu e de que a população da região Oeste de Santa Catarina também tinha dúvidas com a extinção do TFI.

Enfim, quando o TFI foi extinto, a região oeste do Paraná contava com uma maioria significativa da população de origem paranaense. Todavia, durante todo o período de vigência do mesmo, o apoio do governo federal e a administração local eram voltados para as colonizadoras e os políticos gaúchos.

⁴⁹ LOPES, 2002, P. 166 e 167.

Figura 02 - Território Federal do Iguaçu, adaptado a partir de WACHOWICZ, 1985, 1



2.2 – Terras gratuitas no Sudoeste:

No mesmo ano de 1943, em 1º de maio, pelo Decreto-Lei nº.12.417, o governo Federal criou a CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório, em terras da Gleba Missões.

O procedimento do governo federal foi ilegal, uma vez que essas terras encontravam-se em litígio judicial desde os anos 1920. “A questão dominial da gleba estava no judiciário. Disputavam-na o governo estadual e o federal. Antes do pronunciamento de judiciário, nenhuma das partes poderia utilizar-se das terras em disputa”⁵⁰. Porém, o país estava vivendo a ditadura do Estado Novo, e por esse motivo não houve questionamentos sobre a ilegalidade. O interventor do Paraná não ofereceu nenhuma resistência à criação da Cango, pois era um político aliado do presidente.

O argumento utilizado para a criação da Cango era a necessidade de povoar “o vazio demográfico” dessa região fronteira, estabelecendo um núcleo de povoamento de

⁵⁰ WACHOWICZ, 1985, p. 181.

agricultores gaúchos sem terra no TFI.

Oficialmente a Cango era administrada pelo Governo Federal e foi instalada na localidade de Marrecas, que mais tarde seria chamada de Francisco Beltrão, mas como não havia estrada, foi instalada provisoriamente em Pato Branco. De acordo com Wachowicz, a própria Cango, com seu maquinário, é que construiu a estrada para a sua sede definitiva.

Entretanto, em 1920, o governo do Paraná havia concedido as terras dessa região à CEFSPRG (Companhia de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande), em troca da construção da estrada-de-ferro. A partir de 1930, o novo interventor do Paraná, general Mário Tourinho, constatou que o contrato não estava sendo cumprido pela companhia e anulou as concessões. Porém, a companhia não aceitou a decisão e entrou com recurso na justiça para retomar a posse dessas terras. Assim começou a disputa jurídica sobre a propriedade das terras do Sudoeste entre o Estado do Paraná e a CEFSPRG, que duraria até a década de 1980.

Depois de várias apelações, durante as décadas de 1920 e 1930, a vitória da questão judicial ao governo do Paraná estava praticamente garantida. Porém, Getúlio Vargas preparava o caminho para a criação do TFI e em 1937 criou uma faixa de 150 km de fronteira, que retirava o domínio dos Estados o território que fazia fronteira com nações vizinhas. Isso incluía quase todo o Sudoeste do Paraná.

Em 1940, o governo federal decretou a incorporação de todos os bens da São Paulo - Rio Grande, entre eles a Gleba Missões (grande parte incluía terras do Sudoeste do Paraná).

Mas, Getúlio Vargas não esperou a questão judicial se resolver e, através do decreto nº 12.417, de 12 de maio de 1943, criou a CANGO e deu início ao efetivo povoamento dessa região de fronteira.

Os administradores da CANGO, quando se instalaram na região, nem sabiam ao certo o tamanho de seu território, se ela incluía toda a Gleba Missões. O decreto de sua criação dizia que sua superfície não poderia ser inferior a 300 mil hectares, mas não estabelecia seu limite máximo.

A maioria dos colonos que veio para essa região era do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como confirma o historiador Vanini:

A forte pressão demográfica dos ítalo-gaúchos promoveu o avanço de um processo de ocupação territorial que se estendeu por todo o norte do estado do Rio Grande do Sul, chegando a meados do século XX, ao sul e oeste catarinense, ao Paraná e, até mesmo, ultrapassando as fronteiras

nacionais⁵¹.

Dessa forma, ele justifica a ocupação territorial em direção ao Sudoeste e Oeste do Paraná com colonos gaúchos. Eram os posseiros oficiais. Recebiam um protocolo da Cango que dava direito às terras. De acordo com Wachowicz:

A CANGO, por interesse do governo federal, proporcionou as melhores condições de fixação ao agricultor em toda a história do Estado, pelo menos até meados da década de 1950. Mas como sua criação havia sido ilegal, não podia fornecer escritura definitiva para os milhares de colonos que conseguiu atrair do sul do país. Seus documentos eram todos provisórios⁵².

Como a colonização do Sudoeste do Paraná foi feita, desde o início, por vias ilegais, a Cango não fornecia a escritura definitiva aos colonos. Eles recebiam apenas uma documentação provisória. A partir da década de 1950 nem essa documentação provisória era concedida pela Cango.

Ao chegarem ao Sudoeste do Paraná, os colonos recebiam terras gratuitas e o governo federal fornecia as melhores condições de fixação na terra para o agricultor. Doava madeira, construía a casa gratuitamente, fornecia médicos aos que chegavam doentes, ferramentas e sementes para iniciar a vida ali.

Com toda essa infraestrutura disponível, os colonos passaram a produzir e reproduzir no Sudoeste e Oeste, as mesmas condições do passado no Rio Grande do Sul e que já não existiam mais. Ou seja, a agricultura familiar, com base na pequena propriedade rural. Gomes afirma que:

Em 1948, ano da instalação da colônia no povoado de Rio Marrecas [atual Francisco Beltrão], já se iniciava a exportação de parte da produção... Deve ser ressaltado que a colônia produziu... entre derivados de suínos, extrativos, frutas, cereais, derivados do leite, etc., uma diversidade de 68 produtos⁵³.

Em pouco tempo, os colonos deixaram de produzir apenas para sua sobrevivência e passou a produzir para comercializar. Isso só foi possível porque a CANGO garantiu toda a organização inicial, formando uma colônia mercantilizada, em substituição à que havia anteriormente, e que se viu obrigada a se adaptar a essa nova organização.

A CANGO incentivou uma agricultura familiar na região Sudoeste, pois os lotes doados eram de até 40 alqueires. E por causa do sucesso alcançado pelos agricultores familiares, que iam buscar seus familiares do Rio Grande do Sul, acabava fazendo

⁵¹ VANINI, 2003, p. 106.

⁵² Wachowicz, 1985, p. 183.

⁵³ GOMES, 1987, p. 19.

propaganda boca a boca, o que incentivava a vinda de mais gaúchos para a região. Com isso, a imigração espontânea (fora do controle da CANGO) foi crescendo cada vez mais nos anos de 1940 e 1950. Eram os aventureiros, que lá chegavam, construía seus ranchos e começavam a produzir. Wachowicz afirma que em 1946, a população da região era de 2.529 pessoas, em 1949, 6.045 pessoas, em 1950, 7.147 pessoas e em 1956, 15.284 pessoas⁵⁴.

Nesse sentido, podemos afirmar que na região Sudoeste do Paraná foi efetivada uma verdadeira política de reforma agrária, uma vez que além da terra, o governo proporcionou toda uma infra-estrutura para os colonos que ali se fixaram:

Muitos autores admitem que a Cango fez um excelente trabalho direcionado para o povoamento, possibilitando a ocupação de extensas áreas de terras e oferecendo condições que permitiram o desenvolvimento econômico e a permanência de milhares de famílias...⁵⁵

Esse trabalho da Cango possibilitou que na década de 1950, a região Sudoeste do Paraná recebesse um grande número de imigrantes e a sua trajetória política começou a mudar, principalmente com a chegada das imobiliárias particulares à região, que provocaram o importante movimento social denominado Revolta dos Posseiros.

2.3 – Revolta dos Posseiros em 1957: de quem é o Sudoeste?

De acordo com o sociólogo Bonamigo, a revolta dos posseiros do Sudoeste do Paraná apesar de seu desfecho singular, faz parte do contexto das lutas camponesas no Brasil desde o início da sua formação social.

Ao longo de sua história, vários conflitos foram deflagrados, envolvendo território, espaço, terra, produção, relações de trabalho, sobrevivência, direitos... sempre marcados pela violência... física, moral, religiosa ou cultural. (...) Alternaram-se, historicamente também, os sujeitos sociais envolvidos. De um lado os nativos, negros escravizados, caboclos, posseiros, colonos, sitiante, agregados, meeiros... (...) De outro lado... colonizadores, escravizadores, exploradores, coronéis, latifundiários, comerciantes... grileiros, jagunços e seus aliados institucionais do Estado, de suas polícias e de seus exércitos⁵⁶.

Segundo o autor, o processo de ocupação das terras brasileiras se deu sob duas formas, bem diferentes e conflituosas. Uma delas, onde a terra é vista como fonte de lucratividade para a exploração capitalista, considerada apenas um negócio dentro da lógica

⁵⁴ WACHOWICZ, 1987, p. 183.

⁵⁵ BURILLE, 2007, p.119.

⁵⁶ BONAMIGO, 2007, p.151-152.

capitalista. A outra forma é a ocupação da terra por aquele que trabalha, não para explorar, mas para produzir e garantir a sua sobrevivência e a de sua família, onde ela tem a dimensão da vida.

Por isso mesmo, os conflitos entre essas partes se tornam constantes, porque são duas perspectivas de ocupação da terra completamente diferentes. A grande propriedade sempre dominou as pequenas e médias, utilizando de meios legais, ilegais e violentos, expulsando os trabalhadores do campo.

Em 1951 chegou à região a CITLA (Clevelândia Territorial e Industrial Ltda.) e, posteriormente, outras companhias particulares na região, como a COMERCIAL e a APUCARANA, se dizendo proprietárias das terras que os colonos haviam adquirido, começando os conflitos na região.

A disputa pelas terras do Sudoeste se agravou depois da vitória jurídica que o catarinense José Rupp, em 1945, conseguiu numa ação iniciada dezoito anos antes, contra a empresa Brazil Railway, que lhe devia alguns contratos e que possuía a concessão de terras na região, em pagamento da construção da estrada-de-ferro São Paulo - Rio Grande.

Como a Brazil Railway tinha sido encampada pelo governo Federal em 1940, o crédito de Rupp era com o governo federal. Como perdeu em várias tentativas de acordo, Rupp aliou-se a Mário Fontana, amigo do Governador Lupion e criou a CITLA para conseguirem as terras do Sudoeste do Paraná. Como pagamento, mais tarde Fontana comprou os direitos da dívida de Rupp, das quais a maior parte das terras eram parte das Glebas Missões e Chopim - Sudoeste do Paraná - do Governo Federal. O valor oficial do contrato de compra foi considerado bem abaixo do mercado na época. Fontana tinha interesse em construir uma indústria de celulose naquela região. A colonização gaúcha era para ficar restrita onde não houvesse muito pinheiro.

A escritura da CITLA se referia a 475.200 ha. e incluía o território da CANGO, cerca de três mil colonos assentados, a maior reserva de pinheiros do país, com cerca de três milhões de árvores para a industrialização, milhões de árvores de madeiras de lei e milhares de árvores de erva-mate.

A presença da Cango em Francisco Beltrão, com seu projeto de povoamento, representava um empecilho aos planos desse grupo de empresários, já que a presença de imigrantes trazidos por ela e os que vieram de forma espontânea era muito grande, “o que

significava que grande parte da área com pinheiros – que era o que interessava à companhia – já havia sido ocupada”⁵⁷.

Na época, a oposição estadual, liderada pelo PTB, denunciou a fraude da compra das Glebas pela Citla, com denúncias também na imprensa nacional. O Tribunal de Contas da União proibiu o registro da escritura da Citla. O governo de Lupion chegou a criar um Cartório de Registro de Títulos e Documentos em Santo Antônio do Sudoeste (PR), para que a escritura fosse registrada.

Em 1951, quando a oposição política - PTB e UDN - assumiu o poder estadual, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto proibiu a expedição da *Sisa*⁵⁸ para as vendas de lotes pela CITLA na região. Sem ela, as vendas não podiam ser registradas em Cartório. Com essa atitude, o governo estadual tentou impedir a grilagem na região. Os políticos da região, aliados do governador e do projeto de Getúlio Vargas para a região, incentivaram a migração de gaúchos e aconselhavam os colonos já estabelecidos na região a não assinarem e nem pagarem nada à CITLA, que fez uso da contratação de jagunços para receber o que considerava dívida desses.

No horizonte do Sudoeste preparava-se uma luta entre dois extremos: de um lado os interesses do latifúndio e de outro os pequenos produtores.

No mesmo ano de 1951, os posseiros do Sudoeste já começaram a reagir à atuação irregular da Citla na região, através de um abaixo-assinado onde não somente colonos, mas comerciantes, industriais, profissionais liberais, formaram uma comissão permanente para defender seus direitos àquela terra. Essa comissão designou responsáveis para resolver a questão junto às companhias e às autoridades na capital do país.

A questão jurídica que envolveu a região sudoeste se tornou complicada, e nem os advogados mais entendidos conseguiam enxergar uma saída, alguma solução legal. Todos tinham argumentos e ninguém queria abrir mão de seu direito imaginário.

Quando Lupion voltou ao governo em 1956 os conflitos dos dois lados no Sudoeste se tornaram mais graves ainda.

De acordo com Gomes, vários fatores comprovavam a ligação do governador Moysés Lupion com a Citla. Embora seu nome não constasse como sócio da CITLA, muitas

⁵⁷ GOMES, 1987, p.44.

⁵⁸ Imposto Municipal de Transmissão de bens Imóveis e de direitos a eles relativos. Esse imposto, pela Reforma 18, de 1965, foi transferido para os Estados, embarcando também a transmissão *intervivos* e *causa mortis*.

foram as interferências que, como governador, fez em favor das três companhias de terra. Participou, usando sua influência, na transação ilegal da escritura daquelas terras a favor da Citla, em novembro de 1950. Diretamente, criou um cartório na comarca de Clevelândia em 1951 e revogou a portaria que impedia o recolhimento das *Sisas* em 1956⁵⁹.

As mudanças constantes nas decisões governamentais sobre a solução para a questão das terras do Sudoeste tinham como objetivo sempre beneficiar ora um determinado grupo econômico ora outro, sem se preocuparem com os maiores interessados – os posseiros da região, os moradores que já estavam instalados na região há algum tempo, que não tomaram conhecimento da briga judicial que envolvia aquelas terras, gente sem recursos, o lado mais frágil. Ninguém se entendia, mas ninguém também pensava neles, para onde iriam, nessa confusão de interesses que tomou conta da região.

De acordo com Wachowicz, “quando poderosos interesses do capital se instalaram no sudoeste paranaense, a violência tornou-se inevitável. Eram milhares de colonos posseiros de um lado e os interesses do capital do outro”⁶⁰.

Inicialmente, quando a Citla chegou à região, fez uma grande campanha com os posseiros, convocando-os a negociar o pagamento das terras aos verdadeiros donos. Propuseram negociar as dívidas, parcelar, receber em espécie.

Foram anos de luta para os posseiros, para tentar provar que tinham direito àquelas terras e que até poderiam pagar por elas, que não a queriam de graça. Mas com preço que achavam justo e não os valores abusivos que as companhias queriam obrigá-los a pagar.

A Cango e alguns políticos locais, do PTB e da UDN, até tentaram alertar e explicar aos colonos as irregularidades cometidas pela Citla. Mas, contando com total apoio do governo estadual, as companhias começaram a intimidar os colonos:

Como a maioria dos colonos não concordasse o uso da violência física – espancamentos, saques, mortes – tornou-se a forma mais comum de pressão, com o intuito ou de fazer o colono assinar o contrato ou de expulsá-lo da terra, junto com sua família, para a mesma pudesse ser comercializada⁶¹.

Os colonos, abandonados à própria sorte, sem ajuda dos governos federal e estadual, resolveram pegar em armas para defender suas terras. A tomada de Francisco Beltrão, em 10 de outubro de 1957, foi o auge da luta dos camponeses, dos pequenos proprietários, dos posseiros contra os representantes do grande capital - e do qual o Estado era parte atuante -

⁵⁹ GOMES, 1987, p.49.

⁶⁰ WACHOWICZ, 1987, p.209.

⁶¹ GOMES, 1987, p.55.

contra eles. Porém, essa não foi a única cidade que se levantou contra as arbitrariedades das colonizadoras. Os primeiros conflitos ocorreram em Capanema, Santo Antonio do Sudoeste, também em Dois Vizinhos, Verê e Pato Branco.

O espancamento de três crianças no município de Verê pelos jagunços das companhias particulares foi a gota d'água que acabou explodindo o movimento na cidade de Francisco Beltrão. Os posseiros foram para as ruas, armados com espingardas e instrumentos de trabalho como enxadas, foices, facões, etc. e exigiram a expulsão das companhias e seus jagunços. Invadiram a sede da Citla, destruíram o escritório, espalhando documentos pelas ruas da cidade.

Naquele ano, os conflitos eram tantos, em todo o Sudoeste, que explodiram revoltas em várias cidades. Em Francisco Beltrão, a situação adquiriu maior complexidade não apenas pelo número de pessoas que participaram do levante - cerca de 4.000 pessoas - mas porque nesta cidade ficava a sede da Citla. Ali o contato com os jagunços era mais constante.

Com a mediação do Exército, que recebeu no quartel da cidade os jagunços e os escoltou até a cidade de Clevelândia para evitar que fossem linchados pela população, e de algumas lideranças locais, as companhias e seus jagunços foram expulsos da cidade e da região. Os posseiros aglomerados na praça da cidade, esperando o desfecho da confusão, passaram a comemorar, carregando a Bandeira Nacional e os seus instrumentos de trabalho e também de defesa, como foices, enxadas, facões, etc., pela praça da cidade.

Os camponeses enfrentaram jagunços que representavam os grandes capitalistas, também interessados nas mesmas terras. Resistiram e se articularam para expulsá-los, para se estabelecerem ali definitivamente.

Pode-se afirmar que era o Grupo Lupion, através da CITLA, Apucarana e Comercial, com seus jagunços acobertados pelo poder público estadual, encarregados de arrancar dinheiro dos posseiros, utilizando todas as formas de arbitrariedades⁶².

Para os administradores da Citla, ao ser expulsa, com seus interesses alheios aos da população local, o levante de 1957 foi considerado uma “baderna”.

No mapa a seguir é possível observar o local de abrangência do conflito pela terra que ocorreu nessa região do Estado.

⁶² LAZIER: 1997, p.56.

Figura 03 - Região do Sudoeste do Paraná onde ocorreu a Revolta dos Possesiros de 1957, adaptado a partir de BALHANA, 1969, 235.



Mas, da vitória até a legalização das terras do Sudoeste, levaram ainda alguns anos de incertezas, percorreu-se um longo caminho nas negociações com o governo federal, só resolvido em 1962, quando foi criado o GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), para legalizar aquelas terras.

A Revolta dos Possesiros em 1957, de acordo com Bonamigo:

Constituiu-se numa luta para permanecer e viver na terra, assim como muitas outras na história da formação social brasileira... E, ao contrário da compreensão que identifica o campo como um lugar de atraso, permeado por credices e ilusões, o espaço do campo tem demonstrado, ao longo dos tempos, ser um espaço de luta, de conquistas, de constituição de movimento sociais potencializadores de perspectivas de vida e de trabalho⁶³.

Apesar das contradições da Revolta dos Possesiros do Sudoeste, foi um movimento vitorioso dos camponeses possesiros.

A vitória foi possível porque as camadas mais pobres, os possesiros, se uniram contra as atrocidades dos jagunços contratados pelas colonizadoras e as camadas de cima, os políticos e os capitalistas, se dividiram.

Além disso, os comerciantes e os políticos locais, com seus interesses específicos, e

⁶³ BONAMIGO, 2007, p.159.

que dependiam dos posseiros para sobreviver, se aliaram a eles contra a espoliação do grande capital, representado pelas companhias.

Mas no período entre 1957 até 1962, a insegurança da população do Sudoeste novamente voltou, ninguém sabia como ficaria sua situação, se eram ou não proprietários das terras ou se continuariam posseiros. Houve um verdadeiro desmatamento da floresta de pinheiros da região. Como poderiam perder as terras a qualquer momento, os posseiros aproveitaram para explorar a madeira que conseguisse ou para demarcar sua posse.

Somente em 27 de março de 1961, o presidente Jânio Quadros, cumprindo promessa de campanha a seus aliados políticos paranaenses, assina o Decreto nº. 50.379, desapropriando as terras do Sudoeste. Em 25 de abril assina outro decreto determinando a urgência da desapropriação, mas que não resolvia a situação.

De acordo com Gomes, é nesse contexto da demora em solucionar rapidamente a questão das terras do Sudoeste de forma definitiva que surgiu entre algumas lideranças dessa região a ideia de recuperar o Território do Iguaçu, mas agora em forma de Estado.

Isso alertou o governo estadual para a demora da solução desse problema e o governador procurou o novo presidente do Brasil, João Goulart, para agilizar a legalização das terras do Sudoeste. Goulart criou o GETSOP, através do Decreto nº. 51.431 em 19 de março de 1962, órgão subordinado diretamente à presidência da República, para começar a efetivar a legalização dessas terras, através da titulação, a cerca de 200 mil habitantes.

O Getsop enfrentou algumas resistências por parte dos posseiros da região. Os trabalhos, para continuar, tiveram de ser acompanhados pelo Exército, por ele ser de grande aceitação e de confiança entre os posseiros, por causa da sua atuação no conflito de 1957.

Em 1962, foram descobertas 270 serrarias na região do Sudoeste. Elas não poderiam ser fechadas porque causaria um novo problema social. Então, o GETSOP as regularizou e passou a controlá-las através da cobrança de taxas e a exigência da construção de um horto florestal para o reflorestamento da região.

Durante o período de atuação do GETSOP, foram distribuídos mais de 40 mil títulos de propriedade no Sudoeste, procurando acertar a situação existente dos posseiros. De acordo com Wachowicz, apenas quatro títulos foram resolvidos na justiça porque não houve acordo entre os vizinhos com os limites das propriedades⁶⁴.

Outra característica da atuação do GETSOP foi a manutenção do tamanho das

⁶⁴ WACHOWICZ, 1985, p.287.

propriedades, para que não houvesse qualquer problema com os posseiros. Entre outras atividades, o órgão também introduziu sementes selecionadas na região, criou uma patrulha mecanizada de destocamento para limpeza do solo, convênios com o Departamento de Estradas e Rodagens, para aquisição de tratores, planejamento viário da região, abertura de estradas e aeroporto em Francisco Beltrão, planejamento de loteamento de vários municípios.

O Governo Federal extinguiu o GETSOP oficialmente pelo Decreto nº. 73292, de 11 de dezembro de 1973. Seu trabalho eficiente pode ter adiado o envolvimento da população da região nos movimentos separatistas que começaram a surgir na região após a Revolta dos Posseiros de 1957.

Desse ponto de vista, ao titular as propriedades no Sudoeste do Paraná, consideramos que o GETSOP teve um papel decisivo na resolução de um dos mais marcantes problemas agrários das décadas de 1950 e 1960.

3 – MEMÓRIAS DO SEPARATISMO

3.1 – Nas décadas de 1960 e 1990: Início e Fim do sonho.

Em 1945, Getúlio Vargas foi deposto do poder depois de 15 anos. Em 1946 seria votada uma nova Constituição e os políticos paranaenses se mobilizaram para aprovar uma lei nas “Disposições Transitórias” para acabar com o Território Federal do Iguçu.

Segundo Wachovicz:

O Iguçu foi um território criado para ser colonizado preferencialmente pelos gaúchos. Já desde o início, na presidência do paranaense Garcez do Nascimento, a rivalidade da população gaúcha com a paranaense se fazia sentir. Nos poucos anos em que existiu o território, a população local de procedência paranaense era ainda maioria. Existia também uma frente paranaense que se expandia em direção ao oeste e sudoeste⁶⁵.

Como o objetivo principal do TFI não foi alcançado, que era o de receber os gaúchos sem terra, e a maioria da população daquela região era composta de paranaenses, os políticos conseguiram mobilizar a população de todo o Estado contra a continuidade dele.

Porém, a população do Território do Iguçu não tinha certeza das vantagens de voltar a pertencer ao Paraná e Santa Catarina, uma vez que as autoridades dos mesmos sempre foram ausentes naquela região. Para uma grande parcela da população do Oeste era melhor ser iguaçuano, pois o desenvolvimento da região estaria mais garantido. Os moradores acreditavam que os três anos que pertenceu ao Território Federal do Iguçu, a região conseguiu se desenvolver muito mais do que em todos os anos anteriores que pertencia ao Paraná e Santa Catarina.

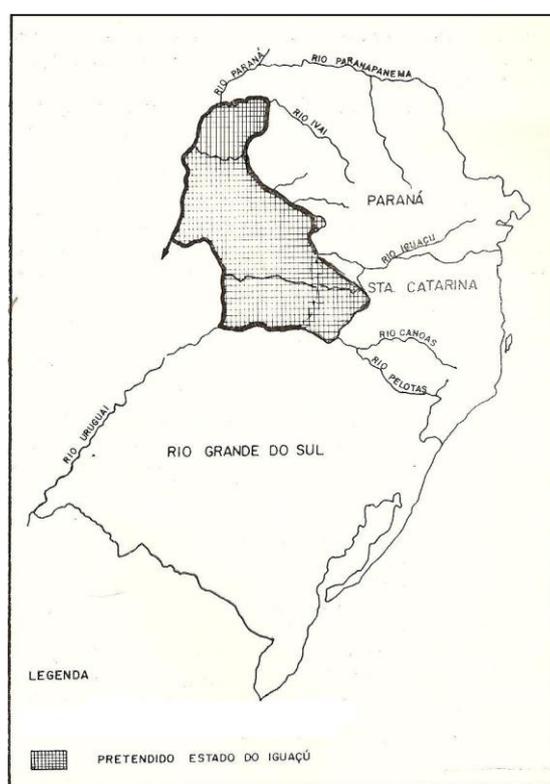
Como a década de 1950 teve um grande fluxo de migrantes gaúchos e catarinenses para a região, com eles surgiram os conflitos agrários. A presença de migrantes predominantemente gaúchos indicava uma grande possibilidade da volta das ideias separatistas e a tentativa de criação de um novo Estado. E voltou já na década de 1960.

É importante destacar a “falta de identificação” da população da região com o Paraná, muitas vezes acusada em outras regiões do Estado de promover divergências em torno dos interesses de determinados grupos políticos. Isso possibilitou a tentativa de constituição artificial de uma memória única, ancorada na afirmação de uma identidade homogênea, segundo seus próprios líderes, que a região possuiria.

⁶⁵ Ibidem, p.153.

A área proposta para o novo Estado continuava basicamente a mesma do antigo TFI, com algumas pequenas mudanças, como o mapa abaixo demonstra. No mapa anterior⁶⁶, onde se destaca o TFI, o território não alcançava uma parte central do Estado de Santa Catarina. Com a criação do Estado do Iguaçú, Santa Catarina ficaria restrito ao litoral. Outra característica evidenciada nesse mapa é a exclusão do território gaúcho para fazer parte do Estado do Iguaçú.

Figura 04 – Mapa do futuro Estado do Iguaçú - adaptado a partir de WACHOWICZ, 1985, 163.



O objetivo, segundo os organizadores do movimento separatista, seria dar maior homogeneidade social, cultural e histórica à região do futuro Estado, com o argumento de que a região era composta majoritariamente de descendentes de italianos e alemães, o que os diferenciava do restante do Estado. Também desejavam contemplar as questões históricas e específicas da região, quais sejam a Guerra do Contestado, a Questão de Palmas ou Missões

⁶⁶ Figura 02, referente ao mapa da página 48.

e também a Revolta dos Posseiros. Todos esses acontecimentos de um passado recente da região contribuía para a justificativa da criação de um novo Estado no Sul.

Nos anos de 1960, no vácuo que surgiu com a demora para a legalização das terras do Sudoeste, o projeto separatista se intensificou com a criação de um novo Estado.

Em 1962, na cidade de Pato Branco, Sudoeste do Paraná, foi criada uma Comissão Executiva pró-Criação do Estado do Iguazu (CODEI), com “25 membros, sendo 13 comerciantes, 04 advogados, 03 contadores, 03 industriais, 01 dentista e 01 engenheiro. Assinaram a Ata de fundação 158 pessoas presentes”⁶⁷, entre eles alguns líderes importantes, como Edi Siliprandi, que se tornaria o mais importante idealizador do movimento e da criação de uma nova unidade federativa no Sul do país.

Edi Siliprandi nasceu em Constantina-RS, em 1933, quando criança trabalhou como carvoeiro, na juventude foi caminhoneiro e posteriormente comerciante. Concluiu o ensino básico em Passo Fundo e cursou Direito em Porto Alegre, na UFRGS. Depois de formado, voltou para sua cidade natal e lá tomou gosto pela política. Foi líder em vários movimentos emancipacionista de municípios, inclusive Constantina. Nessa época conheceu Olinda, que residia na cidade vizinha de Sarandi, a 60 km onde estudava a escola normal⁶⁸. Casou-se com ela em 1963. Em 1958, concorreu a uma vaga de deputado estadual, mas não chegou a ser eleito. Em 1962, tornou a se candidatar, agora para prefeito de Sarandi, pelo PSD (Partido Social Democrata), porém novamente perdeu as eleições. Mudou-se para o Sudoeste do Paraná, na cidade de Pato Branco, e lá se envolveu com outros imigrantes e deram início ao movimento para a criação do Estado do Iguazu. Mudou-se para Cascavel, na região Oeste nos anos 1970, onde foi presidente da OAB - Seção de Cascavel por duas vezes, entre 1975 e 1978 e de 1987 a 1989, deputado federal de 1990 a 1994, empresário e proprietário da Rádio Cidade em Cascavel, hoje Rádio Globo. Morreu em São Paulo, onde estava em tratamento, no dia 28 de março de 2009.

Na luta para criar o Estado do Iguazu, os líderes do movimento separatista tinham que vencer uma grande barreira imposta pela Constituição, que responsabilizava as Assembleias Estaduais a convocar plebiscito para criar novas unidades federativas. E dificilmente isso ocorreria em Santa Catarina e no Paraná, uma vez que os políticos e autoridades estaduais não tinham interesse na fragmentação das regiões.

⁶⁷ WACHOWICZ, 1985, p.156.

⁶⁸ SILIPRANDI, 2000, p.25.

Em 1967, com a nova Constituição aprovada, o Congresso Nacional, com aprovação do presidente, ficou responsável pela criação de novos Estados. Esse fato animou os líderes do movimento separatista no sudoeste e oeste paranaense e oeste catarinense.

O movimento cresceu e, no ano seguinte, em 21 de abril de 1968, foi criada a Sociedade Para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguaçu (SODEI), em Pato Branco, Sudoeste do Paraná. De acordo com Siliprandi:

Município dos mais importantes da região emancipanda e forte candidata a capital do Iguaçu até mesmo pela sua posição geográfica integrando o mapa do novo estado. Pato Branco localiza-se próximo ao Oeste catarinense, faixa esta igualmente incluída no projeto de fusão⁶⁹.

Eram inúmeros os argumentos dos membros participantes do movimento, como a ausência dos governos dos dois Estados, a situação mal localizada dessas regiões em relação às suas capitais, a ausência de escolas de qualidade, os acontecimentos históricos do passado recente que os tornavam diferentes, a origem homogênea da maioria dos colonizadores dessas regiões, a exploração dos tributos pelos governos estaduais e o pouco retorno em forma de investimentos.

No Estatuto da SODEI, o artigo II deixa claro o objetivo da criação da entidade, qual seja, de lutar pela emancipação do Estado do Iguaçu e enviar para o Congresso Nacional “o processo devidamente instruído, onde se requer a criação desta nova unidade federativa”. O artigo III afirma que a Sociedade não tem caráter político-partidário; no IV que não tem caráter religioso, mas que qualquer membro pode pertencer a qualquer religião. No artigo V, o Estatuto deixa clara a intenção de instalar tantos escritórios eles achassem necessário em outros municípios para que pudessem coletar dados estatísticos que os interessassem e colaborar nas suas atividades. No artigo VI fica decidido que a Sociedade criada não tinha prazo de duração determinado, podendo existir indeterminadamente⁷⁰.

Nesse sentido, observamos que a entidade nasceu com o objetivo claro de lutar por uma nova unidade federativa no sul do país, mesmo que isso levasse muito tempo. Assinam a Ata de Fundação da SODEI 463 pessoas.

A SODEI, de acordo com Siliprandi, organizou muitas reuniões e encontros, tanto públicos quanto secretos, por causa da ditadura militar que existia no país. As autoridades militares locais perseguiram e dispersavam os separatistas, impedindo-os de realizarem

⁶⁹ Ibidem, p.31.

⁷⁰ Ata de Fundação da SODEI, 1968.

assembleias. Segundo ele, só por serem muito persistentes é que a ideia separatista teria surgido.

Por outro lado, houve pequena participação de políticos nesse movimento. Os líderes separatistas não conseguiam convencer a maioria deles, até porque os argumentos soavam estranhos, como dizer que a população daquela região não tinha nada a ver com o Paraná, somente a terra, que os políticos paranaenses eram covardes por não compensar a dívida que tinham com os filhos e netos, que era preciso *dividir para progredir*, etc. A população e os políticos da cidade de Cascavel, um dos maiores centros no Oeste do Paraná, também não se envolveram muito no debate nesse momento.

Em Francisco Beltrão, no Sudoeste, os políticos e população se posicionaram contra a criação do Estado do Iguazu desde o início. Alguns líderes separatistas afirmavam que era porque a cidade não foi incluída como capital e porque a cidade de Pato Branco era a principal candidata. Para eles, a população beltronense tinha uma grande rivalidade com Pato Branco e isso impedia que eles apoiassem o movimento.

As autoridades de Francisco Beltrão, inclusive, lideraram a criação da Associação dos Municípios dos Sudoeste do Paraná (AMSOP), em 1968, como reação ao movimento separatista, com um claro objetivo, destacado em seu Estatuto:

Artigo 1 – A Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná é uma entidade de duração indeterminada, visando a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem, regendo-se pelo presente estatuto⁷¹.

De acordo com o Estatuto da AMSOP, suas atividades para com as prefeituras era promover uma reforma administrativa, reorganizar os serviços públicos municipais, principalmente na Fazenda, com a orientação aos vereadores para que adotasse legislações que uniformizasse os municípios associados, defender e reivindicar os interesses dos municípios associados, promoverem estímulos fiscais e outros para a industrialização da região, aproveitando seus recursos naturais, matérias-prima e mão-de-obra disponível⁷².

A AMSOP desempenhou papel importante na unidade do Sudoeste, em clara rivalidade com os separatistas. Os prefeitos da região se uniram contra o movimento liderado por Edi Siliprandi.

⁷¹ ESTATUTO DA AMSOP, 1968.

⁷² Ibidem.

Por outro lado, o movimento separatista acabou interrompido pela instituição do Ato Institucional nº. 05, de 1968, quando o Governo Militar proibiu reuniões e manifestações populares.

Para Siliprandi, apesar da fundação da AMSOP, a “expectativa de se criar o Estado do Iguazu era promissora e alvissareira, mas durou pouco. Mais uma vez foi nocauteada a nobre intentona dos idealistas por obra do AI-5”⁷³.

Os líderes procuravam conseguir mais adesões para o movimento, mas eram perseguidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e precisavam reunir-se secretamente, ou adiavam outras reuniões. E quando elas ocorriam, quase não havia presença de políticos, a presença maior era de profissionais liberais e empresários.

Mesmo que os líderes afirmem que não foram desarticulados pela repressão dos militares em Pato Branco, o movimento acabou refluindo. Edi Siliprandi se mudou para Cascavel, no oeste do Paraná, o que acabou contribuindo também para a desarticulação do mesmo.

Porém, mesmo que Siliprandi afirme que “a repressão não logrou êxito e jamais intimidou o Iguazu”, ele também afirma que:

Em Pato Branco, Xanxerê, Joaçaba, Videira, entre outras cidades que sustentavam com mais destaque o mesmo interesse, realizaram-se vários novos encontros. Por falta de força política na região e representação no Congresso o movimento sofreu visível solução de continuidade. Estava carente também de recurso financeiro. Tinham que encontrar uma saída de qualquer maneira para manter os contatos e pressionarem os políticos em favor da criação do Estado. Com todos esses problemas em pauta e alguns idealizadores desanimados, Siliprandi alimentava com o mesmo vigor o sonho e continuou a pregar a ideia, conseguindo assim uma leva de adeptos, que se agradando da causa fortaleceram o “visionário e utópico” defensor da esquecida região⁷⁴.

Naquele momento, a “visível solução de continuidade” nada mais era a desarticulação das lideranças, seja por causa da repressão militar, seja por sua mudança de cidade ou pela visível percepção de que o ideal era utópico em demasia e que não conseguiriam alcançar seus objetivos sem representação a nível federal das decisões.

A verdade é que fica evidente que o movimento desapareceu, “foi naturalmente inibido e seus militantes temporariamente sufocados pelo regime”⁷⁵.

⁷³ SILIPRANDI, 2000, p.38.

⁷⁴ Ibidem, p.44.

⁷⁵ Ibidem, p.45.

O Estado do Iguçu foi um sonho de um grupo político que foi interrompido pelos acontecimentos nacionais que mudaram o rumo da política e que não representava os interesses da população, porque eram em sua maioria agricultores.

Foi um movimento que não alcançou seus objetivos por ter se desenvolvido à margem de seus interesses maiores.

Esse movimento representou dois momentos que têm ligação entre si, na medida em que tinham como objetivo primordial a criação de um novo Estado no Sul – o Estado do Iguçu.

Contudo, os dois movimentos são diferentes entre si, já que em 1990, quando ele retorna com força total, observa-se que os motivos seriam particularmente interesses políticos não completamente declarados.

O movimento separatista da década de 1960 alertou as autoridades para o descaso do Estado para com a região. Por esse lado, pode-se considerar o movimento vitorioso, uma vez que o Governo, tanto o estadual quanto o federal, investiram na melhoria da infra-estrutura da região. Então, como explicar o fato de que o movimento retornou em meados da década de 1980? Qual seria o real objetivo do movimento agora?

No período da ditadura, na década de 1970, o grupo separatista não se desarticulou totalmente. O movimento adquiriu um jornal em Cascavel, “Fronteira do Iguçu”, para que a ideia da criação do Estado do Iguçu não se perdesse. E voltaria a se organizar a partir de 1984, aproveitando-se dos movimentos civis organizados pelo fim da ditadura. Ele se fortaleceu no início dos anos de 1990, com alguns personagens antigos, outros novos personagens e outros objetivos.

Como as regiões Sudoeste e Oeste do Paraná passaram por grandes transformações na sua infraestrutura, eles tiveram que mudar também o discurso.

De acordo com o historiador Dennison de Oliveira, através de informações obtidas na Famepar, a região sudoeste do Paraná chegou mesmo a ter um crescimento populacional reduzido, em termos absolutos nos anos 1970:

Se este crescimento for tomado em termos relativos, isto é, enquanto determinado percentual da população do Estado, verifica-se mesmo uma queda acentuada. Senão vejamos. Em 1970 o sudoeste tinha 494.251 habitantes, o que equivalia a 6,7% do total da população paranaense. Em meados da década esta população era estimada em 488.492, o que equivalia a 5,7% da população do Estado. Para o censo de 1980, a queda em termos relativos desta população é ainda mais notável. Contava com 512.732 pessoas, isto é, apenas 4,9% do total do Estado do Paraná. A região foi, provavelmente, fortemente atingida pelo intenso processo de migração

das pequenas cidades e regiões rurais para as grandes concentrações urbanas, que é uma característica da estrutura demográfica paranaense nos últimos anos⁷⁶.

Porém, os líderes do movimento separatista argumentavam que a região era muito próspera, estava em crescimento e, por isso mesmo, explorada pelo governo estadual.

O grupo passou a divulgar o seguinte perfil do Estado do Iguazu, para convencer a população de que a região merecia mais atenção do Governo Estadual: que possuía uma área de 22% de Santa Catarina e 26% do Paraná; possuía 121 municípios – 62 do Paraná e 59 de Santa Catarina; população superior a três milhões de habitantes; região afastada das Capitais dos dois estados envolvidos; região possuía a maior parte da produção agrícola dos dois Estados e o maior parque de frigoríficos da América do Sul; as usinas da região representavam 50% de toda a energia no país; segundo maior centro turístico do país; a área solicitada era a mesma do antigo Território Federal do Iguazu; região auto-suficiente e autofinanciável e maior renda per capita do país; população homogênea, composta de maioria de descendentes de europeus vindos do Rio Grande do Sul e se identifica totalmente em todos os sentidos; propriedades da região são bem distribuídas, próximos do ideal da reforma agrária; com a criação da nova federação, a região continuaria rica, com um potencial agrícola e industrial enorme⁷⁷.

Percebe-se nas argumentações dos separatistas, que muitos investimentos federais e estaduais na região nas décadas de 1970 e 1980 foram realizados. Portanto, eles se utilizam de benefícios concedidos pelos órgãos públicos para a região pretendida para o Estado do Iguazu.

Se, por um lado, eles criticam as autoridades pelo abandono da região, por outro eles próprios se contradizem quando afirmam que a região tem uma riqueza agrícola e um potencial econômico incomparáveis.

Se eles afirmam que a região é o segundo maior centro turístico do país, que a energia produzida na região pode abastecer metade do país foi porque o governo federal investiu na construção da maior usina hidrelétrica do país nessa região. Se as propriedades da região são bem distribuídas, foi realização do governo federal.

Se todos esses argumentos comprovavam o desenvolvimento e a auto-suficiência da região, por que então, a separação? Se tudo funcionava tão bem, qual seria o real interesse

⁷⁶ OLIVEIRA, 1996, p.196-197.

⁷⁷ SILIPRANDI, 2000, p.110-111.

na fragmentação territorial? A falta de respostas para esses questionamentos demonstra o quanto eram frágeis os motivos da proposta separatista.

Com a nova pauta da proposta de criação do Estado do Iguçu, os líderes separatistas foram a campo, para conseguir o resultado positivo que não alcançaram no final da década de 1960.

Em 1988, ano que os deputados federais e senadores preparavam uma nova Constituição para o país, o grupo separatista tentou conseguir aprovação de uma emenda popular assinada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seção de Cascavel, da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC) e a SODEI, com 82 mil assinaturas. Com essa emenda, os líderes separatistas queriam provar o interesse e o envolvimento da população na questão.

Porém, ela foi retirada da pauta da Assembleia Constituinte sem votação. Os separatistas não desistiram. Nas eleições de 1990, eles apresentaram a candidatura de Edi Siliprandi, líder do movimento separatista na década de 1960, para deputado federal, porque acreditavam que o que faltava ao movimento era um representante no Congresso Nacional.

Segundo as lideranças pró-Iguçu, para conseguir a criação do Estado do Iguçu era necessário apenas que a região tivesse um deputado federal que representasse a região no Congresso. Simples assim.

Edi Siliprandi, que havia mudado para Cascavel, na região Oeste, para dali reorganizar suas forças políticas, uma vez que era um centro regional em expansão no início da década de 1990. Dali, ele se lança candidato a deputado federal nas eleições de 1990. Ele não apoiou nenhum candidato a governador do Estado porque nenhum deles queria encampar a sua ideia de criar um novo Estado no Sul do país.

Por essa região foi eleito deputado federal em 1990 com o objetivo de lutar pela redivisão territorial do país e pela criação do Estado do Iguçu, como fica evidente no seu panfleto distribuído na campanha eleitoral daquele ano.

Figura 05 – Panfleto da propaganda eleitoral para deputado federal de 1990 de Edi Siliprandi.



Siliprandi foi candidato pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) do Paraná e conseguiu ser eleito somente com essa bandeira. Na cartilha-panfleto que era distribuído para a população, construiu-se a história de todo o movimento, iniciando pela curta existência do Território Federal do Iguaçu. A cartilha foi toda elaborada em forma de gibi, com figuras e linguagem bem didática, para que toda a população entendesse.

Além disso, já no final da cartilha, ele garante:

Posso dar à região o que ela não tem. Darei poder político, pois minha eleição vale um plebiscito e nosso povo com certeza fará opção pelo Estado do Iguaçu. Não serei um deputado convencional, criarei condições políticas para a realização do plebiscito⁷⁸.

Dessa forma, ele se coloca como o “salvador” do povo da região Oeste e, ao mesmo tempo, os convoca para a criação do seu ideal maior: criar o Estado do Iguaçu.

A sua vitória em 1990 para uma cadeira no Congresso Nacional demonstra que na região oeste do Paraná, suas ideias tinham muita influência.

Em 28 de novembro de 1991, ele deu entrada na Câmara Federal o Projeto de Lei nº. 141/91. Com 41.234 assinaturas e assinado também pelo presidente da SODEI, Edi Siliprandi, pelo presidente da OAB subseção de Cascavel e pelo presidente da Associação

⁷⁸ CARTILHA da Campanha eleitoral de Edi Siliprandi, em 1990, p.10.

Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), propunha a realização de plebiscito para a criação do Estado do Iguçu.

Como o líder Edi Siliprandi havia transferido seu endereço para Cascavel, agora nada mais “natural” do que essa cidade ser a candidata a capital do novo Estado.

Percebe-se naquele momento que o centro das decisões do movimento havia se transferido para essa cidade e que ocorreu uma cisão dentro do próprio grupo, com Pato Branco deixando de fazer frente ao movimento, apesar de seu prefeito, Clóvis Padoan, continuar sendo uma liderança forte. Siliprandi afirmava que mesmo não estando mais em Pato Branco, as pesquisas mostravam que a população local estava totalmente envolvida, que mais de 90% era favorável ao movimento.

É discutível esse percentual, uma vez que não foi possível comprovar. Não foram encontrados nenhuma publicação de pesquisas na imprensa das cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão, os maiores da região Sudoeste por essa pesquisadora. Além disso, as pessoas entrevistadas deixaram claro o distanciamento nesse debate.

Ao realizar as entrevistas para esse trabalho, percebemos o quanto a população ficou distante dos debates a respeito da criação do Estado do Iguçu, mesmo sabendo do que estava acontecendo. Muitos alegaram que era só um debate entre os políticos da região pretendida. Na imprensa regional também fica claro a falta de envolvimento da população. As reportagens que foram realizadas não traziam qualquer manifestação popular, apenas dos políticos da região, contra ou a favor.

Para o grupo separatista, se o Congresso discutia a criação de outros estados em outras regiões do país, “muito piores” nas palavras de Edi Siliprandi, não teria como impedir a criação do Estado do Iguçu, uma região onde afirmava que se tinha a maior renda do país, uma verdadeira “Suíça”, em comparação com o sertão que representava a criação do Estado do Tocantins, que também estava sendo discutido.

Siliprandi também citava o sucesso que foi a separação do Mato Grosso, com a criação do Mato Grosso do Sul. Na sua visão de separatista, ninguém sairia prejudicado, uma vez que os únicos interessados na nova federação seriam os moradores da região em discussão. Esquecia que todos que moravam no Estado seriam atingidos pela mudança e que todos estavam envolvidos de uma forma ou de outra. Trouxe também para o debate as justificativas de outras regiões brasileiras, completamente diferentes da realidade do sul

meridional. Ele entendia que a criação desse Estado só contribuiria para o desenvolvimento do país.

Até a votação, em março de 1993, os políticos aliados de Siliprandi e da região fizeram campanha em todo o Paraná para conseguir apoio, porém o Projeto de Lei nº. 141/91 acabou rejeitado por 178 votos contra, apenas 91 a favor e contou com 13 abstenções, em 31 de março de 1993. O quorum mínimo para a votação era 252 deputados e seriam necessários 168 votos a favor do PDL para ser aprovado.

Para os separatistas, o Estado do Iguazu só não deu certo por causa da união dos paranaenses e catarinenses contra seus interesses. Isso soa contraditório, pois esse deveria ser o sonho de todos, já que todos eram paranaenses e catarinenses. Para Siliprandi, a derrota foi apenas numérica e formal. Ou seja, ele vê a derrota acachapante do projeto de uma vida inteira, de maneira apenas “formal e numérica”. Para ele, os oposicionistas “combateram com ódio e crueldade o instituto mais democrático que evocaram os emancipacionistas: o plebiscito”⁷⁹.

Para ele, a posição dos oposicionistas é que soava contraditória, pois era uma manifestação do povo e o que houve foram manobras e atitudes mesquinhas de políticos paranaenses, que não se importavam com essa região, como Aníbal Khury, José Richa, Euclides Scalco, o governador Roberto Requião, seu vice Mário Pereira, Deni Schwartz, etc.⁸⁰. Acreditava que desde a extinção do Território do Iguazu, os políticos discípulos de Bento Munhoz da Rocha, arquitetavam contra a vontade popular, desprezando vergonhosamente a “verdadeira” história dessa região esquecida por eles.

Siliprandi argumentava que essa posição dos políticos paranaense e catarinense revelava por traz a “oligarquia” que ainda dominava a política desses Estados. A opinião dos separatistas era de que já havia um precedente para o Estado do Iguazu, o TFI, extinto de maneira autoritária na Constituição de 1946, sem se importarem com a opinião dos seus habitantes.

Siliprandi chega a denominar os governantes dos dois Estados de *padrastos* e que os separatistas buscavam a “*alforria*”, como se a população fosse cativa desses governos e não uma democracia, onde o povo escolhesse seus representantes.

⁷⁹ Ibidem, p.59.

⁸⁰ Ibidem, p.59.

Para ele era natural o desejo dessa região se separar de seus estados de origem. E não conseguia ver que também podia ser natural que a população não quisesse a fragmentação da região.

Embora Edi Siliprandi tenha sido considerado pelo seu grupo de apoio como um político com poder de barganha e sem outros interesses na criação do Estado do Iguaçu, o projeto foi derrotado no Congresso Nacional. Mas os envolvidos acreditavam que muitos deputados que votaram “não” ao Projeto de Lei nº. 141/91, o fizeram apenas por obrigação. Depois de anos de luta tidas como inglórias, não conseguindo convencer com sua proposta separatista, o movimento arrefeceu.

O ex-deputado estadual Aníbal Khury liderou a oposição ao separatismo no Paraná, com o movimento “O Paraná é Indivisível”, juntamente com clubes de serviços, associações, sindicatos, jornais, representações de categorias como a Ordem dos Advogados do Brasil. Uma das suas argumentações mais repetida era o grande gasto financeiro que o país teria com a criação de tantos órgãos públicos, sedes e funcionários públicos para o novo Estado. Além disso, alegava que a posição geopolítica do novo Estado seria desfavorável, pois estaria encravado entre outros pequenos Estados e países da América do Sul.

Para os separatistas, o movimento avançou cada vez mais a partir de meados de 1992, quando o Projeto de Lei nº. 141/91 foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, em 16/06/92.

O avanço do movimento pró-criação do Estado do Iguaçu, antes sempre tratado com indiferença pelos políticos paranaenses, começou pela primeira vez na história a preocupar realmente os governos de Santa Catarina e do Paraná. Mesmo porque o deputado Edi, autor do projeto do plebiscito estava conseguindo e com sucesso mobilizar as populações da área emancipanda de forma organizada e consciente. Se os estados de origem vacilassem, a ameaça da nova unidade federativa seria um fato. Isso levou as autoridades do governo a ficarem de sobreaviso e muito atentos. Foi então, melhor articulado o grupo de Aníbal Khury, em favor da unidade paranista⁸¹.

Percebe-se que o seu discurso soava como uma espécie de revanche em relação aos políticos tradicionais dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Siliprandi demonstra isso de maneira clara quando afirma “se os estados de origem vacilassem, a ameaça da nova unidade federativa seria um fato”. Nesse sentido, o movimento se transforma numa queda de braço entre os dois grupos políticos. De um lado, os políticos tradicionais do Paraná e de outro, os separatistas do Oeste e Sudoeste do Paraná.

⁸¹ Idem, p.92.

Para além dessa visão revanchista, os separatistas ainda alegavam que os líderes do “O Paraná é Indivisível” usavam a máquina administrativa para acabar com o movimento pró-criação do Estado do Iguazu. Porém, na opinião de Aníbal Khury, eles não faziam nada mais do que a obrigação de todo político eleito pela população e de todos paranaenses, que era defender a integridade do Estado. Durante o recesso parlamentar de julho de 1992 os separatistas haviam colocado essa integridade em perigo:

Ante o silêncio geral de todos nós e a inobservância dos preceitos constitucionais, tramitava solerte, pela Câmara Federal uma iniciativa visando à mutilação do território paranaense (...) Cogitava-se separar parcela representativa de nosso território para, juntamente com terras de Santa Catarina, instalar na região oeste um hipotético terceiro estado, à custa do território subtraído de nós e dos catarinenses⁸².

Para ele, era fundamental a luta para manter a integridade territorial, já que considerava que o grupo separatista liderado por Siliprandi usava de meios ilegais para conseguir seu intento. Para além dessa questão, o que os preocupava era a possibilidade real de que isso se tornasse realidade.

Aníbal Khury, durante toda a sua vida pública de mais de 50 anos considerou que a sua luta política mais difícil foi a de manter a unidade do território do Estado⁸³. Para isso, ele buscou no passado o ideal paranista para convencer a população de que todos os habitantes do Estado eram responsáveis pela integridade territorial. O presidente do Legislativo, no mesmo discurso de abertura dos trabalhos de agosto de 1992, afirmou que a posição unânime da Assembleia seria negativa em relação ao Projeto de Lei nº. 141/91. Para ele, o Paraná não permitiria de forma pacífica, ceder nenhum pedaço que fosse do seu território. Um território que foi conseguido pelos curitibanos do passado, através da expulsão dos indígenas e dos espanhóis. De forma exagerada, proclamou na Assembleia:

O Paraná repelirá como repele neste momento, qualquer tentativa de mutilação de seu território. Resistiremos ancorados em nossos direitos e com a mesma bravura, a mesma alternativa cívica que nos fez uma identidade regional respeitada (...) repeliremos com a coragem de nossos pais e o compromisso para com nossos filhos. Como o guerreiro Guairacá, proclamamos e sustentamos aos oportunistas, aos desavisados, aos aventureiros, que “O Paraná é Indivisível”, porque “esta terra tem dono!”⁸⁴.

⁸² O Paraná é Indivisível, 1992, p.07.

⁸³ <http://www.furacao.com/historia/presidentes/khury.php> - acesso em 16.04.2009.

⁸⁴ O PARANÁ É INDIVISÍVEL, 1992, p.09.

É preciso destacar que, nesse discurso, o presidente da Assembleia Estadual fez referência a um fato histórico de maneira no mínimo equivocada e contraditória. Comparando a luta dos índios liderada pelo “memorável” Guairacá, para expulsar os invasores espanhóis, o deputado esqueceu que os portugueses, da qual o Paraná Tradicional tem origem, também eram os invasores séculos atrás, juntamente com aqueles. Ou seja, os paranaenses, que outrora foram os intrusos, estariam lutando hoje contra os “outros” (os separatistas) que queriam invadir essas terras. Também é preciso destacar os usos políticos dos símbolos e personagens históricos por parte dos políticos, retirando-os do contexto histórico para atender interesses particulares.

O proprietário do Jornal Gazeta do Povo, Francisco Cunha Pereira, aliado do grupo político que estava no poder e ferrenho opositor desse movimento, foi outro personagem que tomou para si a responsabilidade de fazer campanha contra o movimento e a aprovação da lei do plebiscito para a criação do Estado do Iguacu. Segundo ele, era ilógico, absurdo, oportunismo mesmo de um pequeno grupo que se aproveitava da população para chegar ao poder. Um pequeno grupo político que teria saído do Rio Grande do Sul, recebido como irmãos no Paraná, e que agora retribuía com a pretensão de separar o Estado.

Nesse sentido, é interessante observar que a grande maioria das lideranças do movimento separatista Pró-Iguacu eram do Rio Grande do Sul. Inclusive, parte dos contra-Iguacu chamavam-nos de “alienígenas”, comparando-os a filhos adotivos que, de maneira ingrata, apunhalavam, pretendendo mutilar o Estado que os acolheu.

No livro de memória produzido pelo jornalista Rafael de Lala, editado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, encontra-se destacado um telex ao presidente da Câmara Federal pelo presidente da Edilidade Curitibana, Mário Celso, à Câmara Municipal de Curitiba, onde ele lembra a presença dos imigrantes e irmãos de outros Estados que vieram para o Paraná e que não poderiam ser ameaçados pelo projeto separatista em curso, para o retorno ao Estado do Iguacu. Ele ainda afirma no telex: “O Oeste do Paraná foi desbravado e incorporado ao Brasil pela ação histórica do tropeirismo liderado por filhos de Curitiba, tradição hoje continuada pelos governos do Paraná, com seus investimentos maciços na região Oeste”⁸⁵.

⁸⁵ LALA, 1993, p.136-137.

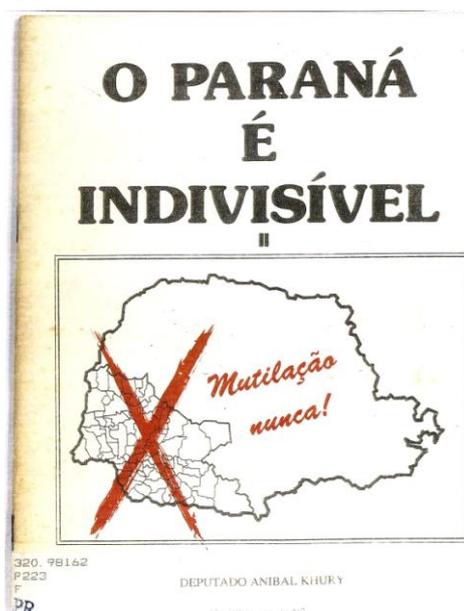
Lala engrandece a figura do jornalista e advogado Francisco Cunha Pereira, que juntamente com tantos outros nomes, lutaram pela unidade territorial do Paraná, alegando que era um projeto inconstitucional, que a própria Assembleia Constituinte de 1988 já havia recusado o projeto, pois a região meridional do país contava com Estados consolidados.

A mobilização pela unidade territorial foi grande entre os políticos da região de Curitiba, do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa que afirmavam a “tradição secular” do Paraná, a sua contribuição para a riqueza nacional.

A proposta do Movimento pela Unidade do Paraná, para além do argumento da unidade territorial, era envolver a sociedade para a defesa da identidade cultural do Paraná – o paranismo. O movimento sugeriu até mesmo que a Secretaria Estadual de Educação adotasse o paranismo como tema nas escolas, para que se resgatasse o sentimento de amor a terra.

Como podemos observar na figura abaixo, os líderes do movimento “O Paraná é Indivisível”, produziram e espalharam cartazes, livretos, anúncios e uma grande cobertura na imprensa, principalmente na região de Curitiba, na tentativa de evitar a divisão do Estado do Paraná.

Figura 06 - Livro editado pela Assembleia Estadual do Paraná, contra o Movimento Separatista, em 1993.



Vale destacar aqui que o Movimento “O Paraná é Indivisível” tinha como base a capital e era composto basicamente por políticos, empresários e intelectuais da região de Curitiba e proximidades, “oficiados” por Khury. A ausência de representantes das regiões envolvidas, Oeste e Sudoeste eram evidentes. Isso contribuía para os separatistas argumentarem que o Paraná ainda era dominado por uma tradicional oligarquia, com interesses próprios para se perpetuarem no poder.

Importante destacar também que esse movimento surgiu apenas em 1992, como reação quase tardia, quando as autoridades políticas estaduais e os representantes federais perceberam que o movimento separatista estava ganhando adeptos e força cada vez maiores, uma vez que o projeto havia sido aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Nacional. Por isso, o presidente da Assembleia Estadual Anibal Khury, convocou os representantes da sociedade civil a reagirem, a se tornarem os vigilantes da unidade territorial paranaense. Do contrário, segundo ele, um projeto inconstitucional seria aprovado e o Paraná seria mutilado de uma de suas mais ricas regiões, como demonstra o mapa a seguir, onde se destaca o futuro Estado do Iguazu.

Figura 07 – O Paraná com a área do Iguazu em destaque, adaptado a partir LALA, 1993.



O mapa demonstra que toda a região que seria mutilada do Paraná proporciona uma relevante renda ao Estado do Paraná por causa da Usina de Itaipu, do turismo nas Cataratas e de terras férteis para a agricultura e que seria excluído, o que determinaria uma diminuição

da arrecadação estadual significativa. Para além dessa constatação, só a perda territorial seria imensa ao Paraná.

É interessante perceber que nas produções memorialística dos dois lados envolvidos, utilizados como fontes para essa pesquisa, os autores utilizam de termos no mínimo exagerados, senão pejorativos, para se referirem ao “outro lado”. Exemplo: Lala denomina os separatistas de corifeus, alienistas, oportunistas, assertivos, acolitados, etc. Duka Siliprandi, por seu lado, denomina os paranistas de elite da capital, oligarquias governamentais dominantes, vestutos, ditadores do passado, autoritários, inimigos do Iguacu, antidemocráticos.

Em relação ao seu próprio grupo, tanto um lado como o outro se auto-proclamavam heróis. Os separatistas se denominavam de grandes líderes, idealistas, baluartes, abnegados soldados de um ideal, revolucionários, emancipacionistas (não aceitavam ser denominados separatistas). Os paranistas se denominavam de campeões, memoráveis, titânicos, ilustres representantes do Paraná, beneméritos, destacadas entidades, hábeis lutadores, expressivas lideranças. O ex-governador Bento Munhoz da Rocha foi denominado de “herói do *panteon* paranista”.

Percebe-se no embate ideológico entre os dois lados envolvidos na questão do separatismo e da criação do Estado do Iguacu, a dificuldade de aceitar o “outro”, da rejeição do “outro”, do diferente. O “outro” é visto como um inimigo a derrotar. Para conseguir seus objetivos, os dois lados utilizaram de distorções de acontecimentos históricos do passado para justificar seus argumentos.

Os paranistas chegaram a considerar o índio Guairacá, que viveu séculos atrás, um herói que defendeu esse território de invasores espanhóis, como se ele fosse um português ou um paranaense. Retiraram o personagem do seu contexto histórico para atender aos seus interesses particulares.

Do lado separatista, para justificar o movimento, Duka Siliprandi apela para o ataque às “oligarquias” que queriam continuar a dominar o Paraná e a “abnegação”, a “grandeza” dos paulistas, que cederam parte de seu território para o Paraná, pois do contrário até hoje o Paraná não existiria. Descaracteriza toda uma luta histórica do passado, quando todo historiador sabe que a emancipação do Paraná aconteceu após décadas de luta dos políticos da 5ª Comarca de Curitiba e interesses políticos do imperador D. Pedro II. E

que os políticos de São Paulo tentaram até o último momento impedir, como vimos na revisão bibliográfica do primeiro capítulo.

3.3 – E a imprensa se dividiu...

Analisando os textos jornalísticos da época do último movimento separatista ocorrido na região do Sudoeste e Oeste do Paraná, verificamos que a imprensa regional se dividiu quanto ao tema em discussão.

Na Gazeta do Sudoeste, de Pato Branco, um ano antes do projeto de lei ser apresentado em Brasília, o vereador daquela cidade, Nereu Faustino Ceni já discutia a preocupação sobre o mesmo. Pedia ao deputado federal Edi Siliprandi informações sobre o referido projeto, já que a criação do Estado do Iguazu era:

“Uma bandeira que atrai e causa contrariedade junto ao povo sudoestino, especialmente a nós, pato-branquenses”. Para Ceni, caso venha a ser aprovado “o Estado do Iguazu causará inúmeras alterações na vida do nosso povo, sendo dever da Câmara estar bem informada sobre a quantas anda o referido projeto de lei junto a instancia decisória da questão⁸⁶”.

Na opinião do vereador, a população pato-branquense não apoiava o projeto separatista e tinha o direito de conhecer e ser informada sobre ele, pois iria interferir diretamente na vida de todos.

No entanto, no Jornal Correio do Paraná, de Pato Branco, o editorial apoiava claramente, pois afirma logo no início:

O Movimento Pró-Criação do Estado do Iguazu é absolutamente apolítico, e como tal acima de todas as cores partidárias. Não é também um movimento contra quem quer que seja e muito menos contra os Estados do Paraná e Santa Catarina. É uma manifestação legítima a favor do restabelecimento do antigo território do Iguazu, na condição de um novo Estado da Federação⁸⁷.

Justificando a luta pela separação da região pelas necessidades da população, o jornal também pretendia tornar um movimento essencialmente político em um movimento que não apresentava esse significado, que fosse positivo para todos. Só essa denominação já comprometia o discurso separatista, pois pretendia minimizar o aspecto político, senão retirá-lo do movimento. O jornal também fazia um apelo a uma tradição anterior duvidosa, o TFI, que existiu por apenas três anos, considerando natural a região reivindicar o Estado

⁸⁶ GAZETA DO SUDOESTE, 14.11.91, p.06.

⁸⁷ CORREIO DO PARANÁ, 28.11.91, p.02.

do Iguaçu. Tentava, com isso, justificar o total apoio da população em todas as cidades do Sudoeste e Oeste do Paraná.

Nos jornais da cidade de Francisco Beltrão, não encontramos grandes manifestações populares e poucos artigos assinados, algumas reportagens comentando a votação da Lei nº. 141/91 na Câmara dos Deputados e, posteriormente, sobre a sua derrota. Sem muitos comentários, críticas ou posicionamentos contrários ou a favor.

Em matéria do Jornal Folha do Sudoeste, de Francisco Beltrão, em 1991, consta:

10 de agosto foi realizado em Pato Branco, no Cine Guarani, um encontro com lideranças da região visando a criação do Estado do Iguaçu. Nenhum deputado da região se fez presente, a não ser o cascavelense Edi Siliprandi. Dos prefeitos estiveram Darci Lucini de Itapejara D'Oeste, Valter Munareto de Coronel Vivida e Hilário Andraschko de Palmas. Foi formado o movimento de criação do Estado do Iguaçu, fazendo parte dela Darci Lucini, Aryzone Filho (médico em Francisco Beltrão) e Clóvis Padoan (prefeito de Pato Branco)⁸⁸.

O jornal não demonstra entusiasmo pelo acontecimento e evidencia a falta de participação dos políticos da região Sudoeste nas reuniões pró-criação do Estado do Iguaçu. A não ser aqueles que estavam no movimento desde o início, a adesão de outros foi mínima posteriormente.

Em matéria intitulada “Estado do Iguaçu está próximo”, o Jornal de Beltrão esteve presente na palestra do deputado Edi Siliprandi na Facibel (antiga faculdade de Francisco Beltrão que, em 1998, foi encampada pela Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná). O deputado foi convidado pelo Diretório Acadêmico, com apoio das entidades empresariais como Amsop, Prefeitura, CDL, Associação Comercial, entre outras, para expor suas ideias e ações pró-criação do Estado do Iguaçu. Ele foi ouvido por estudantes, políticos, vereadores e prefeito. No seu discurso, ele reafirma que a região sempre foi discriminada pelo governo estadual na distribuição das verbas federais e a solução seria a criação do Estado do Iguaçu.

“Damos um boi e ganhamos um bife, nos levam um caminhão de toras e nos devolvem um palito – só o Estado do Iguaçu pode fazer justiça aos nossos méritos”. Pela avaliação do deputado, o novo Estado vai fortalecer estas regiões em termos de infra-estrutura e fortalecerá também o Sul do Brasil... “O Estado do Iguaçu é irreversível”⁸⁹.

⁸⁸ FOLHA DO SUDOESTE, 17.08.91.

⁸⁹ JORNAL DE BELTRÃO, 04.10.91, p.03.

No mesmo Jornal de Beltrão, de 1992, o deputado federal Pedro Tonelli (PT) alertava, em matéria cuja manchete era “O Estado do Iguazu sem ilusões”, que separar não era a solução para os problemas das regiões envolvidas.

A realização do plebiscito sobre a criação do Estado do Iguazu é uma proposta legítima. A população, livre e soberanamente, é quem deve decidir. No entanto, não faço coro a certos políticos monocórdios que só tem essa proposta para defender – possivelmente em nome de projetos políticos pessoais. Isto porque criar um novo Estado não vai solucionar nossos problemas, nem melhorar a vida de nossa população, num passe de mágica.⁹⁰

O deputado comparava o Estado do Iguazu com o sucesso da viabilidade do Estado do Tocantins e lembra que um dos principais problemas era financeiro, além do fato de que os Estados consolidados não aceitam perder parte de seus territórios facilmente. O deputado declara sua discordância do projeto separatista afirmando em seguida:

É preciso ainda desmistificar a ilusão de que o simples desmembramento da região produziria automaticamente uma melhoria no nível de vida da população. A mesma ilusão tem dado fôlego aos defensores do separatismo, que partem da ideia de que o Sul separado do resto do país seria uma Bélgica⁹¹.

De acordo com sua opinião, separar não tornaria a região rica de um momento para outro, apenas traria mais problemas econômicos para toda a nação, que seria responsável financeiramente pelo novo Estado por cerca de dez anos, além da continuidade de privilégios políticos.

Na mesma edição do Jornal de Beltrão, o médico beltronense Aryzone Mendes de Araújo Filho, como presidente da comissão municipal para a criação do Estado do Iguazu, destaca a dificuldade do movimento nessa cidade, na matéria intitulada “Estado do Iguazu: exposição na ACIFB”:

Foi logo avisando que em Francisco Beltrão o movimento está andando “um pouquinho devagar porque, mesmo não podendo, insistiram para que eu assumisse esta missão, embora sabendo que minha profissão não me dá, para trabalhar, o tempo que a causa merece”⁹².

Percebe-se na entrevista que ele encontrava dificuldades para divulgar o movimento na cidade e justificava de antemão perante seus pares que, se não conseguisse mais adesões, era pela falta de tempo de sua profissão.

⁹⁰ Ibidem, 01.05.1992, p.02.

⁹¹ Idem, p.02.

⁹² Idem, p.16.

Entretanto, em um artigo no Jornal de Beltrão, em outubro de 1992, o jornalista Valdecir Maciel afirmava, na coluna Falando Sério – “Estado do Iguazu: a hora é agora”:

Não quero de forma nenhuma que este artigo sirva para despertar nas pessoas de Francisco Beltrão que estão atreladas ao movimento, como sentido de crítica, mas sim para que todos nós, simpáticos ao Estado do Iguazu, façamos algo de mais concreto, de mais objetivo, pois Francisco Beltrão lidera uma região maior que Pato Branco, mas não está mostrando a força que tem, desta vez para somar, não para dividir. O momento é para se deixar de lado as paixões político-partidárias, diferenças ideológicas e partir para a luta, uma luta sadia, que visa um objetivo único que tem por finalidade uma conquista de todos, um novo Estado sem vícios, sem heranças indesejáveis e com muita terra e muito braço forte para trabalhar. Ou participamos agora, ou seremos no futuro condenados pelo imobilismo⁹³.

O jornalista acreditava que a criação de um novo Estado seria a redenção das regiões envolvidas, no coração do maior celeiro agrícola do país e que Pato Branco, cidade vizinha de Francisco Beltrão, se destacava na liderança ao movimento e chamava a atenção para esse fato aos beltronense. Criticava os políticos e a imprensa local que ainda resistiam.

Sempre se acreditou existir uma rivalidade entre a população dos dois municípios e o jornalista acreditava que se o movimento fosse vitorioso sem a participação do maior município do Sudoeste, a cidade ficaria sem representatividade nenhuma, “perderia o trem da história”.

Apesar da imprensa dessa cidade não dar grandes destaques ao movimento separatista, no editorial do Jornal de Beltrão, às vésperas do aniversário de emancipação do Paraná, em 1992, há uma provocação:

... Não haverá qualquer comemoração. No Sudoeste, o 20 de setembro, o Dia do Gaúcho, é fervorosamente lembrado a cada ano. O aniversário do Paraná, ao contrário dos demais estados, não terá qualquer ato marcante nesta data histórica importante. Ao que se sabe, somente em Curitiba a data será lembrada com muita timidez, modéstia e quase às escondidas⁹⁴.

É interessante perceber que o jornal destaca justamente a ligação da população com o Rio Grande do Sul, Estado de origem da grande maioria dos moradores. Fica evidente no editorial a tentativa de mais uma vez se forjar uma identidade específica da região. O jornal, juntamente com as autoridades e políticos locais, até então não tinham declarado qualquer apoio ao movimento separatista e o faz justamente quando o projeto já estava em trâmite no Congresso Nacional.

⁹³JORNAL DE BELTRÃO, 22.12.92, p.02.

⁹⁴JORNAL DE BELTRÃO, 18.12.92, p.02.

No mesmo editorial, fazendo referência ao fato de que no Oeste de Santa Catarina o apoio da população era muito forte, o jornal provoca:

A omissão ou falta de interesse em interromper o crescente movimento pela criação do novo Estado. Pode o eleitor prestar atenção na quase completa ausência de obras estaduais na região e, sem qualquer constrangimento, votar pela aprovação do novo Estado. A oportunidade será única, sem retorno. Se nem mesmo o aniversário do Paraná é comemorado e o Estado do Iguazu entra na pauta do dia, o desfecho é previsível. Que farão depois⁹⁵.

Percebe-se que o jornal toma uma posição quando o movimento está na fase de ir à votação no Congresso, mas de maneira comedida, sem dar grandes destaques. Na possibilidade de o movimento sair vencedor, era interessante tomar uma posição mais clara.

Contraditoriamente, na mesma edição do jornal, na página 07, em matéria cujo título é “Iguaçuanos promovem reunião”, sem assinatura, destacam a dificuldade do movimento nessa região:

Entre as lamúrias dos defensores do estado do Iguazu estão: a falta de dinheiro para confeccionar decalques, camisetas, panfletos e tintas, visando a pixação de muros e postes... Segundo Padoan, o movimento já é vitorioso... Ele diz que “a ideia vem sendo defendida de forma fantástica e nós vamos concretizar do novo Estado, trabalhando, mandando correspondência e dialogando”. Mas o plebiscito só será aprovado pela Câmara de Deputados, se 168 parlamentares votarem a favor. Isso deverá requerer muito esforço dos “iguazuanos”⁹⁶.

Nessa reportagem é possível perceber que, apesar de o jornal tomar uma posição favorável ao movimento, não acreditava totalmente na sua vitória, pois percebia a fragilidade e as dificuldades econômicas enfrentadas pelos líderes na região Sudoeste. Porém, não assumir um apoio e na eventualidade de a proposta vencer, colocaria o jornal em uma posição constrangedora.

Em Cascavel, uma parte da imprensa apoiou o movimento liderado por Edi Siliprandi, mas o Jornal O Paraná, em matéria sem assinatura, criticou o deputado por ter se recusado a votar na sessão que votou o pedido de autorização para processar o presidente da República Fernando Collor de Mello, em outubro de 1992.

Em maio daquele ano, seu irmão Pedro Collor de Melo, acusou o tesoureiro da campanha presidencial do irmão, o empresário Paulo César Farias, de liderar um esquema de corrupção de tráfico de influência, loteamento de cargos públicos e cobrança de propina dentro do governo. O “esquema PC” tinha como beneficiários integrantes do alto escalão do

⁹⁵ Idem, 18.12.92, p.02.

⁹⁶ Idem, 18.12.92, p.07.

governo e o próprio presidente. No mês seguinte, o Congresso Nacional instalou uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar o caso.

Na votação pela abertura de processo de *impeachment* de Collor, em 29 de setembro de 1992, foram 441 votos a favor (eram necessários 336), 38 contra, 23 ausências (uma delas a do deputado Edi Siliprandi) e uma abstenção.

Collor acabou renunciando à presidência em 29 de dezembro, horas antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade, mesmo assim perdeu seus direitos políticos por oito anos. Seu vice, Itamar Franco assumiu definitivamente a presidência da República.

O motivo da abstenção do deputado federal Edi Siliprandi na votação da abertura do processo de *impeachment* de Collor seria porque ele teria dado apoio formal ao deputado do PDT ao seu projeto de criação do Estado do Iguçu. Os próprios colegas de partido consideraram sua ausência como uma estratégia infeliz. Ele argumentou que teria outra reunião na mesma data, em União da Vitória (PR), com a Federação das Associações Comerciais. Nesse mesmo encontro, segundo o jornal, Siliprandi também não foi feliz, não foi bem recebido por muitos presentes:

... Chegou a ser vaiado ao tentar explicar a sua ausência no plenário para a votação decisiva para a autorização do processo de impedimento do presidente Collor. Foi vaiado quando tentou justificar os atos de Collor ao mesmo tempo em que discutia a legitimidade do Congresso⁹⁷.

Os empresários e políticos presentes nesse encontro ficaram indignados com Siliprandi, quando ele criticou o ex-governador Bento Munhoz da Rocha Netto, um dos grandes defensores do fim do antigo TFI, autor da proposta da sua extinção em 1946. O deputado estadual Aníbal Khury, que estava presente, se levantou para rejeitar as suas críticas, afirmando que Siliprandi não tinha bases “para atacar o maior paranaense desse século”.

O jornal foi mais longe ao afirmar que o apoio de Siliprandi ao presidente Collor poderia ser fatal para a derrota do projeto de criação do Estado do Iguçu:

Siliprandi deve ter a humildade suficiente para entender que “pisou na bola” e que sua presença a frente do movimento, a esta altura, já é prejudicial à disposição de se conseguir a votação favorável do decreto legislativo de sua autoria⁹⁸.

⁹⁷ O PARANÁ, 20.10.92, p.03.

⁹⁸ O PARANÁ, 20.10.92, p.03.

O posicionamento de Siliprandi no Congresso em relação à votação do *impeachment* de Collor e a derrota do projeto separatista, em regime de urgência, trouxeram conseqüências graves a ele. O PDT abriu um processo para expulsá-lo do partido pela sua atuação na sessão e foi substituído na liderança do movimento pela criação do Estado do Iguazu pelo deputado federal catarinense Hugo Biehl.

Porém, a substituição não impedia Siliprandi de atropelar Biehl no comando no movimento. Biehl reapresentou o PDL nº. 141/91 em regime de urgência às vésperas do recesso parlamentar daquele ano, 16 de dezembro de 1992, mas o projeto entrou na votação em “posição secundária”, ameaçado de esvaziamento do plenário. Siliprandi ameaçou retirá-lo da pauta se não fosse votado com urgência. Como não houve acordo entre as lideranças políticas da mesa, Edi Siliprandi retirou o PDL em 1992, para voltar a apresentá-lo no início do ano seguinte.

No jornal O Paraná, em dezembro daquele ano, na coluna “De Brasília”, o jornalista Liones Rocha declarava que o novo presidente, Itamar Franco, não apoiaria nenhum projeto separatista, que esse tema deveria ficar para reforma constitucional, prevista para o ano seguinte. Segundo o jornalista, o projeto do deputado Siliprandi deveria ser rejeitado em plenário da Câmara Federal⁹⁹.

Na mesma data, no mesmo jornal, o jornalista Waldir Costa, comenta sobre a visita do vice-governador do Paraná, Mário Pereira, à cidade de Toledo no Oeste, naquele fim de semana, quando questionado sobre a sua posição sobre o Estado do Iguazu. O vice-governador, que nasceu no Oeste do Paraná, responde:

“Sou a favor do Paraná integrado e não dividido. O deputado Edi Siliprandi não deveria ter retirado o projeto propondo o plebiscito de sua autoria da pauta. Ele seria analisado, constatado que seria inviável, votado e rejeitado. Somos a favor do nosso Paraná sem divisionismo” – disse o governador em exercício¹⁰⁰.

No Jornal Correio do Paraná, em Pato Branco, ainda em 1991, apoiando incondicionalmente o projeto separatista, uma matéria anunciava: “Saiba tudo sobre o Iguazu”. De meia página, de forma didática, anunciava as razões históricas, geográficas e econômicas para a existência do Estado do Iguazu. Além disso, informava também as comissões nas quatro microrregiões em que foram divididas as regiões: no Oeste do Paraná em Laranjeiras, Cascavel e Toledo.

⁹⁹ Ibidem, 22.12.92, p.08.

¹⁰⁰ O PARANÁ, 22.12.92, p.05.

No Sudoeste do Paraná em Pato Branco, Itapejara D'Oeste e Francisco Beltrão, destacando que naquela microrregião as lideranças políticas determinantes ainda eram resistentes. No Oeste de Santa Catarina em Palmitos e São Miguel do Iguaçu. A Comissão Central era formada pelo prefeito de Pato Branco Clóvis Padoan, que era o presidente, Ivo Beutter de Palmitos e Argemiro Somenzi de Laranjeiras. Edi Siliprandi era o presidente de honra¹⁰¹.

O governador da época, Roberto Requião, desde o início contra o movimento separatista, condenou o projeto através do Jornal Gazeta do Sudoeste, no dia 31 de março de 1993, data da votação na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF, afirmando que era uma “jogada oportunista”, “picaretagem política”, para trazer mais gastos para as populações pobres, já que seria necessária a construção de toda infra-estrutura estadual, como Assembleia Legislativa, uma polícia civil, governo, etc.

Na edição dos dias 03 e 04 de abril de 1993, o jornal Gazeta do Sudoeste trouxe um artigo na página 03, cujo título era “Movimento pró-Estado do Iguaçu não morreu, dizem seus líderes”, sem assinatura, com a sugestão de Jácomo Trento, ex-líder da Revolta dos Posseiros de 1957 em Pato Branco, de que já era aceita pelos simpatizantes do movimento da criação do Iguaçu, de a população ir às urnas para o plebiscito, mesmo que tenha sido derrotada no Congresso Nacional, para anularem seus votos no dia 21 de abril daquele ano. Ele queria que a população mostrasse com isso que a campanha continuava viva, apesar da derrota no Congresso. Pelo visto, a ideia não vingou, pois não chegou a acontecer o tal plebiscito na região que seria desmembrada.

Na edição de 06 de abril do mesmo jornal, na sessão de Carta, um leitor, Luiz Carlos Florentino, que se denomina “cidadão do Sudoeste, paranaense de Capanema e talvez futuro cidadão do Iguaçu”, publicou um artigo em que questionava os motivos do movimento liderado por Edi Siliprandi:

Há por traz do Estado do Iguaçu interesses mal disfarçados de políticos inexpressivos, que vêem na criação de um novo Estado as oportunidades para conquistarem mandatos que nas condições atuais lhes são inacessíveis. Para por o “povo” da região ao lado do Iguaçu valem-se de meias-verdades e de mentiras inteiras. Tratam seus concidadãos como idiotas. Discursam no Congresso, nos comícios, no rádio e televisão; fazem publicar nos jornais que não pode negar ao povo o direito de decidir sobre o seu futuro, sobre o que por seu próprio juízo é melhor ou pior. Preparam suas armadilhas e não desistem facilmente¹⁰².

¹⁰¹ CORREIO DO PARANÁ, 28.11.91.

¹⁰² GAZETA DO SUDOESTE, 06-04-91, p.02.

Esse cidadão se mostra indignado com os líderes do movimento separatista que, no seu entender, trata o povo como idiotas dispostos a acreditarem em qualquer coisa, mesmo que não seja verdade. Ele segue a Carta com os questionamentos abaixo:

... Será que temos condições de decidir com segurança sobre o que é melhor ou pior nesta questão? Pessoalmente não tenho. E mais, desconfio que seja essa a intenção dos pregadores do “Iguaçu” (...) querem é que decidamos emocionalmente, que votemos pelo coração e não pela razão (...). Pois vejamos: nenhuma vez se propôs um debate honesto sobre a viabilidade da criação do Estado do Iguaçu, não foram discutidos os custos da instalação e os recursos para o custeio da chamada máquina estatal que seria montada¹⁰³.

Florentino teme que a decisão pela criação do Estado do Iguaçu não seja o melhor para a população, porque não estava sendo pensada racionalmente, mas apenas na emoção do momento do debate. Para ele, nenhum líder separatista discutiu seriamente a questão do tamanho do custo para a sua instalação, não houve debate com a população, os maiores interessados. Ele reclama essa necessidade. Percebe-se aí o distanciamento da população do movimento que anunciava mudanças drásticas na vida de todos.

Para finalizar a sua indignada reflexão, ele reclama do movimento separatista, argumentando:

Faltou esclarecimento e sobrou enrolação. Faltou objetividade e sobrou fantasia. O que se viu até aqui, no movimento pelo Estado do Iguaçu foi a união entre os idealistas e oportunistas, que acabaram entrando todos no mesmo saco. Uns por “maluquice”, outros por picaretagem mesmo¹⁰⁴.

O leitor demonstra preocupação em entender o movimento, porém se sente prejudicado pelas suas lideranças, que não buscavam apoio da população e nem explicavam de forma objetiva seus motivos. Para ele, só restava acreditar que eram oportunistas políticos de plantão.

Vale destacar que, procurando desde 1991 na imprensa regional ou estadual, não conseguiu encontrar nenhuma outra, além dessa manifestação popular. Percebe-se aí o distanciamento, ausência ou mesmo a discordância da população em relação ao debate sobre o projeto do novo Estado.

Com a falta de respaldo popular percebida também nas entrevistas, observamos que a população encontrava-se, senão totalmente ausente dos debates sobre a criação do Estado do Iguaçu, pelo menos desconheciam os verdadeiros motivos dos seus líderes. Esses eram muitas vezes acusados por uma parcela da população como oportunistas em busca de cargos

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Idem.

políticos. Eram grupos que, de outra maneira, não conseguiriam eleger-se para qualquer cargo político, uma vez que não possuíam força política no Estado e eram adversários da maioria dos políticos que estavam no poder estadual nos dois Estados envolvidos.

É significativo também que a imprensa e os políticos gaúchos foram os que mais deram apoio às ideias separatistas no Oeste e Sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. Na votação no Congresso, em 31 de março de 1993, inclusive, foram dez os deputados gaúchos que votaram a favor do plebiscito.

Na imprensa estadual, a Gazeta do Povo, de Curitiba, se posicionava contra a realização de um plebiscito em apenas 65 municípios do Paraná e Santa Catarina, excluindo todos os outros municípios do Estado. Esses municípios representavam apenas 20% da população envolvida.

O editorial da Gazeta do Povo, em 17.12.93, cuja manchete era “Esta terra tem dono”, declarava que o separatismo iria mutilar o Paraná, que ele se justificava nas regiões norte do país e que esse movimento poderia até mesmo ameaçar a democracia do país se o projeto separatista fosse aprovado pelo Congresso Nacional:

Isto porque, contra toda a evidência do bom senso e da oportunidade sócio-política, um grupo de menor representação vem tentando articular uma nova unidade federativa à custa do Paraná e de Santa Catarina, movidos por interesses de cunho personalista que, não obstante, lograram sensibilizar alguns núcleos parlamentares reunidos no Congresso. A franca maioria dos congressistas e da opinião pública, se ouvida, se posicionará contra essa proposta por seu conteúdo de evidente ilogicidade e absurdo, mas cumpre despertar os paranaenses e catarinenses para o fato... Basta olhar o mapa do Brasil para perceber que as regiões centro-meridionais do país, consolidadas por um longo processo de formação histórica, não podem nem devem ter suas dimensões alteradas. Se alguma redivisão territorial procede, ela deve se circunscrever ao setentrião ainda pouco povoado, e assim evitando-se o risco de pulverização do país em estados sem viabilidade que possam comprometer o sistema democrático... Como o legendário chefe indígena da tribo guairacá, cumpre proclamar “erga omnes”, a frase imortal: “Esta terra tem dono”. Os donos somos nós, a gente do Paraná!¹⁰⁵

Na luta contra os separatistas, mais uma vez tudo era válido para justificar, até mesmo repetir uma frase dita num contexto histórico completamente diferente.

Essa frase tem um sentido totalmente contraditório ao momento em que foi citado, já que, como foi dito anteriormente, o líder indígena Guairacá lutava para evitar exatamente a invasão de suas terras, onde hoje se situa o Estado do Paraná, no início da colonização espanhola no Paraná, no século XVII, os primeiros a chegar aqui.

¹⁰⁵ Idem, 17.12.92.

O jornal se vale de outro fato histórico para justificar a oposição que todo paranaense deveria fazer com relação ao movimento separatista. Os políticos do Paraná Tradicional, a primeira região colonizada no Estado, se sentiam prejudicados por esse movimento, pois mutilaria uma porção muito representativa de seu território.

A mesma Gazeta do Povo, em 26.03.92, trazia uma consideração do governador Roberto Requião, onde ele destacava a importância daquela região para o Estado do Paraná:

O governador Requião fez questão... de ressaltar que as objeções contra a criação do Estado do Iguazu não são de ordem sentimental ou regional, mas de caráter objetivo. Isso porque a região do Iguazu, além de importante para a economia do Paraná como um todo, é uma área cujas bases de desenvolvimento estão intimamente relacionadas com a sua inserção na economia estadual. “Ou seja, com a criação do novo Estado, tanto Iguazu quanto o Paraná sairiam perdendo”, sentenciou¹⁰⁶.

Requião coloca a questão separatista a um nível econômico, sem ir além das outras questões, como o paranismo. Assim, ao colocar o debate a nível econômico, ele queria chamar a atenção da inviabilização da criação de um Estado essencialmente agrário que seria o Estado do Iguazu. E lembrava que a perda de uma parte essencial do território paranaense comprometeria os dois Estados, o que nasceria e o que seria mutilado.

Na mesma edição, o jornal, na matéria intitulada “Apoio dos empresários”, chama a atenção que todos os segmentos da sociedade civil da região de Curitiba estavam unidos contra o separatismo, sob a liderança do deputado Anibal Khury. O empresário Jonel Chede lembra que, acima de tudo, era preciso chamar a atenção do Congresso Nacional para o erro que se cometeria. Para ele, a hora era de união de todos os paranaenses:

“A hora é de unir e nunca de separar”, acentuou o líder empresarial, em especial “quando se trata de um perímetro que é o MERCOSUL. Antes de separar é preciso unir, antes de falar em separatismo é preciso unir os paranaenses com espírito público”. Chede conclamou os paranaenses: “A fazermos uma luz forte e visível da Câmara Federal, para sensibilizar os homens públicos que lá estão”.¹⁰⁷

No Jornal do Estado, em 1992, na sessão Opinião, no artigo “Campanha contra separatistas – II”, o jornalista Guaracy B. Marinho, comenta da reunião que aconteceu no Plenário da Assembleia Legislativa, a fala da terceira pessoa a usar a palavra, o jornalista Samuel Guimarães da Costa:

Os paranaenses que sempre estiveram de portas abertas à contribuição de brasileiros e estrangeiros de todas as procedências não merecem isso – muito menos quando o projeto separatista é de iniciativa de filhos do RS que se radicaram na região em busca de novos horizontes de vida. Até parece que o que

¹⁰⁶ GAZETA DO POVO, 26.03.92, p.07.

¹⁰⁷ Ibidem.

se quer é criar no PR uma extensão do RS em nome de um pangauchismo que dá a nítida impressão de estar por trás dessa verdadeira paranóia de centros de tradições gaúchas, os CTGs em profusão, inspirados na figura mítica do gaúcho, fruto de um fenômeno mais rio-platense e hispano-americano que luso-brasileiro ligado a um caudilhismo fanfarrão e obsoleto dos chamados centauros dos Pampas e outras fantasias de grandeza que se quer exportar do RS para todo o Brasil, que utiliza a mídia e está usando o marketing como meio de vida profissional de desocupados a explorar uma cantoria de linguagem grosseira de mau gosto, que ninguém entende e que só agride o idioma nacional¹⁰⁸.

Nessa fala, fica evidente que os ânimos já estavam alterados entre os que apoiavam a unidade territorial paranaense. O jornalista foi agressivo quando se referiu aos separatistas, a maioria gaúcha, deixando clara a sua opinião sobre eles. Critica a profusão de CTGs (Centro de Tradições Gaúchas) por todo o país, numa alusão de que os gaúchos queriam dominar todo o país. Nesse sentido, até a linguagem regional diferenciado dos gaúchos seria uma afronta ao país, esquecendo-se que a sua dimensão territorial originou essa diversidade cultural.

A postura contrária ao separatismo observada na maioria dos jornais da capital do Estado durante o ano de 1992 e início de 1993, mostra como a campanha separatista incomodava as autoridades, políticos, empresários e intelectuais daquela região.

No ano seguinte, às vésperas da votação do Projeto de Lei nº. 141/91 no Congresso Nacional, o Jornal Gazeta do Povo, em matéria intitulada “Meta seria nova Nação”, insistia que o real objetivo do movimento separatista era criar outra Nação no Sul do país. Advertiam mais uma vez que o próprio presidente da época, Itamar Franco, era contrário ao projeto de separação, pois se sentia pressionado por um movimento semelhante no seu próprio Estado, pela criação do Estado do Triângulo. Na mesma matéria, o Instituto Histórico e Geográfico (IHG) de Santa Catarina adverte:

Ao analisar o projeto de separação tentado pelo deputado Edil Siliprandi... em estudo realizado com a participação dos principais historiadores catarinenses, a entidade analisou a formação histórica do território meridional do Brasil, para negar qualquer legitimidade a uma eventual separação da “Região do Iguaçu” (...) os separatistas que querem criar um novo estado, e os separatistas que querem criar uma nova nação, são gêmeos, professam a mesma ideologia – anunciando uma nova terra de promessa – e desejam a ruptura da unidade nacional¹⁰⁹.

O IHG de Santa Catarina concordava que o objetivo desse grupo era nada menos do que a criação de uma nação ao Sul do país, unindo os três Estados do Sul, em prejuízo do Brasil.

¹⁰⁸ JORNAL DO ESTADO, 16.08.92, p.2-A.

¹⁰⁹ GAZETA DO POVO, 28.03.93.

O órgão alertava para o perigo iminente, que se tornaria realidade com a aprovação no Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 141/91.

Após a votação no Congresso Nacional, os jornais da região do Sudoeste, como a Gazeta do Sudoeste anunciou em primeira página, “Estado do Iguaçu sai derrotado”:

O Projeto do deputado Edi Siliprandi, que autorizaria a consulta plebiscitária aos habitantes do Sudoeste e Oeste paranaense e Oeste catarinense em relação ao Estado do Iguaçu, foi discutido e votado no Congresso Federal na manhã e início da tarde de ontem. A derrota dos iguaçuanos deixou frustrada grande parte da população destas regiões que, segundo pesquisas, apoiaria incondicionalmente o novo Estado... A rejeição ao plebiscito não encerra a discussão em torno do assunto. Em um ano o Projeto pode ser novamente apresentado, prazo que a bancada “iguaçuana” tem para convencer seus pares a apoiarem o projeto¹¹⁰.

O jornal da cidade sudoestina enfatiza mais uma vez a luta pela separação e não aceita a derrota total, argumenta que a população local estaria frustrada e convoca a população para a continuidade da campanha, para nova apresentação ao Congresso no ano seguinte. Para o jornal, a derrota no Congresso Nacional não podia significar a desistência de um projeto que teria um alcance popular tão grande como aquele, que a população foi a maior prejudicada.

Porém, em Francisco Beltrão, a imprensa não deu grande destaque à derrota do Projeto de Lei nº. 141/91, apenas pequenas notas de fim de página, evidenciando o não envolvimento da população e políticos.

Com a derrota no Congresso Nacional, os líderes do movimento separatista ainda argumentaram durante algum tempo que retornariam com toda a força no próximo ano legislativo, apresentando a proposta novamente.

Na verdade, é preciso destacar que o mesmo deputado, que lutou tanto pela criação do Estado do Iguaçu, porque ali era uma região de “identidade homogênea”, como ele próprio afirmava, propôs um novo projeto no ano seguinte sim, o PDL nº. 388/94, que propunha a realização de plebiscito para a criação do Estado de São Paulo do Sul!

O Jornal de Beltrão deu destaque em primeira página, pela primeira vez, ao novo projeto do deputado Edi Siliprandi, em julho de 1993:

Edi Siliprandi, deputado federal do PDT do Paraná, vai apresentar um projeto propondo a divisão do Estado de São Paulo. Pelo projeto, 49 municípios da região Sul e Sudoeste, formarão o Estado de São Paulo do Sul. A capital está escolhida. É Taquarivaí, a 250 km da capital paulista e ex-distrito de Itapeva, emancipado em

¹¹⁰ GAZETA DO SUDOESTE: 01.04.93.

92, com sete mil habitantes e economia baseada na agropecuária e extração vegetal¹¹¹.

O mesmo acabou sendo arquivado pela mesa diretora da Câmara dos Deputados, em 03 de fevereiro de 1995. Edi Siliprandi até tentou dar continuidade ao seu projeto político, mas ele não se reelegeu novamente.

Nas eleições do ano de 2000, ele se candidatou novamente, com a mesma bandeira de luta, porém foi fragorosamente derrotado. O contexto político no limiar do novo século era completamente diferente da década de 1960 ou mesmo de 1993. Dessa forma, a sua bandeira não empolgou e nem conquistou muita gente.

Mesmo que tenha acrescentado alguns outros objetivos para justificar a criação do Estado do Iguaçu, como tentar convencer os jovens da necessidade de mais Universidades públicas nessa região. Ou tentar convencer a população de que o Paraná nunca teve um governador dessa região ou pela desigualdade de representantes políticos existente no Brasil, onde a região Sul seria a mais prejudicada. Todos esses argumentos se mostraram insuficientes para a população elegê-lo. Inclusive, ele apelou também para a questão polêmica do fechamento da Estrada do Colono¹¹², que considera prejudicial a região da fronteira.

¹¹¹ JORNAL DE BELTRÃO, 10.07.93.

¹¹² Segundo informações do site http://ambientes.ambientebrasil.com.br/natural/artigos/estrada_do_colono.html (acesso em 10.05.2010), a Estrada do Colono foi aberta pelo governo estadual na década de 1950, para favorecer a colonização do Oeste do Paraná; era a única alternativa para os colonos que migravam para a região, bem como para o fluxo de mercadorias. Como a região se desenvolveu muito nas décadas seguintes, surgindo 128 municípios onde antes existia apenas dois, ela se tornou motivo de discórdia entre os políticos e os ambientalistas. Houve necessidade de construir estradas asfaltadas em toda a região e a estrada deixou de ser importante. Foi construída uma ponte sobre o Rio Capanema, que liga a cidade de Barracão com a Argentina para compensar o fim da estrada. Em 1986 foi fechada, permanecendo assim por 10 anos, sendo invadida e reaberta pela população e autoridades locais em 1996 e 1997, quando foi novamente fechada por ordem do Tribunal Regional Federal da 4ª região de Porto Alegre (RS), pela Polícia Federal e o Exército. Chegou a ocorrer conflitos entre as autoridades e a Associação de Integração Pró-Estrada do Colono, que não aceitava o seu fechamento definitivo.

A partir do ano de 2000, ele se afastou da vida política, acabou se mudando para Santa Catarina, na cidade de Laguna, onde viveu até pouco antes da sua morte, em 2009.

Figura 08 – Panfleto da Campanha eleitoral de 2000 de Edi Siliprandi.

ESTADO DO IGUAÇU

Mais Demos Não Estranhamos
PRÉ-06/2002
ELEIÇÕES 2002
EDIMOPR - EDI SILIPRANDI
CASCAVEL

Seu Voto vale um Estado

EDI SILIPRANDI

Dep. Federal 1411

COLIGAÇÃO PTB - PDT - PPB

O que fazer para transformar o sonho em realidade?

Em 1991, o grande líder do movimento iguaçuano Dr. Edi Siliprandi, na época Deputado Federal eleito pelo povo do Iguauçu, protocolou o projeto de lei n. 141/91, que prevê a realização do plebiscito para a criação do Estado do Iguauçu, obteve o voto de 99 parlamentares que disseram sim ao Plebiscito.

Hoje, a luta continua.
O Dr. Edi Siliprandi, quer voltar a Brasília para desarquivar o projeto n° 141/91 que foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça e resgatar a Unidade Federativa do Iguauçu.

Para isso, basta que você no dia 06 de Outubro vote 1411.

Seu Voto vale um Estado

SEU VOTO PARA	DEPUTADO FEDERAL	EDI SILIPRANDI	1	2	3
			4	5	6
			7	8	9
			0		

JUSTIÇA ELEITORAL

Como funciona o Movimento?

O movimento pró-criação do Estado do Iguauçu tem simpatizantes em mais de 200 municípios que integram a nova Unidade Federativa.

CADASTRE seu município junto ao Comitê Central, à Rua Rio Grande do Sul, nº 1110, CEP 85.806-010 - Tel.: (0_45) 225-2828 - 224-1411

www.estadodoiguacu.com.br
CASCAVEL - PARANÁ

3.4 – Outras memórias.

A opção metodológica utilizada busca valorizar as memórias de uma parcela da população que teve poucas possibilidades de participação no movimento separatista para a criação do Estado do Iguauçu. De outro modo, busca também investigar outros sentidos para o movimento, além da dicotomia plantada pela memória oficial em torno de possíveis disputas políticas em relação ao tema. Nesse caso, a investigação oral mostrou-se de grande riqueza para a pesquisa ora desenvolvida.

A memória dos atores entrevistados demonstra que tinham pouco conhecimento sobre os movimentos de separação ocorridos no Sudoeste do Paraná. É verdade que encontramos pessoas com uma memória muito presente tanto do primeiro movimento, em 1968 quanto do último, ocorrido no início da década de 1990. Principalmente, quando da votação da Lei nº. 141/91, do projeto do deputado paranaense Edi Siliprandi, eleito com a bandeira do separatismo pela região Oeste do Paraná. Porém, é verdade também que a maioria das pessoas afirmou que não havia participação popular, que o povo ficou sabendo “apenas por ouvir dizer”, que não foi consultado, que era um assunto discutido predominantemente entre os políticos.

Importante destacar que, para preservar a intimidade das pessoas e garantir maior comprometimento nas narrativas e também de ordem política e social, só citaremos as iniciais dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas em alguns municípios do Sudoeste do Paraná, foco da pesquisa.

A narrativa do Sr. C. S., 57 anos, agricultor, nascido no Rio Grande do Sul, que veio para o Paraná, residente na zona rural de Francisco Beltrão, distrito de Nova Concórdia desde 1953, quando aqui chegou com seus pais, com 02 anos de idade, destaca essa importância. Filho de madeireiros e agricultores estudou em colégio agrícola, iniciou curso superior em Guarapuava, sem concluir, porém foi professor por muito tempo. Candidatou-se a vereador da cidade de Francisco Beltrão, em 1988. É emblemática a sua memória:

Esse comentário sempre existiu, né... Da divisão, da... Do oeste do Paraná, sudoeste, oeste de Santa Catarina e uma parte do Mato Grosso [na realidade o MS]... Era muito comentado na época... Tinha os prós e os contra. Entre os políticos... na população em geral, tinha muita gente favorável a isso. O Paraná era muito discriminado, o governo do estado do Paraná, principalmente, né, a nossa região foi a última a ser desenvolvida. A última... que imaginava, a última que entrou canal de televisão, a última que chegou um pedaço de asfalto, a última em tudo... Na época nós estávamos bem mal representados no governo do Estado e governo federal, né. Então nesses termos aí que fomos totalmente esquecidos. O sudoeste do Paraná pecou muito por não ter lideranças antes, né. Existia, mas não pensava no sudoeste, pensava no todo¹¹³.

O entrevistado revive o passado, quando os primeiros imigrantes chegaram no Sudoeste do Paraná, as grandes dificuldades que passaram, o período de esquecimento por parte dos governantes que a região passou. Para ele, isso justificava plenamente o movimento separatista. Além disso, ele relembra os interesses econômicos particulares de um dos líderes daquele movimento, Edi Siliprandi:

¹¹³ Entrevista com o Sr. C. S., 57 anos, concedida em 24.11.2008, em Francisco Beltrão.

Mas enfim, ele ficou muito bem financeiramente porque onde que tinha vínculos (risos), ele adquiriu áreas de terra próximas a cidades e... Pato Branco, maiores loteamentos; Chapecó ele tem, ele queria comprar aqui e Cascavel; as cidades-pólos ele previu que as cidades ia se desenvolver e adquiriu áreas de terra e depois fez loteamentos. Com certeza também existia interesses particulares, também. Uma pessoa só com uma bandeira desse tamanho, é lógico que transforma em voto, né, no estado... Mas acho que ele não tinha força política muito grande, né. Uma força... Eram poucos com força. Eu particularmente era favorável na época...

¹¹⁴

O entrevistado destaca os interesses econômicos do principal líder do movimento separatista, lembrando os imóveis que ele possuía e que adquiria nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná.

Questionado quanto à sua participação no movimento, o entrevistado confirmou que chegou a apoiá-lo. Porém, destaca que hoje não apoiaria um movimento semelhante, uma vez que houve grande desenvolvimento na região, que acredita que foi graças ao movimento separatista:

Não, hoje teria que pensar duas vezes. O sudoeste, demos uma deslanchada... Houve um direcionamento no progresso, os governantes pensaram vamos assim, desenvolver aquela região senão vamos perder. Ou ajudamos ou perdemos. Então, nesse sentido o Sudoeste deu uma crescida, foram emancipados municípios que deram certo... Hoje está uma potência... Briga de igual pra igual...¹¹⁵

Em seu trabalho de evocar a memória, o entrevistado não comenta que seu envolvimento no movimento separatista foi muito além de apoiá-lo. Ele participou com cargo na direção do grupo político que organizou o movimento em Francisco Beltrão, o que essa pesquisadora descobriu posteriormente, ao investigar a imprensa de Pato Branco, no período anterior à votação, em março de 1993.

A entrevistada L. O. D., 50 anos, nascida em Francisco Beltrão, funcionária pública municipal da Educação, também se recorda daquela época, do primeiro movimento separatista, mas esclarece que era proibido falar daquele assunto, pois era época da ditadura militar:

Naquela época era proibido falar qualquer assunto político que envolvesse porque, na verdade, ainda estávamos na época dos militares e... A gente, até os estudos era meio barrado, sobre política, porque nós não tínhamos o direito de fazer isso... Nós começamos a ser mais abertos à questão só mais tarde. Antes disso não tínhamos acesso a essas informações¹¹⁶.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Entrevista de L. O. D., 50 anos, concedida, em 24.11.2008, em Francisco Beltrão.

Essa proibição pode ter contribuído para a ausência de discussão entre a população, uma vez que as pessoas tinham medo de se expor, mesmo que estivesse numa região distante e remota dos grandes centros e, conseqüentemente, do controle das autoridades militares.

Vale destacar também a lembrança das ditaduras mais severas, mesmo ocorridas em lugares distantes, como na Europa, contribuía para que muitos não participassem desses movimentos no Brasil. Ainda que fossem em regiões do interior, como é o caso do movimento pela criação do Estado do Iguazu.

Como relembra o Sr. R. B., de 77 anos, agricultor, residente na cidade de Verê, fazendo menção ao período da II Guerra Mundial e da Guerra Fria, para se referir ao movimento separatista no Sudoeste do Paraná:

...Eram chamados de quinta coluna [comunistas]¹¹⁷.

Com relação à participação da população, L. O. D. destaca que a maioria da população não foi ouvida, que o assunto era discutido apenas entre os grupos políticos:

[Foi] mais ou menos. Porque isso aí era mais conchavo políticos, e quando se tem interesses políticos, envolve-se muita gente, e nessa muita gente, você sabe que a base, as pessoas realmente que convive e vive nesses locais, eles não são consultados. Quem, como diz o papo, os grandes é que decide pelos pequenos, na época viu-se que era uma coisa inviável, mas a população não foi consultada... a maioria da população gostaria que fosse separada...¹¹⁸

Ainda sobre a participação e os conchavos políticos, A.D. S., 66 anos, funcionário público aposentado, residente em Mariópolis, confirma:

Era política, foi tudo política, cada um tinha uma ideia... Nunca fizeram um plebiscito pra unir o povo, o que vocês acham, nunca foi feito. Reuniam-se os cabeças, meia dúzia aí, até 10, 12, mais nada. Até eu ia numa reunião aqui hoje, mas dois, três amanhã reuniam mais dois, três, mas aí não convidava vocês dois¹¹⁹.

Essas lembranças do entrevistado deixam claro como o movimento estava desorganizado, a falta de coesão política entre os próprios adeptos do movimento separatista.

Quando o movimento voltou com mais intensidade no início da década de 1990, C.S. relembra:

É, com o deputado Edi Siliprandi, né, ergueu uma bandeira que queria realmente emancipar o Estado do Iguazu, né. Houve um movimento forte também, várias pessoas trabalhando... a gente sabia, a tendência é que quem é dono do Estado não quer desmembrar, né...¹²⁰

¹¹⁷ Entrevista de R. B., 77 anos, em 25.11.2008 concedida em Alto Verê, distrito de Verê.

¹¹⁸ Entrevista de L. O. D., 50 anos, concedida, em 24.11.2008, em Francisco Beltrão.

¹¹⁹ Entrevista com A.D.S., 66 anos, concedida em 27.11.2008, em Mariópolis.

¹²⁰ Entrevista com o Sr. C. S., 57 anos, concedida em 24.11.2008, em Francisco Beltrão.

Na verdade, ele quer dizer que houve mais participação na região Sudoeste na década de 1990. No entanto, a própria imprensa local não a considerava forte o bastante para apoiar. Sobre sua posição de antes e de hoje, ele afirma que era a favor na época [1992/1993]. Em sua narrativa, ele afirma que na Câmara de Vereadores de Francisco Beltrão não houve manifestações nem pronunciamentos nesse sentido, que o manifesto na cidade foi bem acanhado.

Não, não... Houve manifesto assim, bem acanhadinho... Um movimento bem simples, acanhado, não teve aquele impulso... Faltou, faltou organização, faltou, começaram um abaixo-assinado, aquele movimento assim...¹²¹

L. O. D. também se recorda da volta do movimento no início da década de 1990, o que evidencia um maior envolvimento por parte da população:

A gente... Nesse período, foi a época que eu entrei no serviço público. Então foi assim uma fase que eu não estudava na época, mas a gente assim, já ouvia mais televisão, tava mais por dentro do movimento, do qual queriam separar a região sul, fazendo outro estado¹²².

Existe uma gama de interpretações sobre esse assunto, e houve uma grande dificuldade nas lembranças de muitos entrevistados. A memória social é mais completa, porém em relação à lembrança individual, as pessoas tem dificuldade em encontrar muita coisa relevante que tenha vivido naquele passado. A memória se faz na individualidade, mas é na socialização que ela se efetiva, se cristaliza e, portanto, encontramos muitas confusões temporais nas entrevistas individuais. Talvez porque o movimento ocorreu em dois momentos diferentes, em décadas diferentes. Os entrevistados confundiam os dois movimentos. Podemos confirmar essa confusão em algumas memórias, como da Sra. L. O. D. sobre o motivo porque queriam separar a região:

Na época era bem contraditório, eles alegavam que tinham toda uma infraestrutura para sustentar todo o restante do país... Eram mais conchavos políticos, envolvem muita gente, os grandes é que decide pelos pequenos, na época viu-se que era inviável, mas a população não foi consultada... a maioria da população gostaria que fosse separada... Porque, de qualquer maneira a gente passava a ganhar com isso, mas aí veio a questão, Curitiba não investia aqui... Se fosse hoje, eu acredito até que daria. Hoje nós temos muitas fábricas... Mas não é viável, a agricultura é muito forte... o interior [termo regional para designar zona rural] hoje é muito forte¹²³.

¹²¹ Idem.

¹²² Entrevista de L. O. D., 50 anos, concedida em 24.11.2008, em Francisco Beltrão.

¹²³ Idem.

Ela se refere ao primeiro movimento separatista, na década de 1960, quando a região era pouco valorizada pelo governo estadual, para justificar o segundo momento do movimento, nos anos de 1990. Questionada ainda se hoje seria necessária uma separação do Estado para a região ser atendida, ela não tem dúvida em afirmar:

Depende dos olhares, se olhar economicamente não é viável. Porque, assim, hoje a agricultura é muito forte... O interior [zona rural] hoje é muito forte em todos os estados brasileiros, as fábricas estão se expandindo mais pro interior, hoje a infraestrutura é muito grande, hoje saindo daquela... Daquele foco capital, então está indo mais para as cidades pequenas, não tem mais só as cidades grandes, o interior está sendo mais visto hoje, com mais expansão dos negócios, então eu acho que não seria mais viável¹²⁴.

As lembranças como as de M. C. S., 52 anos, gaúcha, agricultora e professora, residente em Santa Isabel do Oeste até meados dos anos 1980 e hoje em Francisco Beltrão, se apresenta com mais dificuldade, já que ela se recorda como uma presença mais marcante em sua vida a “revolução de 1964”. Em relação ao movimento separatista ocorrido na região, ela pouco se recorda, como fica evidente em sua afirmação.

Eu tava na terceira, quarta série. A época da ditadura militar, eu lembro... a revolução de 64, eu tava trabalhando lá na dona Liege. Acho que tinha uns 7, 8 anos? (pergunta pra mãe) 09 por aí e a D. Liege pegou e falou que ia acabar o mundo, eu quase morri. Ela me mandou pra casa, cheguei em casa, falei pra mãe, a mãe não sabia de nada!... O que me marcou foi a revolução de 64, porque ouvi o pessoal adulto falar, e eu fiquei com medo.¹²⁵

Em relação ao movimento separatista, M. C. S. afirma ter ouvido muito pouco, em 1992:

Que eu lembre assim, mas era porque o Estado do Paraná era muito grande e que tinha interesse em melhorar o... atendimento para essa região do sudoeste, que o sudoeste era tão forte que poderia se tornar um estado¹²⁶.

É interessante notar como a justificativa de que o Paraná era muito grande, que a região era muito distante da capital ficou gravado na memória das pessoas. Em conversas informais com muitos entrevistados e suas famílias, isso é muito recorrente. Se compararmos com outros Estados brasileiros, percebemos que essa justificativa não faz sentido. Na região setentrional, os Estados têm dimensões até três vezes maiores, e nem por isso se organizou movimentos separatistas dessa dimensão.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Entrevista de M. C. S., 52 anos, concedida em 22.11.2008, no sítio Rio Tuna, distrito de Francisco Beltrão.

¹²⁶ Idem.

Quanto às motivações políticas para o movimento, percebe-se a distância popular do debate. Nesse sentido, é interessante observar a visão atual da mesma entrevistada, M. C. S., sobre a necessidade ou não de uma nova unidade federativa no Sul:

Eu vejo assim hoje, falando naquela época, parecia que era tão longe da nossa realidade, eu passei a separação [no casamento], tinha parado de dar aula, eu voltei tudo de novo, eu voltei na ativa depois de anos de casamento, eu não trabalhava, meu ex-marido não me deixava trabalhar, então é... Eu não tinha uma noção naquela época, mas hoje eu acho que era só pra dar mais emprego, a renda continuava a mesma, eu acho, dentro do meu ser, que não precisaria, acho que um só, como é hoje¹²⁷.

Alguns entrevistados deixaram claro o desconhecimento total em relação ao tema, nas duas épocas diversas, como é o exemplo da Sra. L. B. S., 50 anos, dona de casa, nascida no Rio Grande do Sul. Ela veio com os pais para o oeste de Santa Catarina, e se mudou para o Paraná, em Mariópolis, quando se casou, aos 19 anos, e deixa claro que não soube de nada na época, que somente hoje sabe que existiu aquele movimento:

... Mas eu não me lembro de nada (...) naquela época eu não me lembro de ter escutado falar, não lembro (...). A gente nem ouviu falar, naquela época¹²⁸.

A sr^a. E. S., 80 anos, nasceu em Cruz Alta, RS, veio para o sudoeste do PR, Santa Isabel do Oeste, em 1962, depois que se casou. De lá, foi para o MS, depois em 1990 retornou para o Paraná, e hoje reside na zona rural do distrito do Rio Tuna, em Francisco Beltrão. Dona de casa, sempre viveu na zona rural, ou no “interior”, termo usado entre os habitantes da região para designar quem vive ali, também não se recorda de ouvir falar do movimento separatista:

Não, eu acho que não! Isso eu nunca ouvi. Nunca soube disso! Não... E depois, eu nunca me envolvi com isso, sabe... Sei lá, a gente vivia muito em casa, a minha vida lá naquela época era assim... O meu marido é que às vezes ia pro bar, mas eu acho que ele nunca falou nada.¹²⁹

Nas entrevistas realizadas com as pessoas que residiam e ainda hoje residem na zona rural, fica evidente o distanciamento total do movimento separatista, fazendo crer que era esse muito centrado na zona urbana. Porém, a característica de pequenas propriedades da região Sudoeste e grande parte do Oeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina evidenciam que foi um erro de estratégia do movimento, o que pode ter contribuído para a sua fragilidade. A zona rural tem uma força econômica muito grande ainda hoje nessas regiões.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Entrevista de L. B. S., 50 anos, concedida em 27.11.2008, em Mariópolis.

¹²⁹ Entrevista de E. S., 80 anos, concedida no sítio Rio Tuna, 22.11.2008, distrito de Francisco Beltrão.

O Sr. J. T. S., 52 anos, nasceu em Santa Catarina, mudou-se com a família com 11 anos de idade para a cidade de Ampére, no Sudoeste do Paraná, formou-se em Administração de Empresas, atualmente vendedor de implementos agrícolas, residente em Francisco Beltrão, também soube pouca coisa a respeito nos anos 1960:

Moramos dois anos na cidade, mas nós íamos fazer... Nosso trabalho era na zona rural, terra arrendada no início, né. Começamos por aí, então a gente ia da cidade trabalhar no interior, plantava feijão, milho, é... O básico era isso. Primeiramente não... não ouvia falar, mesmo porque o sudoeste na época era bem iniciante, né, tudo tava começando. Eu lembro quando nós viemos de mudança, passamos em Francisco Beltrão, era uma cidade assim, era a maior cidade, assim. Beltrão era a maior cidade, bem de interior mesmo, né, então isso...¹³⁰

Ele se recorda que, no início da década de 1990, ouviam-se algumas coisas sobre o assunto:

... Tinha uma conversa, mas não era muita coisa, começou assim a se intensificar lá por volta de 80, 85, por aí, que começou a forçar mesmo, e todo mundo começou a falar, a comentar, a evoluir, tal. Mas até então não era muito... Se ouvia falar geralmente... da divisão do estado, que abrangia aí Santa Catarina, Rio Grande e um pedacinho do MT [na verdade o MS] e a formação do estado do Iguazu e daí já se começou a se cogitar ali a capital, onde ia ficar a capital, porque a maior disputa era em cima da capital, né, porque no fundo a briga era na capital. Que tinha Cascavel, tinha Chapecó, tinha na época, se cogitou até em Pato Branco, em Foz do Iguazu, então era mais em cima disso¹³¹.

Em seu trabalho de evocar as memórias, ele evidencia os conflitos que envolviam as cidades-pólos da região, para determinar a capital de novo futuro Estado. Além disso, ele e outros entrevistados, em conversas informais, afirmam que o Estado do Iguazu abrangeria também parte do Mato Grosso do Sul, mas nas pesquisas realizadas, nenhuma fonte oficial traz essa afirmação. Até porque os mapas encontrados e inseridos no corpo da pesquisa não confirmam essas informações.

Em outra parte da sua entrevista, J. T. S. comenta que, mesmo na cidade de Francisco Beltrão, em que teoricamente a maioria dos políticos e nenhuma autoridade apoiavam o movimento, era possível ouvir esse debate:

Inclusive Francisco Beltrão brigava também pela capital. Porque Francisco Beltrão, se olhar no mapa, centraliza todas as regiões. Tanto do Sudoeste, do Oeste catarinense e Oeste paranaense, né. Então, ficaria no centro, Beltrão brigava por esse aspecto. Então criou na época uma certa... vamos dizer, ali... um aspecto positivo, uma rivalidade entre as cidades pra disputa do estado, da capital, né¹³².

¹³⁰ Entrevista com o Sr. J. T. S., 52 anos, concedida em 01.12.2008, em Francisco Beltrão.

¹³¹ Idem.

¹³² Idem.

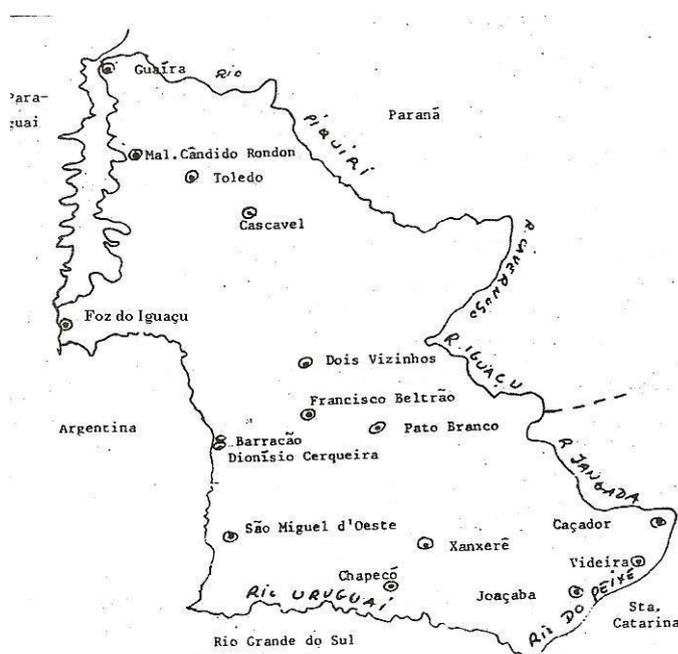
Importante destacar aqui que foi elaborado um mapa do futuro Estado do Iguaçu pelo jornal Correio do Paraná, com as principais cidades, para demonstrar as distâncias no novo Estado. Observando-o abaixo, percebe-se que o Sr. J. T. S., realmente tem razão quanto a localização central da cidade de Francisco Beltrão. Porém, pelas pesquisas realizadas na imprensa local, na AMSOP, na Câmara de Vereadores, bem como os outros entrevistados, não foram encontradas evidências da rivalidade ou brigas entre municípios do Sudoeste ou Francisco Beltrão com outras cidades das outras regiões envolvidas, com relação à cidade escolhida para ser a futura Capital.

Como essa cidade sediava e ainda sedia a AMSOP, criada exatamente com o objetivo de evitar a separação e fortalecer os municípios do Sudoeste do Paraná ainda em 1968, não havia lideranças fortes do movimento separatista.

Durante o processo de pesquisa, na busca por informações sobre o tema escolhido, essa pesquisadora ouviu de várias pessoas, tanto no Sudoeste quanto no Oeste do Paraná, muitas possíveis capitais, entre elas Cascavel, a mais citada, Chapecó, Pato Branco, mas em nenhum momento outra pessoa citou Francisco Beltrão.

Figura 09 – Mapa do Estado do Iguaçu, com os municípios maiores de todo o futuro Estado do Iguaçu.

Fonte: Jornal Correio do Paraná (Pato Branco), de 28/11/1991.



O futuro Estado do Iguaçu

J. T. S. continua suas memórias, justificando que um dos motivos para a separação era exatamente a distâncias existentes nos Estados atuais em relação à Capital:

A justificativa era que... Dividindo os três estados isso ia trazer um... desenvolvimento para a região, principalmente o econômico e também a descentralização das capitais, né, a distância da capital que o estado do Iguazu na época seria um estado que tava se desenvolvendo, mas não tinha grande, a região não tinha grande expressão, né, com exceção de Foz do Iguazu, turismo e Cascavel, que tava se desenvolvendo, a região do sudoeste era pobre demais, né, então isso ia trazer o desenvolvimento econômico pra região¹³³.

O entrevistado acrescenta ainda que quando se casou, mudou-se para a cidade de Cascavel e que lá o movimento era mais presente na sociedade:

Continuei morando na região, morava, morei em Francisco Beltrão, Cascavel, na época do forte mesmo dessa... Dessa proposta do Iguazu eu tava morando em Cascavel. Cascavel era uma disputa muito bastante... bastante, vamos dizer assim, era o que mais se falava, você, na época, porque Cascavel se despontava como capital, então a própria Cascavel começou a se organizar pra ser a capital. Oh, lembro que os jornais publicavam matéria sobre o assunto, da evolução da aprovação, até de pesquisas, de pesquisas... pública, né, onde quem estava a favor, quem não estava. Houve pesquisa também na época... Então isso criou um aspecto positivo pra região, positivo, muito positivo¹³⁴.

Quando o Projeto de Lei foi rejeitado no Congresso Nacional, ele se recorda da decepção para muitos em Cascavel, mas também tem uma clareza muito grande em relação ao sentimento de perda para os Estados envolvidos, que perderia parte importante de seu território:

Pra região foi assim, por um lado foi desestimulador, né. O povo na época, quem pensava positivamente nisso, não acreditava que não fosse aprovada, que como ficaram vários anos discutindo essa coisa do estado do Iguazu, né, todo mundo criou uma expectativa positiva, porque é evidente que economicamente seria, seria importante, né, mas pro resto dos estados não, né? Porque ia dividir, dividir o bolo, dividir a capital, os três estados e perder parte da renda. Esse que foi o fator e a representação política da nossa região na época era fraca, era poucos, era poucos, era o Siliprandi, outros aí que a gente não conhece, não lembro agora, aqui de Pato Branco, os Guerra, tinha o Alcení. Ali de Santa Catarina também tinha um ou dois, acho que era um que tinha, era pouco, não era muito, então isso enfraqueceu lá na hora de aprovar, eu imagino. Mas foi... o povo ficou assim, meio... você... trouxe um aspecto, até certo ponto, negativo, né¹³⁵.

Ele continua a entrevista afirmando a sua torcida para a criação do novo Estado naquela época. Mas admite que hoje pensaria muito antes de decidir, pois não seria a melhor opção para o país, mas concorda que para a região sim:

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

Eu era, era a favor... era a favor porque vivemos aqui, criamos e quem não quer desenvolver a região? Todo mundo quer! E a expectativa que foi vendida pra nós é que seria positivo. Hoje não sei se isso seria, teria que analisar se seria positivo ou não... Hoje é evidente que, na divisão, hoje, olhando o Brasil de uma forma geral, lógico, se fosse dividido era um espaço menor para administrar, mas por outro lado, se cria novas estruturas, numa situação econômica hoje no Brasil, que não se aplica bem as suas verbas públicas... Era mais gasto, mais despesa. Hoje se a gente for analisar, não sei se hoje eu seria favorável, por esse aspecto, político, mas economicamente seria muito bom pra região. Pode ser que um dia, numa melhor distribuição do país, isso aconteça, né, mas hoje acho que é meio difícil¹³⁶.

Entre os entrevistados e pessoas com quem falamos informalmente sobre o tema nos seis meses da pesquisa oral, alguns até confirmam que deveria ou que gostaria que fosse criado o Estado do Iguazu ou outro país na região sul. Esse posicionamento é mais evidente nas cidades de Pato Branco, Mariópolis e alguns municípios do Oeste de Santa Catarina. Porém, os entrevistados também teem claro que hoje seria quase impossível essa ideia animar quem quer que seja nos dois Estados. Mesmo em 1992, a maioria acredita que não foi possível envolver a população porque a situação do Sudoeste do Paraná já estava visivelmente transformada, e para melhor. Com uma infra-estrutura de boa qualidade, possibilitando o encurtamento das distâncias, seja em relação a outras regiões, seja em relação à capital do Estado, as motivações principais se perderam.

Para o Sr. R. B., 77 anos, de Verê, o movimento justificava nos anos 1960 por que:

... Naquela época, que era pra defender um povo, que era um povo sofrido, que vinha a pé de Pato Branco, ou de carroça, precisava fazer só emancipar o Estado pra sede da capital ficar perto e a evolução caminhar¹³⁷.

M.C.S. também concorda com essa justificativa:

... Porque o Estado do Paraná era muito grande e que tinha interesse em melhorar, um melhor atendimento para essa região do sudoeste, que o sudoeste era tão forte que poderia se tornar um estado¹³⁸.

Para esses entrevistados, a grande distância era aumentada pelas grandes dificuldades encontradas para se deslocar de uma região para outra, já que havia poucas estradas, que eram mal-conservadas, fazendo com que a população se sentisse abandonada pelas autoridades.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Entrevista de R. B., 77 anos, em 25.11.2008, concedida em Alto Verê – Distrito de Verê.

¹³⁸ Entrevista de M. C. S., concedida no sítio Rio Tuna, 22.11.2008, distrito de Francisco Beltrão.

Quando o movimento retorna no início dos anos de 1990, em outro contexto histórico, econômico e político, o Sr. R. B., 77 anos, acredita que não teve sucesso por que implicaria em mais gastos, que acabaria sendo pago por todos os contribuintes:

... Ali a senhora sabe, uma boa parte era a favor, a outra parte não aceitava porque achava que tinha estrada, anos 90 já tinha asfalto e achava que... Viam mais... uma Câmara de Deputados, que é um custo alto demais, um secretariado, um governo, achava que calava muito o suor do povo. Então ficando um Estado maior, com uma equipe só, diminuía os custos, podia não calar os impostos do nosso povo, não é verdade?¹³⁹

Nesse sentido, A. D. S. justifica, pensativo, a criação de mais uma unidade federativa como a possibilidade de criação de “cabides de empregos”, muito comuns nos órgãos públicos de todos os níveis, argumentando:

Porque dividir um estado, um estado. Veja a despesa que dá. Você tem cinquenta funcionários no estado, se você vai fazer outro estado, são cinquenta aqui também! Vai aumentar emprego. Aquele que levava vantagem, só tem, sempre tem aquele que levava vantagem¹⁴⁰.

De outro modo, é importante destacar que a origem da maioria da população acima de 50 anos com quem conversamos nessas regiões do Sudoeste do Paraná, nasceu no Rio Grande do Sul, descendentes ou de italianos ou de alemães, e fica evidente a necessidade deles em afirmar essa identidade de origem europeia, que eles mesmos não sabem claramente qual é, já que não tiveram qualquer contato com o país de origem de seus antepassados.

Percebe-se certa discriminação em relação aos moradores mais antigos da região, chamados por eles de forma pejorativa de “caboclo”. Afirmam categoricamente que o desenvolvimento do Sudoeste só foi possível porque para lá foram esses “desbravadores”, pioneiros com o objetivo inicialmente de explorar a madeira que existia na região em abundância. Posteriormente, passaram a desenvolver a agricultura e a pecuária. E a presença dos caboclos inviabilizava esse projeto, sendo necessária a sua expulsão do lugar, para a chegada do “progresso”, como muitos afirmaram.

O caboclo não saberia produzir a terra como o colono de descendência europeia, que trouxe esse conhecimento de seus antepassados, dos seus países de origem, mais

¹³⁹ Entrevista de R. B., 77 anos, em 25.11.2008, concedida em Alto Verê – Distrito de Verê.

¹⁴⁰ Entrevista com A. D. S., 66 anos, concedida em 2.7.11.2008, em Mariópolis.

desenvolvido. Eles esquecem, no trabalho de reviver suas memórias, as condições de miséria que muitos dos seus antepassados chegaram ao Brasil, e especificamente do Rio Grande do Sul. Eles se esquecem também que o que os motivaram a sair em busca de novas aventuras, de novas terras no Paraná foram exatamente a falta de terras no Rio Grande do Sul, proporcionado pelo aumento populacional, que os expulsaram de suas terras.

Porém, mesmo com as atitudes de discriminação em relação aos nativos da região, os entrevistados deixaram claro que esse não teria sido motivo para justificar a criação de um novo estado na região. Eles insistem que o motivo seria a distância dos grandes centros, das capitais dos dois estados – Curitiba e Florianópolis. Tanto que, em 1993, muitos que antes eram a favor do movimento, já não acreditava mais nele.

O Sr. R. B., 77, por exemplo, questionado pela pesquisadora da possibilidade do seu apoio ou de tantos outros moradores ao separatismo ser motivado pela falta de identificação com o Estado do Paraná, afirma sem qualquer hesitação:

Nada disso... Ah... Da distancia mesmo. Pela distância, porque naquela época a distância matava, não tinha telefone, não tinha estrada, nada. (...) não tinha nada¹⁴¹.

Na década de 1990, já não encontravam mais motivos para apoiá-lo, uma vez que a região sudoeste havia conseguido uma importância grande nas decisões governamentais, um desenvolvimento bastante satisfatório e não seria necessária uma atitude tão radical, como a criação de um novo estado. A representação política da região também cresceu consideravelmente, o que facilitava a vinda de benefícios para essa região. C. S., de Nova Concórdia enfatiza que hoje a sua opinião seria diferente: “Hoje teria que pensar duas vezes.”

Para ele, pode-se considerar o movimento vitorioso por esse aspecto, porque o Sudoeste conseguiu um desenvolvimento que não teria conseguido sem ele. Inclusive, ele acredita que as autoridades, “donos do Estado”, em suas palavras, ficaram com medo e atenderam as reivindicações da região satisfatoriamente.

Também o Sr. J. T. S., deixa claro que inicialmente era a favor do movimento, mas que mudou de ideia posteriormente, também por causa do impacto dos gastos na economia

¹⁴¹ Entrevista de R. B., 77 anos, concedida em 25.11.2008, Alto Verê – Distrito de Verê.

do país. Mas que para a região seria muito positivo, como declara na entrevista: “por esse aspecto político, mas economicamente seria muito bom pra região”¹⁴².

Com relação às expectativas de desenvolvimento e benefícios conseguidos pela região do Sudoeste do Paraná, muitos entrevistados lembram a importante representação política atual da região, tanto a nível estadual quanto federal, como continua destacando o Sr. J. T. S.:

... Se viesse isso hoje, pra se formar o Estado novamente, eu acho que teria muito mais possibilidade de conseguir, justamente pela força política, pela força da região, né¹⁴³.

Ou como o a Sra. L. O. D. enfatiza, de maneira emocional e romântica sobre a importância do interior do país:

A agricultura é muito forte... o interior [zona rural] hoje é muito forte em todos os estados brasileiros, as fábricas tão se expandindo mais pro interior, hoje a infraestrutura é muito grande, hoje saindo daquela... Daquele foco capital, então ta indo mais pras cidades pequenas, não tem mais só as cidades grandes, o interior está sendo mais visto hoje, com mais expansão dos negócios, então eu acho que não seria mais viável... [A] mudança está ocorrendo, que... a olhos vistos, tem aí, tem muita coisa que mudou¹⁴⁴.

Assim, descobrir e relacionar as memórias sobre o movimento separatista pela criação do Estado do Iguacu, em diferentes tempos, na região Sudoeste do Paraná, permitiu restabelecer uma conexão entre os diferentes sentidos da população dessa localidade, para tecer uma trama de entrelaçamento entre os campos de possibilidades da sua participação nesse período. Desvendar essas memórias constituiu-se um caminho para construir um outro olhar sobre esse movimento, para dar um ressignificado aos fatos.

Na escolha da metodologia da História Oral, de acordo com Laverdi, “é preciso atentar para os sentidos políticos implícitos, por sua vez contidos na riqueza dos processos de transformações dos próprios sujeitos, afirmados muitas vezes na projeção de seus papéis protagonistas na constituição de seus espaços sociais”¹⁴⁵.

Para além dessa possibilidade, o caminho escolhido foi na tentativa de estabelecer um diálogo com outras memórias sobre as “tramas da separação”, na criação de um novo Estado no Sul.

¹⁴² Entrevista de J. T. S., 52 anos, concedida em 07.12.2008, em Francisco Beltrão.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Entrevista de L.O.D., 52 anos, concedida em 24.11.2008, em Francisco Beltrão.

¹⁴⁵ LAVERDI: 2005, p.158.

Um Estado que nasceria com terras pertencentes aos Estados do Paraná e Santa Catarina. A História Oral, então, parte do olhar daqueles que estiveram ausentes dos papéis protagonistas, mas que nem por isso têm sua participação desvalorizada.

Antes de tudo, é necessário atentar para a importância das tensões existentes entre os diversos grupos que viveram os fatos, haja vista a diversidade dos interesses que os constituem.

Na diversidade dos espaços sociais e políticos da região em foco sobrevivem ainda hoje fortes contradições referentes às motivações em relação ao tema pesquisado. Em relação ao primeiro momento do movimento separatista, as motivações eram de natureza econômica, da tentativa de uma sobrevivência mais digna naquela região ainda considerada inóspita, tal a ausência dos órgãos governamentais. No segundo momento, as motivações tinham mais um caráter político-eleitoral, na tentativa de um determinado grupo político de alcançar aos cargos mais importantes, que não conseguiam pelas vias normais, na organização tradicional que se apresentava.

O grupo separatista liderado por Edi Siliprandi sonhou em criar um novo Estado mutilando parte de dois outros Estados já consolidados. Não conseguiu convencer a população e encontrou pela frente um grupo político com mais organização do que eles. E ficou apenas no sonho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A pesquisa desenvolvida proporcionou algumas conclusões importantes a respeito desse fato histórico que foi reconstruído a partir de um determinado olhar.

É preciso ter claro que é apenas um olhar que, de outra maneira, não isenta o historiador da emoção de ver o mundo. Ao mesmo tempo, convida outros historiadores a deixar sua marca sobre o mesmo tema.

Esse trabalho proporcionou-me rever algumas crenças a respeito do tema escolhido, como acreditar que foi um movimento com total apoio popular, que a maioria da população da região pesquisada tinha o desejo de se separar do Estado do Paraná, e que se o movimento retornasse hoje, a maioria seria a favor de separar a região do restante do Estado. Enfim, proporcionou-me olhar de outra maneira as generalizações conhecidas até então e fez-me conhecer outros aspectos que desconhecia.

Destaca-se aqui a importância das narrativas e lembranças dos entrevistados, que nos deixam perceber a trama de interesses e tensões não revelados, que se tornaram visíveis à medida que foram sendo revelados.

O processo que envolveu as entrevistas e o convívio com os entrevistados durante os seis meses que elas duraram, revelou-se um processo de troca de conhecimento muito interessante. Muitas descobertas e revelações, além das dúvidas que surgiram referentes à dicotomia imposta pelas memórias oficiais sobre o tema proposto. De um lado, havia o perigo de reafirmá-las e de outro, de criar outros mitos em relação ao tema. Certamente, outras visões e outros contornos sobre esse tema surgirão a partir de agora.

Destacou-se a importância das memórias de uma parcela da população da região Sudoeste do Paraná nessa pesquisa para mostrar as relações existentes entre as memórias dominantes ligadas aos movimentos e ao conjunto da experiência social dos demais moradores. Procurou-se identificar a participação popular no movimento a partir das memórias produzidas por aqueles que não foram protagonistas diretos, de algumas cidades da região Sudoeste.

É preciso destacar aqui que as entrevistas possibilitaram a essa pesquisadora conhecer, respeitar e valorizar a participação de uma parcela da população muitas vezes esquecida pelos políticos e mesmo no processo de reconstrução histórica. Foi impressionante o conhecimento histórico que muitos demonstraram no seu trabalho de

rememoração e a satisfação desses ao serem chamados a expressar suas opiniões sobre um tema que interferiria diretamente em suas vidas e que, no momento que o debate veio a público, eles tiveram muito pouca participação.

Pois, de acordo com Laverdi:

No âmbito das discussões proporcionadas pelo fazer da História Oral, é preciso considerar que as trajetórias investigadas contribuíram de muitas formas para trazer à tona outras indagações ao processo histórico de formação da paisagem social da região, que se apresenta muito nebuloso, tendo em vista a deferência aos grandes acontecimentos e marcos privilegiados pela memória hegemônica. Outras vezes, esse processo é idealizado pelas formulações políticas dominantes...¹⁴⁶

O historiador acima citado afirmou essa frase num outro contexto histórico, porém cabe aqui com grande propriedade. A História Oral tem esse objetivo: trazer outras indagações sobre um determinado tema visto pela ótica oficial. A pesquisa ora desenvolvida trouxe à tona alguns fatos que estiveram ocultos sob a memória oficial e que foram desvendados a partir dela.

Embora essa metodologia possa ser questionada por essa mesma memória hegemônica, a desmistificação da participação popular no movimento, tanto no separatismo quanto no da unidade territorial ficaram evidentes.

A pesquisa problematizou não somente outra face da história recente da região Sudoeste do Paraná, como demonstrou que as tensões existentes no mundo político são particularmente determinantes quando se torna necessário o apoio da população para projetos personalistas. A dificuldade da classe política em valorizá-las adequadamente se torna evidente, como é o estudo de caso proposto por essa pesquisa, qual seja o movimento pela criação do Estado do Iguazu.

Nessa pesquisa, chegamos a algumas conclusões importantes. A primeira foi o caráter artificial da Identidade paranaense desde a sua emancipação política, em 1853. Nas diversas tentativas de construção de uma identidade própria que diferenciasse essa região das demais do Estado do Paraná. Essa se deu a partir das motivações ou os sentidos políticos em torno do discurso da “homogeneidade identitária” da região. Foi um “forjar identitário” percebido no interior do movimento de criação do Estado do Iguazu, tornando evidente que um grupo de políticos se colocou no papel de convencer a população de toda uma extensa região, que englobava parte de dos dois Estados, Paraná e Santa Catarina, de que eram

¹⁴⁶ LAVERDI: 2005, p.320.

diferentes e seria necessário criar uma nova unidade federativa. Foi uma tentativa de criação de uma Identidade autoritária.

A segunda foi a existência anterior do separatismo no Sul do país. Desde o final do século XIX havia um movimento para reafirmar as tradições gaúchas caracterizado pelo campo e a figura do gaúcho, baseado na vida rural. Os Centros de Tradições Gaúchas (CTG) serviu a esse objetivo e se espalhou por vários cantos do país.

O movimento “tradicionalista” do Rio Grande do Sul acontecia exatamente quando a região passava pelo processo de industrialização, conseqüentemente de urbanização, mecanização das lavouras, com índices de desemprego na zona rural muito preocupante. Essa parcela da população se via expulsa e marginalizada nas cidades. E era essencialmente os filhos desses pequenos proprietários rurais ou ex-proprietários rurais que viviam nas cidades, sem ligação com o latifúndio, que defendiam os valores da oligarquia rural através dos CTGs, tentando recriar costumes que eles nem conheciam e não pertenciam, procurando preservar as “tradições” sulistas. Uma tradição um tanto artificial, como nos confirma Hobsbawm, em seu estudo *A Invenção das Tradições* e que nesse trabalho foi destacado.

No final do século XX, em 1993, novamente havia um movimento organizado no Rio Grande do Sul propondo o separatismo. Era o Movimento “O Sul é meu país”. Apesar de organizado, era um movimento sem grande impacto, que não convenceu a maioria da população e não trouxe grandes conseqüências para o país.

Além dos gaúchos, existiam também outros estados da região Sul e Sudeste - São Paulo, Santa Catarina e o Paraná, esse último com o projeto de criação do Estado do Iguazu, que alegavam sustentar os outros estados brasileiros, e que isso justificaria a separação.

Como a maioria da população do Sudoeste do Paraná ainda hoje tem origem gaúcha, o tema na região ainda é polêmico. Durante os meses que realizei as pesquisas nas regiões paranaense de Mariópolis e Pato Branco e a região do extremo-Oeste de Santa Catarina, foi grande a percepção de que ali a população é mais propensa ao separatismo. Pode-se argumentar que seja porque foi em Pato Branco que o movimento pela criação do Estado do Iguazu teve início e que até hoje a região do extremo-oeste de Santa Catarina sofre com a ausência do governo estadual em diversos setores, como estradas, transportes, escolas, etc.

A terceira consideração foram as bases materiais e econômicas bastante frágeis do movimento separatista, que o torna um processo irreversível. Num futuro próximo não há possibilidade de voltar, dadas as características da economia global, que exige derrubar barreiras físicas e econômicas e não a construção de mais, que reafirma a fragmentação dos Estados existentes.

Esse trabalho convida a uma reflexão mais profunda sobre a questão da Identidade não só no Sul do país, mas em todo o país. Esse é um país que tem a sua identidade ainda em construção. E muitas vezes ela se constroi de maneira autoritária, forjada por grupos políticos com interesses particulares, às vezes em sentido contrário ao da maioria da população.

É preciso intensificar o conhecimento histórico que não apenas reclamem nossos próprios interesses, mas que também respeite o “outro”. É preciso ter claro que o Paraná é um Estado com várias características diferenciadas, uma vez que foi colonizado em diversas etapas, em momentos históricos diferentes, por migrantes. E cada uma delas teve um desenvolvimento característico da população que para lá migrou. Portanto, exigir que exista uma homogeneidade cultural numa região com essas características se torna uma incoerência histórica.

Necessário mesmo é o aprendizado da convivência entre os diferentes, onde o respeito se torna fundamental. Para tanto, não é necessário que haja separação de uma região. Se assim for a ideia predominante, teremos uma fragmentação total dentro do Estado que não se justifica. São essas diferenças que enriquece a cultura paranaense, aproximando-a do restante do país.

Para além dessas considerações é relevante destacar que a Revista Dinheiro Rural, voltada para o público do agronegócio, trouxe como reportagem especial de capa, na edição de abril de 2008, o título “Os tratores do separatismo”. Tendo como subtítulo “Por que o agronegócio lidera uma nova onda separatista”, os jornalistas Lívia Andrade e Eduardo Savanachi, demonstram como esse setor da economia do país entende que devem ser resolvidos os problemas na zona rural.

Se as suas reivindicações não são atendidas pelas autoridades, para eles a solução é fácil: separa-se do Estado que não os beneficia. Se os impostos pagos por eles não retornam da maneira como os interessam, criam outro Estado.

Com a imigração para as regiões mais inóspitas do país, no norte e nordeste, onde criaram várias cidades praticamente do nada, para eles é fácil criar um Estado, para que tenham sua própria estrutura. Eles reclamam da distância e da morosidade dos órgãos estaduais, e a criação do seu próprio Estado agilizaria mais o escoamento da sua produção.

De acordo com os jornalistas, a força do campo pode emancipar cinco novos Estados no Brasil e a ideia tem o apoio quase unânime dos produtores¹⁴⁷.

Interessante perceber nessa reportagem a presença predominante de gaúchos e paranaenses, que foram para essas regiões em busca de mais lucros, já que nos seus Estados de origem não existiam mais terras para explorar. Segundo esses produtores rurais, “com a divisão do Estado, os impostos ficam aqui e nós poderemos administrar para as nossas necessidades”, como afirma Genésio Vitkoski, presidente do Sindicato Rural de Balsas, no Maranhão, onde pretendem criar o Estado do Sul do Maranhão¹⁴⁸. Ele ainda afirma que não conhece nenhum produtor naquela região que seja contra o separatismo.

Segundo os jornalistas, “a lógica desses produtores é simples: se as políticas não mudam, eles mudam os governos. E, se os governos não mudam, eles criam seus próprios Estados”¹⁴⁹.

Fica evidente que esses homens não tentam resolver os problemas da comunidade em geral, mas se preocupam com os seus problemas imediatos, enquanto classe de produtores rurais, acreditando que esse setor é o único que gera a verdadeira riqueza. Estabeleceram-se em regiões distantes das cidades nas regiões e não entendem que para a infra-estrutura ser adequada, é preciso tempo e recursos. E que as suas reivindicações fazem parte do processo. Mas daí a querer o separatismo, se torna precipitado. Não é criando mais e mais Estados - num processo de fragmentação territorial que duraria um longo tempo - que os problemas locais de infra-estrutura se resolveriam. Se assim fosse, seria simplificar demais os problemas do país.

Ao encerrarmos as considerações finais dessa pesquisa, não pretendemos que o tema tenha se esgotado, mas que sirva de interesse para outras, para que se conheçam mais profundamente os acontecimentos históricos da nossa região.

O movimento pela criação do Estado do Iguazu ainda não encontrou seu lugar na História do Sudoeste do Paraná, por isso a relevância dessa pesquisa, que teve a pretensão de

¹⁴⁷ DINHEIRO RURAL, 2008, p.20-21.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ Idem.

trazer uma visão histórica mais de encontro com o envolvimento da população dessa região. Pois a História Regional é fundamental para a compreensão da macro-história.

FONTES:**a) Bibliográficas:**

ASSEMBLEIA ESTADUAL DO PARANÁ. *O Paraná é Indivisível*. Curitiba, 1992.

KHURY, Aníbal. *O Paraná é Indivisível*. Curitiba, agosto de 1992.

LALA, Rafael de. *Paraná, a vitória da unidade*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1993.

SILIPRANDI, Edison Duka, “*Estado do Iguazu*”: *uma versão documentada*. Cascavel: Academia de Informações Literárias, 2000.

b) Escritas:

Ata de Fundação da Sociedade para o Desenvolvimento do Estado do Iguazu (SODEI).

Livro nº. B-3, folhas 31/36. Pato Branco, 26 de junho de 1968.

Ata de Fundação da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP).

Registro nº. 199 – Livro “A”. Francisco Beltrão, 5 de fevereiro de 1969.

c) Jornalísticas:

CORREIO DO PARANÁ. Pato Branco: 28.11.91, 02.

FOLHA DO SUDOESTE. Francisco Beltrão: 06.08.91, 2 e 17.08.91.

GAZETA DO POVO. Curitiba: 24.11.91, 6; 26.03.92, 7 e 28.03.93.

GAZETA DO SUDOESTE. Pato Branco: 14.11.91, 6 e 28.11.91, p. 2.

JORNAL DE BELTRÃO. Francisco Beltrão: 01.05.92, 2 e 16; 04.10.91, 03; 25.10.91, 03; 10.12.91, 12; 22.10.92, 02; 18.12.92, 02 e 07; 10.07.93, 01.

JORNAL DO ESTADO. Curitiba: 16.08.92, 2-A.

JORNAL O PARANÁ. Cascavel: 29.10.92, 03 e 22.12.92, 05 e 08.

d) Orais:**Entrevistas concedidas à pesquisadora:**

A. D. S., 66 anos e *I. D. S.*, 65 anos, gaúchos ele funcionário público aposentado, ela dona de casa. Entrevistas concedidas em 27 de novembro de 2008.

C. S., 57 anos, gaúcho, agricultor, residente no Distrito de Nova Concórdia, município de Francisco Beltrão. Entrevista concedida em 24 de novembro de 2008.

E. S., 80 anos, do lar, nasceu em Cruz Alta, RS, veio para o oeste do PR, Santa Izabel do Oeste, em 1962. De lá, foi para o MS, depois em 1990 para o sudoeste do PR, no distrito do Rio Tuna, em Francisco Beltrão. Entrevista concedida em 22 de novembro de 2008.

J. T. S., 52 anos, nascido em Petrolândia-SC, veio para o sudoeste do PR – Ampére - em 1967, com 11 anos. Formado em Administração de Empresas, vendedor de implementos agrícolas, hoje residente em Francisco Beltrão. Entrevista concedida em 07 de dezembro de 2008.

L. B. S., 54 anos, confeitadeira, nasceu em Lagoa Vermelha-RS, veio para o oeste de SC com 07 anos, morou na zona rural - na Linha Manfrói - até os 19 anos, quando se casou e veio para a cidade de Mariópolis-PR, onde mora hoje. Entrevista concedida em 27 de novembro de 2008.

L. O. D., 50 anos, formada em História pela Unipar, funcionária pública municipal da Educação, residente em Francisco Beltrão. Entrevista concedida em 24 de novembro de 2008.

M. C. S., 53 anos, professora da rede estadual em Francisco. Beltrão e agricultora, reside no Sítio Rio Tuna, Distrito de Francisco Beltrão. Nasceu no Sul e veio para o PR com 07 anos. Entrevista concedida em 22 de novembro de 2008.

R. B., 77 anos, nasceu em Lagoa Vermelha-RS, agricultor, reside em Alto Verê, distrito de Verê. Entrevista concedida em 25 de novembro de 2008

BIBLIOGRAFIA:

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo, Cortez, 2006.
- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- BALHANA, Altiva Pilatti et all. *Historia do Parana*. Curitiba, Grafipar, 1969.
- BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense*. Curitiba, UFPR, 2007. Tese de Doutorado.
- BAUMAM, Zygmund. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BELOTO, Divonzir Lopes. *A criação da província do Paraná a Emancipação conservadora*. Tese de Doutorado. Curitiba, UFPR, 2003.
- BONAMIGO, Carlos Antonio. *A revolta dos posseiros de 1957 e as lutas camponesas no Brasil*. In: BONAMIGO, Carlos Antonio e SCHNEIDER, Claídes Rejane. Revisitando a História - A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BURILLE, Celma F. de S.; SCHNEIDER, Claídes Rejane. *“Ocupação e Colonização do sudoeste paranaense”*. In: BONAMIGO, Carlos Antonio; SCHNEIDER, Claídes Rejane. Revisitando a História: A revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.
- BREFE, Ana Cláudia F. *Pierre Nora: da história do presente aos lugares de memória*. In: História: Questões e Debates. N. 24. Curitiba: UFPR, 1996, p.105-125.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- CHAGAS, Mário. *Cultura, patrimônio e memória*. Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centro de Documentações e Museus. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e Poder – A luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 1984.
- DARTON, Robert. *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

DIALOGOS. Revista do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Vol.11, n.3, 2007.

DOSSE, François. *A história*. São Paulo: EDUSC, 2003.

DUARTE, Geni Rosa, FROTSCHER, Méri e LAVERDI, Robson. *Práticas Culturais e identidades: pensar a diversidade como desafio para o pesquisador*. In: Revista Tempos Históricos – Dossiê: Estado e Poder. Vol. 10. Cascavel: Edunioeste, 2007.

ENCICLÓPEDIA EINAUDI. Vol.08. *Região*. IMPRENSA Nacional/Casa da Moeda (edição portuguesa), 1986.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14^a Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” IN: *Mitos, emblema, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial – migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* São Paulo: Vozes, 1997.

_____. *Identidade na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

GOMES, Iria Z. *1957: a revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar, 1987.

HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KHOURY, Yara Aun. *Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história*. São Paulo: Editora Olho D’Água, 2007.

KHURY, Anibal. *O Paraná é Indivisível*. Curitiba. Editora da Assembleia Legislativa do Paraná, agosto de 1992.

KRUGER, Nivaldo. *História de Bravura, Trabalho e Fé*. Curitiba: Editora Posigraf, 2004.

LALA, Rafael de. *Paraná, a vitória da unidade*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1993.

LANGARO, Jiani. *Histórias locais, projetos culturais: construindo lembranças e esquecimentos* (Santa Helena-PR -1987 a 2000). Espaço Plural, Ano VIII, N. 17, 2007, 25-32.

- LANGER, Protásio Paulo. *Conhecimento e Encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste paranaense*. In: Diálogos. V. 11. Nº. 03, Maringá: UEM/DHI, 2007.
- LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo oeste do Paraná*. Curitiba: Tetravento, 2005.
- _____. *Narrativas da diferença e estranhamentos vividos*. In: História, Poder e Práticas Sociais. Cap. 06. Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, 2006.
- LAZIER, HERMÓGENES. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. Francisco Beltrão: Grafit, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LOPES, Sérgio. *“O Estado do Iguaçu”: A Trajetória de um Movimento*. Revista Informe Gepec. <http://www.unioeste.br/cursos/toledo/revistaeconomia/> - 2004.
- _____. *O território do Iguaçu no contexto da “marcha para o oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- MAGALHAES, Marion Brephol de. *Paraná – Política e Governo*. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.
- MENASCHE, Renata. *Gauchismo: tradição inventada*. Revista de História Regional, n.01, 1993, 22-30.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.
- NEUNDORF, Alexandre. *A questão de limites e a construção identitária paranaense*. Curitiba: UFRP, 2006. Monografia.
- OLIVEIRA, Dennison. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.
- _____. *Os soldados brasileiros de Hitler*. Curitiba: Juruá, 2008.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Revista Estudos Históricos, Vol. 05, n. 10. Rio de Janeiro, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Vol.1, n.2. Rio de Janeiro: Revista Tempo, 1996, p.59-72.

_____. *O massacre de Civitella Val di Chiano (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e - AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Editora GV, 2002.

_____. *Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento de igualdade*. São Paulo: Projeto História, 1997.

REVISTA DINHEIRO RURAL. Ano 05 – Edição 042. São Paulo: Editora Três, Abril/2008.

RIZZI, A.T.; GERMER, C. M. *A acumulação de capital e a questão regional*. HISTÓRIA. Questões e Debates. Curitiba: 22/23, 1991.

SANTOS. M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SILIPRANDI, Edison Duka, *“Estado do Iguaçu”: uma versão documentada*. Cascavel: Academia de Informações Literárias, 2000.

VANINI, Ismael Antonio. *O Sexo, o vinho e o Diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul – 1906-1970*. Passo Fundo: UPF, 2005.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

Sites:

<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/495/4/R166-08.pdf>, acesso em 01.10.09.

http://www2.mre.gov.br/dai/b_boli_11_927.htm, acesso em 06.20.09.

http://www.labjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id_article=405, acesso em 09.09.2009.

<http://www.fundep.ufmg.br/homepage/noticias/5298.asp>, acesso em 07/09/2009.

http://veja.abril.com.br/190700/p_082.html, acesso em 07/09/2009.

<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v15n3/24613.pdf>, acesso em 26.01.10.

ANEXOS:

Panfleto da Campanha eleitoral de 1989 – Edi Siliprandi

Panfleto da Campanha eleitoral de 2000 – Edi Siliprandi

ESTADO DO IGUAÇU

Mala Direta Não Endereçada
PRT-0162/2002

ELEIÇÕES/2002

ECT/DR/PR - EDI SILIPRANDI
AC/CASCADEL

A portrait of Edi Siliprandi, a middle-aged man with glasses, smiling, wearing a dark suit, white shirt, and patterned tie. The background is plain white.

Seu Voto vale um Estado

EDI SILIPRANDI

Dep. Federal 1411

COLIGAÇÃO PTB - PDT - PPB

O que fazer para transformar o sonho em realidade?

Em 1991, o grande líder do movimento iguaçuano Dr. Edi Siliprandi, na época Deputado Federal eleito pelo povo do Iguazu, protocolou o projeto de lei n. 141/91, que prevê a realização do plebiscito para a criação do Estado do Iguazu, obteve o voto de 99 parlamentares que disseram sim ao Plebiscito.

Hoje, a luta continua.

O Dr. Edi Siliprandi, quer voltar a Brasília para desarquivar o projeto n° 141/91 que foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça e resgatar a Unidade Federativa do Iguazu.

Para isso, basta que você no dia 06 de Outubro vote 1411.



Como funciona o Movimento?

O movimento pró-criação do Estado do Iguazu tem simpatizantes em mais de 200 municípios que integram a nova Unidade Federativa.

CADASTRE seu município junto ao Comitê Central, à Rua Rio Grande do Sul, n° 1110, CEP 85.806-010 - Tel.: (0__45) 225-2828 - 224-1411

www.estadodoiguacu.com.br

CASCAVEL - PARANÁ

No Regime Federativo de governo como o nosso, é facultado à população decidir por si sobre seu ingresso ou saída de uma determinada Unidade Federativa, ou ainda de constituir um novo estado federado.

E a Constituição Brasileira prevê em

seu artigo 18 que a criação de novos estados será feita mediante aprovação da população por meio de plebiscito.

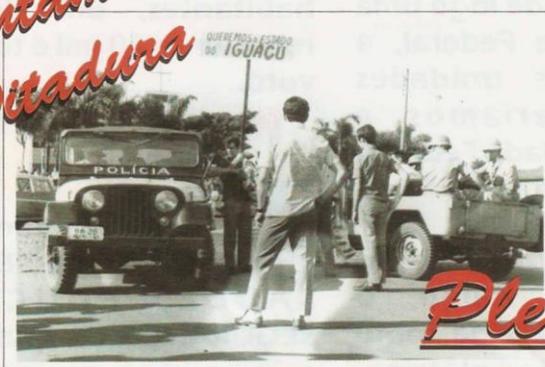
É isso que o movimento pró-criação do Estado do Iguçu quer: "a criação de um novo estado através de um plebiscito, ou seja, mediante prévia consulta do povo."

O Iguçu no mapa



Ninguém, num estado democrático de direito, pode ser contrário ao plebiscito, a forma mais democrática de se fazer a vontade do povo!!

*Enfrentamos
a Ditadura*



Agora
venceremos
com a
democracia

Plebiscito Já!

Vantagens do “Novo Estado”



Se fossemos estado hoje, teríamos uma arrecadação orçamentária na ordem de 5 bilhões de reais para serem gastos em 68 mil km². Roraima, Amapá, Tocantins, Acre e Rondônia somados não tem esta arrecadação, e mantém 5 governadores, participam do senado com 15 senadores e 40 deputados federais, e concentram 5 Universidades Federais mantidas pela União com todos os curso.



A região do Estado do Iguaçu nunca teve um Governador nem senador eleito, e tem uma representação inexpressiva na câmara dos deputados. É por isso que nossa região não recebe verbas orçamentárias condizentes com as suas necessidade e a expressiva contribuição.



Com o Estado do Iguaçu teríamos desde logo uma Universidade Federal, a exemplo das demais unidades federativas; manteríamos a UNIOESTE e a Universidade Federal, ambas de ensino gratuito.



A arrecadação tributária, os royalties de Itaipu, o resgate do ICMS na fonte geradora da energia elétrica,

ficariam aqui. Hoje, vai tudo à Curitiba para cobrir os custos da administração e as maracutaias políticas.

O Brasil possui 27 estados.



20 estão localizados nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, os quais contribuem com 20% da produção e 40% da população nacional.

Com o cada estado possui 3 senadores estas regiões integram o senado federal com 60. Os 7 estados que integram o sul e o sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, participam com 80% da produção e 60% da população, e comparecem no senado com apenas 21 senadores e tem minoria na câmara dos deputados. Um deputado do Paraná representa 330 mil habitantes, um de Roraima representa 20 mil e tem o mesmo voto.

Por isso, vai o Boi e volta um Bife.



Com o Estado do Iguaçu, teríamos EMPREGO, SAÚDE, EDUCAÇÃO e SEGURANÇA de qualidade com oportunidades para todos!!

Já fomos Território "agora" seremos Estado!



O abandono e a indiferença do governo trancou a Estrada do Colono que há mais de 50 anos vinha sendo utilizada pela população.

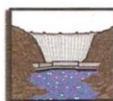


Todas as estradas de ferro foram construídas com recursos da União, exceto as do Paraná, que foram pagas pelo governo do estado.

A ferroeste custou para o Paraná 350 trezentos e cinquenta milhões. Tendo sido arrendada para duas empresas particulares pela insignificância de R\$ 75 mil por mês. A remuneração deste investimento a 1% de juro ao mês implicaria em 3.5 milhões de aluguel mensal.



Esse "trem bala" (30 km/h), só serve para fazer concorrência desleal com os demais setores do transporte de cargas. Usurpou o trabalho dos caminhoneiros e ainda não paga o pedágio mais caro do mundo nem IPVA.



O Paraná perdeu o ICMS de toda a energia gerada aqui. só São Paulo arrecadou 15 bilhões de reais sobre a energia produzida pela região do Iguaçu.



O Governo do Paraná conseguiu R\$ 7 bilhões de reais em royalties da Itaipu no ano de 2000 e aplicou tudo na região metropolitana de Curitiba, onde concentrou 80% das indústrias do Estado.



Aqui na região só construiu penitenciárias.



Um estudante da Unioeste recebe como custeio anual apenas 3.000 reais; enquanto alunos da UEM Maringá recebem 9.000 reais e da UEL - Londrina recebem 10.000 reais. As universidades de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Curitiba têm todos os cursos concentrados nas suas respectivas cidades. A Unioeste tem seus cursos espalhados por 7 municípios (Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e Francisco Beltrão).



As terras na faixa de fronteira afastadas em 150 Km dos países vizinhos são do domínio exclusivo da união. O Paraná vendeu essas terras sem ser dono para os iguaçuanos que habitam a região.



EDI SILIPRANDI

- *Nascido em Constantina - RS.*
- *Formado em Direito pela UFRGS.*
- *Formado em Economia pela UFSC.*
- *Presidente da OAB-PR, subsecção de Cascavel por 3 vezes.*
- *Membro fundador da SODEI Sociedade para o Desenvolvimento e Emancipação do Iguazu.*
- *Deputado Federal (1990- 1994).*
- *Autor do Projeto nº 141/91 que rege o plebiscito "Pró-Criação do Estado do Iguazu", aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal.*
- *Foi o Deputado do Paraná que aprovou o maior número de emendas ao orçamento (em volume e quantidade) durante o seu mandato. Na Revisão Constitucional apresentou inúmeros projetos de grande importância para o Estado e para o Brasil, entre eles, estão as proposta para o regime confederativo no País* e a eliminação da abusiva desproporcionalidade parlamentar no Congresso.*

**Na confederação os estados são auto suficientes, podendo escolher a melhor forma de se auto governar, elaborando as leis conforme a sua própria realidade*

O IGUAÇU em números

População

3.500.000 de habitantes

Área Territorial

68.000 km²

Receita

Supera 16 Estados da Federação

Renda per capita

A maior do País

Divisão da Terra

30 hectares por propriedades (a melhor do País)

Turismo

O segundo pólo turístico do País

Indústria

O maior parque frigorífico do País

Energia

Geramos 50% da produção da energia hidroelétrica consumida no País (Itaipu e Usinas do Iguazu)

Produção

Sai daqui 60% dos grãos produzidos no Estado. A região do Iguazu exporta mais da metade da carne produzida no País.

Unidos resgataremos a história.

Conscientes seremos o Estado do Iguazu.

EDI SILIPRANDI 1411

ESTADO DO IGUAÇU

CRIAÇÃO ARTEGRAPH PROPAGANDA

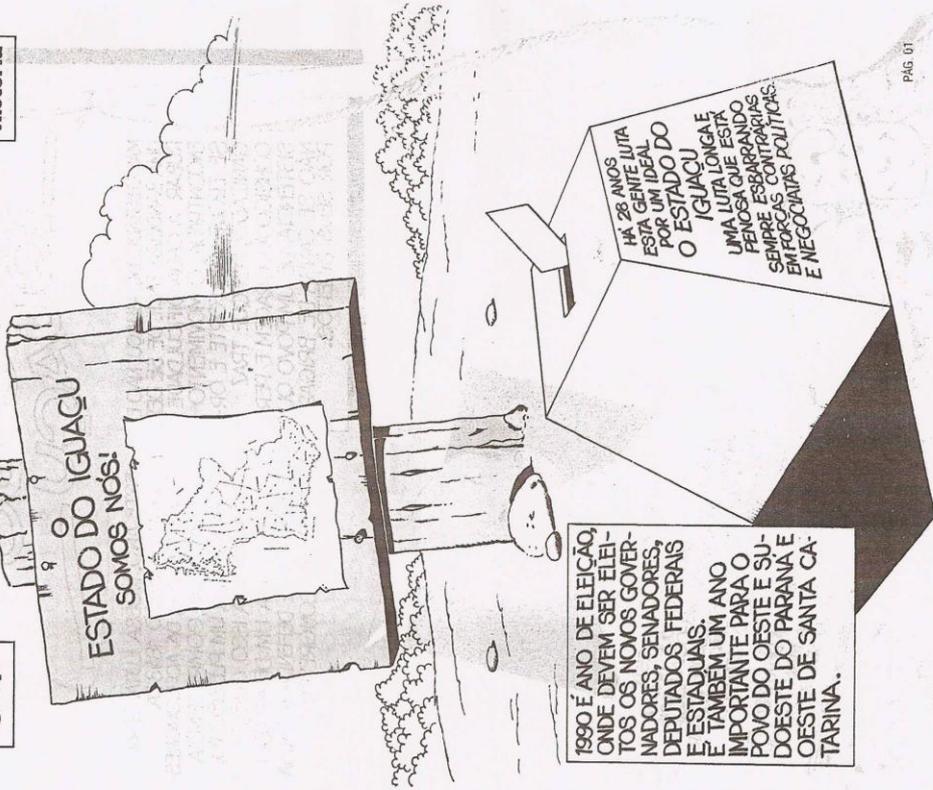


EXISTE... SOMOS NÓS

APRESENTAÇÃO

Estado
Do
Iguaçu

A
Nossa
História



1990 É ANO DE ELEIÇÃO, ONDE DEVEM SER ELEITOS OS NOVOS GOVERNADORES, SENADORES, DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS. E TAMBÉM UM ANO IMPORTANTE PARA O POVO DO OESTE E SU-OESTE DO PARANÁ E OESTE DE SANTA CATARINA.

HÁ 28 ANOS ESTA GENTE LUTA POR UM IDEAL: O ESTADO DO IGUAÇU. UMA LUTA LONGA E PENOSA, ENFERRANDO SEMPRE ENFERRANDO EMPREGOS, CONTRARIAS E NEGOCIAÇÕES POLITICAS.

PÁG. 01

SUMÁRIO

Esta cartilha tem o objetivo principal de acabar com a grande ilusão e farsa de que o caminho para o Oeste e Sudoeste do Paraná é eleger políticos desta região para nos fortalecer.

Nos nunca tivemos poder político, não temos, e nunca vamos ter se desta maneira proceder".

Porque?

Por que o Oeste e Sudoeste do Paraná possui apenas 15% do potencial de voto do Estado. Nunca tivemos sequer um candidato a Governador e nem Senador eleito que representasse esta região.

Deputados Federais? Deputados Estaduais?

Infelizmente os exemplos passados evidenciaram a grande dependência política e subserviência partidária dessas parlamentares eleitos cujo comando político fica centralizado na região metropolitana de Curitiba.

A participação do Oeste e Sudoeste no Governo sempre foi inexistente, atualmente dos 15 secretários do Governo nenhum representa nossa região.

A criação do Estado do Iguaçu nos resgata o Poder Político, teremos um Governador, três Senadores e uma bancada de Deputados Federais todos homens integrados e envolvidos com os problemas da nossa região.

Que percam os políticos, que percam os empresários que individualmente nestes políticos estão investindo. Que para DEPUTADO FEDERAL ganhe EDI SILFPRANDI que luta à 28 anos por esta causa e trará o plebiscito, Art. 18 § 3º da Constituição Federal, que possibilitará a criação do Estado do Iguaçu.

Que ganhe o povo Iguaquano!

Que a fé nos ilumine!

WILSON MAEJIMA
Coordenação Geral

OBIS: ESTA CARTILHA NÃO PODE SER LIDA PARCIALMENTE, POR ISSO CARO LEITOR EM SEU INTERESSE ESCOLHA A HORA E O LOCAL ADEQUADO PARA EFETUAR A LEITURA COMPLETA, SE NECESSÁRIO LEIA NOVAMENTE, E DEPOIS ENTREGUE AO SEU MELHOR AMIGO.

O Brasil tem 27 estados, contando com Brasília.

O SENADO é formado por 81 senadores. (Três por Estado).

O Norte e Nordeste juntos somam 18 estados com 54 senadores, representam apenas 12% do PIB (Produto Interno Bruto) e apenas 30% da população.

O Centro Sul é formado por 9 Estados, com apenas 27 senadores, representam (produz) 88% do PIB (Produto Interno Bruto) e tem 70% da população.

Os Estados são representados por um número mínimo de 8 até um número máximo de 60 Deputados Federais.

São Paulo tem 30 milhões de habitantes e tem 60 Deputados Federais, logo um Deputado Federal em São Paulo representa 500 mil habitantes, Roraima tem 80 mil habitantes e 8 Deputados Federais, logo cada Deputado Federal em Roraima representa apenas 10 mil habitantes. Esta desproporcionalidade evidencia-se também para com o Senado, em São Paulo cada Senador representa 10 milhões de habitantes, em Roraima cada Senador representa apenas 27 mil habitantes.

O Amapá tem 175 mil habitantes, tem oito deputados Federais e três Senadores (igual a São Paulo), sendo assim um Deputado no Amapá representa apenas 21000 habitantes, e cada Senador representa menos que 60 mil habitantes.

Conclua-se daí que o Norte e Nordeste, sem peso na economia e na população, continuam todas as decisões políticas do País.

O Território de Goiás até bem pouco tempo, tinha apenas três Senadores, hoje possui nove Senadores. (Três em Brasília, três em Goiás, e agora três com a CRIAÇÃO DO NOVO ESTADO DO TOCANTINS), ou seja, possuem mais de 10% do Senado Federal, com uma população de pouco mais de 4 milhões de habitantes, tem o mesmo PODER DE FOGO, que os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul juntos, que somados representam uma população de mais de vinte milhões de habitantes.

O ESTADO DO IGUAÇU possui uma população de 3 milhões e 250 mil habitantes, o equivalente a população de 06 Estados juntos, ou seja: Sergipe (1.140.000 hab), Roraima (860.000 hab), Rondônia (500.000 hab), Mato Grosso (1.140.000 hab), Amapá (175.000 hab), e Acre (300.000 hab). Por serem 06 Estados, com a mesma população do ESTADO DO IGUAÇU, está representado por 06 Governadores, 18 Senadores e 60 Deputados Federais.

Possuem 06 Tribunais de Justiça, 06 Assembleias Legislativas, 06 Universidades Federais instaladas ou criadas com todos os Cursos, ensino gratuito e bancadas pela União.

DESPERTA! POVO IGUAQUANO!!!

ESTADO DO IGUAÇU

MAS O ESTADO DO IGUAÇU NÃO É UMA BANDEIRA FÁCIL DE SE DERUBAR. A CADA DIFICULDADE ENCONTRADA, O MOVIMENTO SE ERGUE MAIS FORTE E ORGANIZADO, PORQUE TRAZ CONSIGO A CORAGEM E PERSISTÊNCIA DE UM POVO QUE NÃO SE CAUSA DE BRIGAR POR SEUS DIREITOS.

ESTE ANO, NOSSA LUTA SERÁ MAIOR: O ARTIGO 1853 DA CONSTITUIÇÃO, DA AO CONGRESSO NACIONAL, COMPETÊNCIA PARA MARCAR UM PLEBISCITO, BASTANDO PARA ISSO QUE A REGIÃO TENHA UM DEPUTADO FEDERAL QUE DEFENDA A CAUSA DIANTE DO CONGRESSO



A ESTE DO IGUAÇU, TEM NÃO SE O ESTADO E UM HONRADO FOME O ESSENTIAL, NUNCA O DESEJO COMPRA COM NO PEITO, O CHÃO SE TRABALHAR ESTE PEDACÇO DE ESTADO DE VES NOVO E PROSPERO ESTADO FEDERALIZADO, CANDIDATO A MAIS DO QUE EDI SUIFRANO POT, PRECISA SEU VOTO. NUNCA DA SUA FORÇA DO SEU VOTO.



PAGE 02

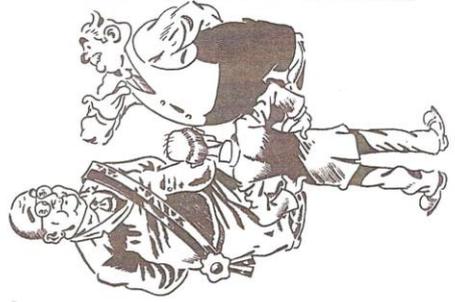
A ÁREA QUE COMPREENDE O ESTADO DO IGUAÇU, SEMPRE FOI UMA REGIÃO VISTA COM POUCO CASO, DESDE O IMPÉRIO E DA PRÓPRIA REPÚBLICA, QUE AS ATENÇÕES SEMPRE ESTIVERAM VOLTADAS AOS CENTROS COMO SÃO PAULO, MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO.



N O INÍCIO DOS ANOS 30, TÃO LONGO ASSUMIU O GOVERNO NACIONAL, GETÚLIO VARGAS, DETERMINOU QUE UMA COMISSÃO VIESSE A FRONTEIRA COM O PARAGUAI, VER A SITUAÇÃO DESTE PEDACÇO DO BRASIL, QUE HAVIA SIDO PALCO DA GUERRA BRASIL E PARAGUAI.

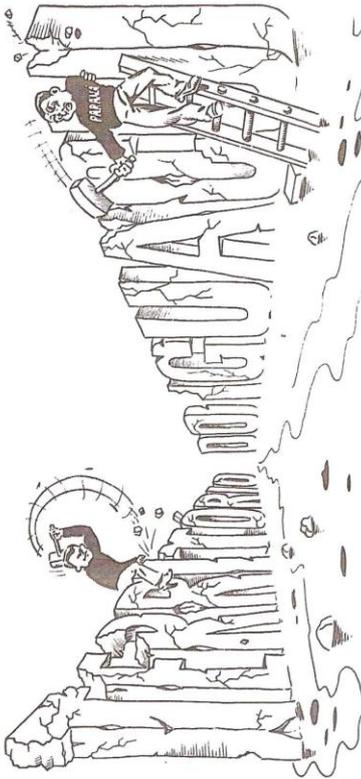
A COMISSÃO RETORNOU, LEVANDO A GETÚLIO VARGAS, A INFORMAÇÃO DE QUE A REGIÃO ESTAVA NO MAIS COMPLETO ABANDONO, E QUE, ATÉ MESMO A MOEDA CIRCULANTE E A LÍNGUA FALADA, NÃO ERA A DO RES-TANTE DO PAÍS.

COM ISTO, A ÚNICA FORMA DE POU-PAR A REGIÃO E GARANTIR A SOBREVIVÊNCIA NACIONAL, FOI A CRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DO IGUAÇU E PONTA PORÁ.

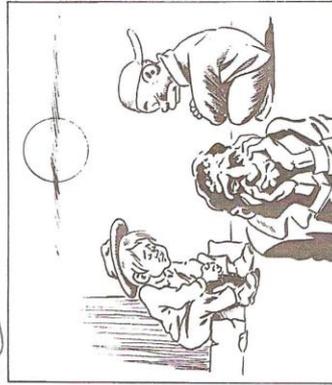


PAGE 05

NO ENTANTO, VEIO A CONSTITUINTE DE 46. E COM UMA MANOBRA DO PARANAENSE BENTO MUNHOZ DA ROCHA E DO CATARINENSE NEREU RAMOS QUE SE VALEU DA REGIÃO NÃO TER NENHUM REPRESENTANTE POLÍTICO, O TERRITÓRIO FOI EXTINTO...



...E AS ÁREAS PASSARAM A FAZER PARTE DO PARANÁ E SANTA CATARINA. OS HABITANTES LOCAIS, NUNCA SE CONFORMARAM COM A ANEXAÇÃO, MAS NÃO TINHAM COMO AGIR.



SOMENTE EM 1962, LIDERADOS PELO ADVOGADO EDI SILIPRANDI, OS DEFENSORES DA IDEIA SE ORGANIZARAM PARA FORMAR O MOVIMENTO PRO CRIAÇÃO DO ESTADO DO IGUAÇU. EM 1964, NO ENTANTO, A REVOLUÇÃO ACABOU INTIMIDANDO OS EMANCIPACIONISTAS. EM '67, O MOVIMENTO RENASCIU E ESTEVE BEM PERTO DE SE TORCER REALIDADE, PORÉM, VEIO O ATO INSTITUCIONAL Nº 5 E MAIS UMA VEZ, O MOVIMENTO FOI CALADO PELAS FORÇAS REPRESSORAS.



PÁG. 04



COM A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO, CHEGARAM OS PRIMEIROS COLONIZADORES BRASILEIROS, QUE LOGO EXPULSARAM OS ESTRANGEIROS.

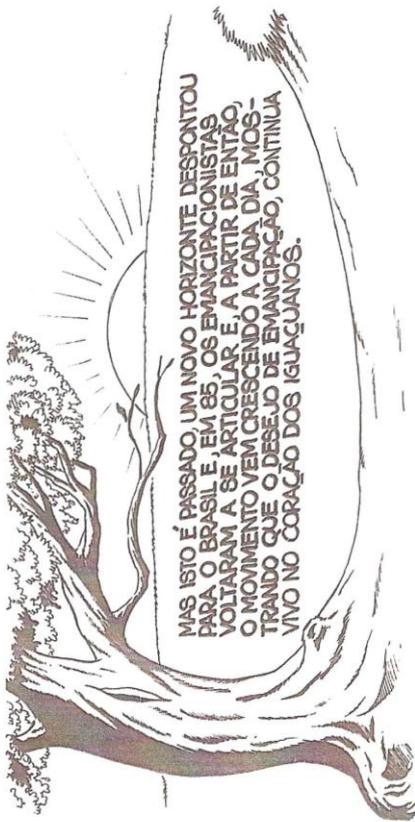


AV CARAMELA!

INICIADA A COLONIZAÇÃO, AS TERRAS COMEÇARAM A PRODUIR E EM POUCO TEMPO O LUGAR SE TORNOU EM UM NOVO **ELDORADO**.



PÁG. 04



MAS ISTO É PASSADO, UM NOVO HORIZONTE DESPONTOU PARA O BRASIL E, EM 85, OS EMANCIPACIONISTAS VOLTARAM A SE ARTICULAR E, A PARTIR DE ENTÃO, O MOVIMENTO VEM CRESCENDO A CADA DIA, MOSTRANDO QUE O DESEJO DE EMANCIPAÇÃO, CONTINUA VIVO NO CORAÇÃO DOS IGUAÇUANOS.



APESAR DE TUDO ISSO, NÃO DESANIMAMOS. A CONSTITUIÇÃO NOS PERMITE REQUERER UM PLEBISCITO POPULAR* E PARA ISTO QUE LUTAMOS AGORA, NÃO QUEREMOS QUE O ESTADO DO IGUAÇU SEJA CRIADO POR NENHUM DECRETO OU MEDIDA PROMISSÓRIA, QUEREMOS QUE ELE SEJA CRIADO PELO POVO, QUE COM SEU VOTO, EXERCERCA A SOBERANIA POPULAR.

NA CONSTITUINTE DE 86, O IGUAÇU DEVERIA TER SIDO CRIADO, A EXEMPLO DO QUE ACONTECEU COM O TOCANTINS, MAS FALTOU REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO CONGRESSO. POR FALTA DE UM DEPUTADO QUE DEFENDESSE A IDEIA, FOI PRECISO QUE AS LIDERANÇAS OBTIVESSEM MAIS DE 80 MIL ASSINATURAS PARA UMA EMENDA POPULAR. DE FOSSE DE TAIS ASSINATURAS E COM O AVAL DE ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E DIVERSAS OUTRAS ENTIDADES DA REGIÃO, EDI SILIPRANDI E OUTROS LÍDERES, PERMANECERAM 115 DIAS EM BRASÍLIA, TENTANDO APROVAR A CRIAÇÃO DO ESTADO. QUANDO TUDO ESTAVA CAMINHANDO BEM, O CENTRÃO, MUDOU O REGIMENTO, E MESMO AS EMENDAS POPULARES, TINHAM QUE SER APRESENTADAS POR PARLAMENTARES DE NÍVEL FEDERAL...



FOI AÍ, QUE UM DEPUTADO FEDERAL QUE LÁ HAVIA PERTENCIDO AO MOVIMENTO, RESOLVEU APRESENTAR A EMENDA. PARA REFORÇAR SUA APROVAÇÃO, OS MEMBROS DO IGUAÇU, CONSEGUIRAM ASSINATURA DE APOIO DE 345 DEPUTADOS E SENADORES. A CRIAÇÃO DO ESTADO DO IGUAÇU ERA TÃO CERTA, MAS NA SESSÃO QUE DEBATERIA A CRIAÇÃO DO ESTADO, QUE DECI-PUTADO, MISTERIOSAMENTE, RETIROU A EMENDA DE PRUTA, FRUSTRANDO CIPACIONISTAS.

1 HÁ QUEM PROTESTE CONTRA O ESTADO DO IGUAÇU ALEGANDO PRINCIPALMENTE DUAS COISAS: QUE ESSE MOVIMENTO É SEPARATISTA, MAS ENGANAM-SE. O MOVIMENTO PÉRG CRIAÇÃO DO ESTADO DO IGUAÇU NÃO É SEPARATISTA, MUITO MENOS, BARRISTA, NÃO QUER SOBERANIA, QUER E SE EMANCIPAR, TER PODER POLÍTICO E AUTONOMIA PARA INTENSIFICAR O POTENCIAL QUE A REGIÃO TEM. NOS QUEREMOS, E DESCENTRALIZAR O GOVERNO, COLOCÁ-LO MAIS PERTO DO POVO E DOS SEUS PROBLEMAS, APROXIMAR O CIDADÃO IGUAÇUANO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

2 HÁ OS POLÍTICOS QUE ARGUMENTAM QUE A CRIAÇÃO DO NOVO ESTADO, CUSTARIA MUITO CARO A UNIÃO, MAS NOVAMENTE, SE ENGANAM, OU TENTAM ENGANAR A POPULAÇÃO... A CRIAÇÃO DO ESTADO DO IGUAÇU, NÃO IMPLICA EM NENHUM ÔNUS PARA A FEDERAÇÃO. ALEM DISSO O PAÍS EM GERAL, CARECE DE UMA REVISÃO TERRITORIAL. ESTADOS ENORMES, COM CENTROS ADMINISTRATIVOS DISTANTES, SÓ TÊM A DEIXAR ÁREAS ISOLADAS, JOGADAS AO ABANDONO, E POR SEM PODER CRESCER E SE DESENVOLVER, O CONTRÁRIO DO QUE ACONTECE EM OUTROS PAÍSES COMO A FRANÇA, POR EXEMPLO, QUE APESAR DE TER UM TERRITÓRIO MENOR QUE O ESTADO DE MINAS GERAIS, POSSUI 75 ESTADOS.



CE DE TAMANHÃO ABUSO, ABANDONAM A PROFISSÃO, BUSCAM DO A SOBREVIVÊNCIA ATRAVÉS DE OUTROS TRABALHOS, DE CADA 3 CAMINHÕES DE SOJA QUE SAEM DAS LAVOURAS, UM VAI EM TCM (IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO PARA O TESOURADORIAS) PARA O TESOURADO DE CURITIBA.

OS BENS PRODUZIDOS AQUI, COM O NOSSO ESFORÇO, CONTINUE AQUI, REVERTENDO EM BENEFÍCIOS PARA NÓS MESMOS. ATE MESMO NÓS, OS OPOSITORES POLITICOS CONCORDAM COM O DESCAISO COM QUE A REGIAO E TRATADA, SEMPRE QUE O GOVERNO ACENA COM OBRAS E RECURSOS.

NO DISCURSO DE INAUGURACAO DA RODOVIA DE CASCAVEL, POR EXEMPLO, O GOVERNADOR FEZ PROMESSAS E MAIS PROMESSAS, QUE ALIAS, NUNCA FORAM CUMPRIDAS.

NOS LEVAM A LUTAR PELA EMANCIPACAO DO ESTADO DO IGUAQUO.

O POVO IGUAQUANO, ESTA CANSADO DE VER SEU DINHEIRO DESVIADO DAS SUAS REAIS NECESSIDADES PARA BENEFICIAR OUTRAS REGIOES.

O IGUAQUANO QUER QUE

OS BENS PRODUZIDOS AQUI, COM O NOSSO ESFORÇO, CONTINUE AQUI, REVERTENDO EM BENEFÍCIOS PARA NÓS MESMOS. ATE MESMO NÓS, OS OPOSITORES POLITICOS CONCORDAM COM O DESCAISO COM QUE A REGIAO E TRATADA, SEMPRE QUE O GOVERNO ACENA COM OBRAS E RECURSOS.

NO DISCURSO DE INAUGURACAO DA RODOVIA DE CASCAVEL, POR EXEMPLO, O GOVERNADOR FEZ PROMESSAS E MAIS PROMESSAS, QUE ALIAS, NUNCA FORAM CUMPRIDAS.

NOS LEVAM A LUTAR PELA EMANCIPACAO DO ESTADO DO IGUAQUO.

O POVO IGUAQUANO, ESTA CANSADO DE VER SEU DINHEIRO DESVIADO DAS SUAS REAIS NECESSIDADES PARA BENEFICIAR OUTRAS REGIOES.

O IGUAQUANO QUER QUE



A REGIAO OESTE E SUDOESTE DO PARANA' E OESTE DE SANTA CATARINA, QUE FORMAM A AREA A SER EMANCIPADA, SAO CAMPEOES DE PRODUCAO DE GRAS, TENDO AS TERRAS MAIS FERTIS DO MUNDO, POSSUEM O MAIOR REBANHO SUINO DO PAIS, DAQUI SAO O MAIOR VOLUME DE AVES EXPORTADAS, TEM UM CONSIDERAVEL REBANHO DE GADO LEITEIRO, E DETENHO DE 50% DA ENERGIA HIDRELETRICA DO PAIS. AQUI SE LOCALIZA O MAIOR PARQUE FRIGORIFICO DA AMERICA LATINA, E ANDA SOMOS DETENTORES DO MAIOR PARQUE BENEFICADOR DA MANDIOCA.

SUA POPULACAO POSSUI UMA CULTURA FORTE E CHEIA DE TRADIÇÕES.

MUITOS ESTUDOS FORAM FEITOS SOBRE O ESTADO DO IGUAQUO PROVANDO UMA COISA: QUE CADA IGUAQUANO JA TRAZ NO CORACAO UM MUITO TEMPO; SOMOS UM ESTADO VIAVEL, GEOGRAFICAMENTE, CULTURALMENTE E ECONOMICAMENTE



EDI SILIPRANDI GARANTE



POSSO DAR A REGIÃO, O QUE ELA NÃO TEM. DAREI PODER POLÍTICO, POIS MINHA ELEIÇÃO VALE O PLEBISCITO E NOSSO POVO COM CERTEZA FARÁ OPÇÃO PELO ESTADO DO IGUAÇU.



NÃO SEREI UM DEPUTADO CONVENCIONAL, CRIAREI CONDIÇÕES POLÍTICAS PARA A REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO*

EDI SILIPRANDI É UM SÍMBOLO DE LUTA, E CERTAMENTE, O VOTO DO ELEITOR CONSCIENTE, QUE AMA ESTA TERRA, QUE ALMEJA UM FUTURO MELHOR, COM PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO, GARANTIRÃO SUA VITÓRIA.

* O POVO, DENTRO DAS FRONTEIRAS DO IGUAÇU, VOTARÁ A FAVOR OU CONTRA A CRIANÇA DO ESTADO. PÁG. 10

PRINCIPAIS VANTAGENS DO NOVO ESTADO

DESENVOLVIMENTO:
A riqueza produzida aqui não mais sairá da terra injusta como acontece até agora, e será revertida em benefício do nosso povo. A administração estará voltada exclusivamente aos interesses do região gerando eficiência na máquina governamental.
Uma terra rica como a nossa tendo administração própria atrairá novos investimentos, aqui se instalarão grandes indústrias criando mais emprego e gerando mais riquezas. Nossa arrecadação será entre as melhores do País pois apesar de tanto despesa crescentes, como ferreas, nossas despesas fixadas aqui, os royalties da hulpa (300 milhões de dólares) serão revertidos em benefício do nosso povo, pois as terras inundadas pela represa são nossas.

INDUSTRIALIZAÇÃO:
A região metropolitana no Paraná e Sta. Catarina centralizam o monopólio da indústria, mais de 70% das indústrias estão lá localizadas. A área do ESTADO DO IGUAÇU embora produza 10% dos grãos do Estado não possui Agro-indústrias, temos que acabar com o PARASEDO do trigo e da soja que são industrializados distantes e voltam como farinha e óleo.
EDUCAÇÃO:
Todo NOVO ESTADO é contemplado com a criação de uma Universidade Federal gratuita, com todos os cursos sem ônus para este NOVO ESTADO. O Paraná demonstrando a sua falta de poder político possui apenas uma Universidade Federal e 4 Universidades Estaduais, cujos recursos de manutenção oriundos do próprio Estado, (desviados para o ensino de 3º grau), acabam prejudicando o nosso ensino de 1º e 2º grau. Como exemplo de força política temos o Estado do Rio Grande do Sul com quatro Universidades Federais e o Estado de Illinois Gerais com treze, todas mantidas pelo dinheiro da união.

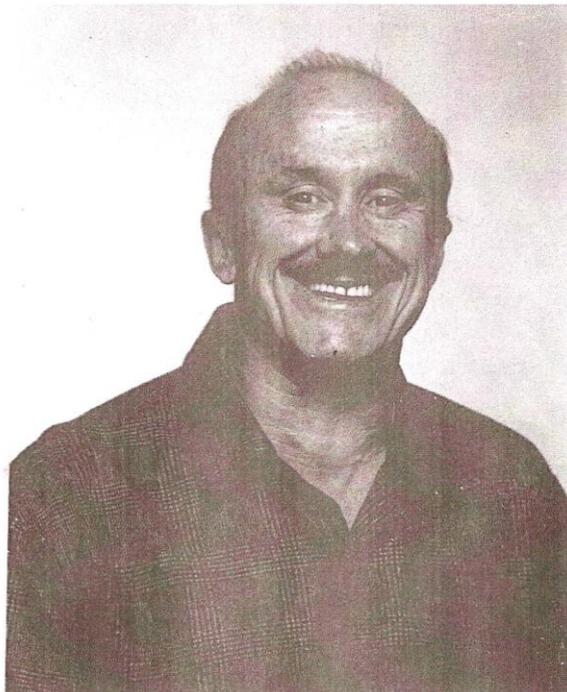
PREVIDÊNCIA E SAÚDE:
O Estado do Iguaçu, nasce sem ônus. Mais de 2 milhões de aposentados ou pensionistas, os que prestaram serviços ao Paraná receberam os proventos deste Estado, inclusive os políticos. Ex-governadores, e Ex-deputados Estaduais que se aposentam a cada quatro anos.
As dívidas contraiadas pelo Estado do Paraná serão pagas por este, inclusive a dívida contraiada para montar a cidade industrial de Curitiba.

AGRICULTURA E PECUÁRIA:
A propriedade fundiária do Estado do Iguaçu é bem distribuída, tendo em média 31 hectares por família, considerando o rodado rural apropriado previsto pela REFORMA AGRÁRIA legal.
Temos um planejamento agro-pecuário regional que atende as reais necessidades dos nossos agricultores, tanto a agricultura como a pecuária serão impulsionadas pelo Banco do Estado do Iguaçu, passando a região ter ligação com o Banco Central, sem as mediações nefastas da região metropolitana que tanto nos tem prejudicado.
O Estado do Iguaçu terá representantes autônticos, participando junto as decisões do Banco Central.

Enfim serão instalados aqui todas as Federações e Orgãos que integram um Estado, como por exemplo a Federação de Futebol do Estado do Iguaçu que parece ser a única forma de participarmos do Campeonato Nacional de Futebol. A Junta Comercial ficará mais próxima do nosso povo e também teremos a Seccional das Ordens dos Advogados com direito de participarmos das decisões do Conselho Federal.



SEU VOTO VALE UM ESTADO



Nº 1211

Edi Siliprandi

Estado
Do
Iguaçu

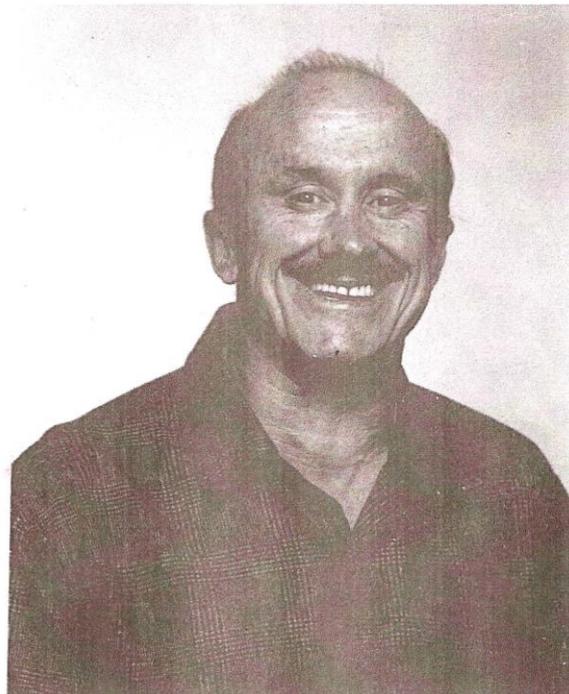
Deputado Federal - PDT

**Reconhecer o valor de uma idéia, tem o
mesmo valor que criá-la.
Vamos juntos criar o Estado do Iguaçu.**

COLABORAÇÃO E ADESÕES
FONES: (0452) 23-1265 - 24-8535
24-8144 0 24-8930

WILSON MAEJIMA
COORDENAÇÃO GERAL

SEU VOTO VALE UM ESTADO



Nº 1211

Edi Siliprandi

Estado
Do
Iguaçu

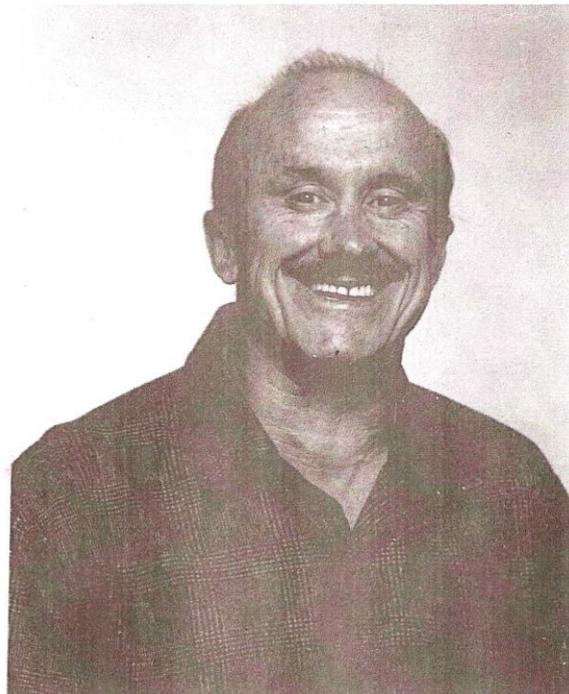
Deputado Federal - PDT

**Reconhecer o valor de uma idéia, tem o
mesmo valor que criá-la.
Vamos juntos criar o Estado do Iguaçu.**

COLABORAÇÃO E ADESÕES
FONES: (0452) 23-1265 - 24-8535
24-8144 0 24-8930

WILSON MAEJIMA
COORDENAÇÃO GERAL

SEU VOTO VALE UM ESTADO



Nº 1211

Edi Siliprandi

Estado
Do
Iguaçu

Deputado Federal - PDT

**Reconhecer o valor de uma idéia, tem o
mesmo valor que criá-la.
Vamos juntos criar o Estado do Iguaçu.**

COLABORAÇÃO E ADESÕES
FONES: (0452) 23-1265 - 24-8535
24-8144 0 24-8930

WILSON MAEJIMA
COORDENAÇÃO GERAL

